

SOLANGE SILVA RAMOS

**PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO: UMA PROPOSTA DE ARQUIVAMENTO DOS PROJETOS
INSTITUCIONAIS PARA AQUISIÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE PESQUISA DA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE VIÇOSA (2007-2020)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Jonas Marçal de Queiroz

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2022**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

R175p - Ramos, Solange Silva, 1973-
2022 Preservação e difusão do patrimônio cultural científico e tecnológico: uma proposta de arquivamento dos projetos institucionais para aquisição de infraestrutura de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Viçosa (2007-2020) / Solange Silva Ramos. - Viçosa, MG, 2022.
1 dissertação eletrônica (179 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Orientador: Jonas Marçal de Queiroz.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de História, 2022.

Referências bibliográficas: f. 118-122.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2022.427>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Universidades e faculdades - História - Viçosa (MG). 2. Universidade Federal de Viçosa - 2007-2020. 3. Arquivos e arquivamento (Documentos). 4. Patrimônio cultural - Proteção. I. Queiroz, Jonas Marçal de, 1961-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 378.8151

Bibliotecário(a) responsável: Euzébio Luiz Pinto CRB 6/3317

SOLANGE SILVA RAMOS

PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO: UMA PROPOSTA DE ARQUIVAMENTO DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA AQUISIÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE PESQUISA DA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (2007-2020)

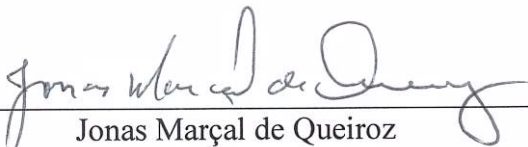
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 07 de julho de 2022.

Assentimento:



Solange Silva Ramos
Autora



Jonas Marçal de Queiroz
Orientador

Dedico esse trabalho aos meus pais e minhas irmãs que estiveram em oração por mim em todas as etapas, desde a seleção.

Aos meus filhos Gabriel, Raquel, Rafael Luiz e Ana Paula que sempre foram minha força e inspiração para ir mais adiante.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amado Deus Uno e Trino por todo bem e toda graça derramada sobre a minha vida.

À minha amada mãe santíssima, Maria, por cuidar sempre de mim com tanto carinho.

Ao meu grande amigo São Miguel Arcanjo por caminhar comigo.

Aos meus queridos intercessores São Gabriel Arcanjo, São Rafael Arcanjo, São José, Padre Libério (*in memorian*) e Santa Teresinha do Menino Jesus.

Ao meu esposo Cristiano pela paciência e apoio.

Ao meu orientador, Prof Jonas Marçal de Queiroz, por caminhar comigo e me ensinar tanto.

Às minhas amigas Néia e Heloíza por toda ajuda, apoio, gentileza e carinho.

Aos meus amigos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação por toda torcida e apoio, em especial: Claudinha, Carol Pessoa, Enedina, Juliana, Lauro, Prof Raul, Silvia e Thomás.

Às colegas de curso Nanci e Patrícia por toda troca e apoio.

Ao Eduardo Santos, arquivista, por toda a troca de conhecimento.

Aos professores Vanessa e Weder pelas contribuições que enriqueceram esse trabalho.

Aos pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa pela participação na pesquisa.

À diretora de Tecnologia de Informação Lícia Felix de Andrade Ramalho e o técnico Lucas Novais Assunção.

À Izabel Morais Pompermayer e Tatiani Gomes Gouvea pelos trabalhos que tanto contribuíram com essa dissertação.

Quero trazer à memória o que me pode dar esperança.

Jeremias 3, 21.

RESUMO

RAMOS, Solange Silva, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2022. **Preservação e difusão do patrimônio cultural, científico e tecnológico: uma proposta de arquivamento dos projetos institucionais da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Viçosa para aquisição de infraestrutura de pesquisa (2007-2020).** Orientador: Jonas Marçal de Queiroz.

Esse trabalho teve como objetivo refletir e discutir sobre a preservação e difusão do Patrimônio cultural, científico e tecnológico da Universidade Federal de Viçosa, especificamente os documentos gerados a partir dos projetos institucionais para aquisição de infraestrutura de pesquisa, que podem contribuir com a construção da historiografia científica da instituição e com a transmissão do conhecimento para as futuras gerações de pesquisadores e para elaboração de novos projetos. Pretendeu-se, ainda, propor uma adequação no sistema de registro de projetos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação com vista ao arquivamento e uma gestão eficiente destes documentos e da infraestrutura de pesquisa, de modo a subsidiar a administração superior nos processos de tomada de decisão. Para isso, foram realizadas pesquisas sobre os temas patrimônio, patrimônio cultural, patrimônio da ciência e tecnologia, gestão de documentos e arquivos, em livros, artigos, documentos, dissertações e teses para maior familiaridade com os temas em questão. Com vistas a conhecer e compreender as práticas de preservação e arquivísticas existentes na instituição foram aplicados questionários aos pesquisadores, realizados levantamentos nos arquivos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, no Arquivo Central e Histórico, no Sistema de Registro de Projeto de Pesquisa, no antigo Sistema de Registro de Controle de Processo da UFV e na fundação de apoio, Fundação Arthur Bernardes.

Palavra-chave: Patrimônio cultural. Patrimônio cultural, científico e tecnológico. Arquivos. Gestão de documentos.

ABSTRACT

RAMOS, Solange Silva, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July 2022. **Preservation and dissemination of scientific and technological cultural patrimony: a proposal for archiving the institutional projects of the Research and Graduate Studies Office at the Universidade Federal de Viçosa, for the acquisition of research infrastructure (2007-2020)**. Advisor: Jonas Marçal de Queiroz.

The present work aimed to reflect on and discuss the preservation and dissemination of the Scientific and Technological Cultural Patrimony of the Universidade Federal de Viçosa, specifically the documents generated from institutional projects for the acquisition of infrastructure for research, which can contribute to the construction of the scientific historiography of the institution, the transmission of knowledge to future generations of researchers and the elaboration of new projects. It was also proposed an adaptation of the project registration system of the Research and Graduate Studies Office, with the purpose of archiving and efficiently managing such documents and the research infrastructure, so as to assist the higher administration in decision making processes. For such, research works were carried out in books, articles, documents, dissertations and theses, focused on patrimony, cultural patrimony, science and technology patrimony and document and archive management, aiming to improve knowledge about these topics. In order to know and understand the preservation and archival practices of the institution, questionnaires were applied to researchers, and surveys were carried out in the archives of the Research and Graduate Studies Office, Central and Historical Archive, Research Project Registration System, the former UFV Process Control Registration System and the support foundation, Fundação Arthur Bernardes.

Keywords: Cultural patrimony. Scientific and technological cultural patrimony. Files. Document management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Chamada Pública MCTI/Finep/AT - Materiais Avançados e Minerais Estratégicos 2020 ...	29
Figura 2- Cronograma da Chamada Pública MCTI/Finep/Ação Transversal Materiais Avançados e Minerais Estratégicos 2020	30
Figura 3 - Laboratório de Pesquisa - Campus Rio Paranaíba.....	31
Figura 4 - Laboratório de Produção Vegetal - Campus Florestal	32
Figura 5 - INCT em Interações Planta-Praga, anexo do Bioagro. Campus Viçosa	32
Figura 6 - IDATA - Campus Viçosa	33
Figura 7 Gráfico referente a pergunta 2 - Há quanto tempo você trabalha na UFV?.....	101
Figura 8 - Gráfico referente a pergunta 3 - Há quanto tempo participa de projetos institucionais de pesquisa na UFV?	101
Figura 9 - Gráfico referente a pergunta 4 - Você possui o arquivo dos documentos do projeto que você participou da equipe científica e/ou executora?.....	102
Figura 10 - Gráfico referente a pergunta 5 - Alguma vez você precisou acessar informações dos projetos dos quais participou e não conseguiu?	102
Figura 11 - Gráfico referente a pergunta 6 - Os documentos dos projetos institucionais anteriores contribuem com a elaboração de novos projetos?	103
Figura 12 - Gráfico referente a pergunta 7 - Você considera importante o arquivamento pela UFV dos editais, relatórios e outros documentos relativos aos projetos de pesquisa?	103
Figura 13 - Gráfico referente a pergunta 8 - Considerando os prazos dos editais dos órgãos de fomento, um sistema de arquivo da UFV seria um diferencial para a elaboração de projetos?	104
Figura 14 - Gráfico referente a pergunta 9 - Há risco de perda das informações dos projetos institucionais caso não exista uma política de preservação da UFV?	105
Figura 15 - Gráfico referente a pergunta 10 - Na sua opinião o Sistema de Registro de Projeto de Pesquisa, observando o nível de sigilo requerido, poderia fazer arquivamento de edital, projeto original, relatórios e outros documentos como forma de preservação dos dados para uso futuro?	105
Figura 16 - Pasta suspensa arquivo PPG	106
Figura 17 - Armário PPG	107
Figura 18 - Armário PPG	107

LISTA DE SIGLAS

AN - Arquivo Nacional
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CI - Ciência da Informação
CNPq - Conselho Nacional de Pesquisas
CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural
CONSU – Conselho Universitário
ESAV - Escola Superior de Agricultura e Veterinária
Finep - Financiadora de Estudos e Projetos
FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FUNARBE – Fundação Arthur Bernardes
IDATA – Instituto de Metadados
IES – Instituto de Ensino Superior
IFES – Instituto Federal de Ensino Superior
IFET-MG - Instituto Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
PCC&T - Patrimônio cultural, científico e tecnológico
PPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
SEI - Sistema Eletrônico de Informação
SisPPG - Sistema de Pesquisa e Pós-Graduação
SisProcesso - Sistema de Controle de Processos da UFV
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico
ONU - Organização das Nações Unidas
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFV – Universidade Federal de Viçosa

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UREMG - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PARTE I.....	18
CAPÍTULO 1: A construção cultural, científica e tecnológica da Universidade Federal de Viçosa	19
1.1 Projetos institucionais para aquisição de infraestrutura de pesquisa (IAIP) – narrativas da memória cultural, científica e tecnológica da UFV.....	27
1.2 Preservação dos documentos nas instituições científicas – memórias em risco.....	34
CAPÍTULO 2: O conceito do patrimônio a partir de um viés europeu e suas ampliações	45
2.1 A influência da formação dos Estados Nacionais na construção do conceito de Patrimônio	46
2.2 Alargamento do conceito de Patrimônio a partir da contribuição de novos Estados	50
2.3 Construções e rupturas do Patrimônio cultural, científico e tecnológico	56
CAPÍTULO 3: A trajetória dos arquivos como lugares de memória	69
3.1 A influência da formação dos Estado Nacionais nos arquivos – uma representação do poder	72
3.2 Múltiplas memórias – uma só nação	78
3.3 Centros de Documentação – lugares de memória	82
3.4 Gestão dos documentos – preservação da memória e ferramenta estratégica.....	87
3.5 Diagnóstico dos arquivos – ponto de partida da gestão dos documentos.....	93
PARTE II	97
CAPÍTULO 1: Resignificando as práticas arquivísticas do PCC&T da UFV	98
1.1 Diagnóstico da preservação e difusão dos documentos dos projetos institucionais para aquisição de infraestrutura de pesquisa da Universidade Federal de Viçosa.....	98
1.2 Preservação e difusão da memória cultural, científica e tecnológica – infraestrutura de pesquisa	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
BIBLIOGRAFIA CITADA	118
ANEXOS	123

Introdução

Trata-se de uma proposta articulada com a discussão sobre Patrimônio Cultural definido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O patrimônio de uma instituição universitária é composto de cultura, da tradição do ensino, da pesquisa e da extensão em cada área, com suas linguagens e expressões próprias, seus saberes, suas edificações e suas infraestruturas. Ele retrata a identidade de um grupo e permite as construções das narrativas que possibilitam rememorar, conhecer e compreender os contextos históricos culturais, políticos e sociais ali vivenciados. Ainda, permite o diálogo entre o passado e o presente, contribuindo para a construção do saber e fazer das novas gerações.

Assim, compreendemos que a identidade da Universidade Federal de Viçosa (UFV) tem sido construída a partir das memórias culturais, científicas e tecnológicas. Essa compreensão sobre a construção da identidade nos provocou algumas inquietações, tais como: como eram preservadas e difundidas essas memórias? Haveria uma política institucional que assegurasse que as mesmas não seriam perdidas, esquecidas ou até mesmo silenciadas? Quais eram as práticas de arquivamento dos registros, dos documentos que corroboram com a construção da história cultural, científica e tecnológica da instituição?

Sabemos que a inexistência de uma política institucional de preservação e difusão dos acervos documentais de uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, podem significar a perda do conhecimento cultural científico e tecnológico gerado na instituição, o que poderá comprometer o desenvolvimento social, econômico e político, tanto nacional quanto internacional. Esse entendimento nos levou a questionar se o legado cultural científico e tecnológico da UFV tem sido preservado e difundido, contribuindo para uma sociedade melhor.

Esse questionamento é extremamente pertinente ao nos depararmos em um contexto de pandemia mundial causada pela Covid-19, provocada por uma nova cepa do coronavírus,¹ pandemia esta que teve início em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Essa pandemia foi considerada a primeira “do século XXI, que vem infectando e matando milhões de pessoas pelo mundo(...)”² De acordo com Abelardo

¹ nome dado a um conjunto de vírus que faz parte da família Coronaviridae.

² Disponível em <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=32417>, acesso em 31/01/2022.

Silva Júnior³, docente pesquisador da UFV, as doenças causadas pelos primeiros coronavírus foram registradas na década de 1960 e naquele período provocaram apenas resfriados comuns.

Mas, diferente do passado, o novo coronavírus identificado como SARS-CoV-2 tem causado desde sintomas gastrointestinais, resfriados leves a Síndrome Respiratória Aguda Grave, tornando-se um grande desafio para os pesquisadores, para o enfrentamento dessa pandemia que tem se alastrado, evoluindo em novas variantes, persistindo ainda no ano de 2022. Diante desse desafio, o conhecimento científico adquirido a partir das pesquisas desenvolvidas em contextos similares, quer no passado, quer no presente, contribuem para o avanço de novas pesquisas para o enfrentamento de novas situações como a citada. As infraestruturas de pesquisas existentes nas instituições de ensino e pesquisa, tornam-se um diferencial para o avanço dos estudos e do desenvolvimento de testes, medicações, equipamentos e tantos outros itens.

A UFV, por exemplo, neste período específico dessa pandemia utilizou de seu arcabouço científico e de sua infraestrutura de pesquisa para desenvolver várias atividades tais como estudos sobre o desenvolvimento da doença, monitoramento, realização de testes, desenvolvimento de vacinas, de equipamentos de proteção para a área de saúde e outras ações.

É nesses contextos também, que as instituições de ensino e pesquisa, seus pesquisadores e técnicos, se debruçam para construir projetos institucionais para aquisição de infraestruturas de pesquisa (IAIP),⁴ seja edificação ou equipamento, para implantação de laboratórios e modernização dos já existentes, evitando assim a obsolescência, e assegurando a capacidade de infraestrutura para o avanço do desenvolvimento científico e tecnológico. Esses projetos são submetidos às instituições, sejam órgãos de fomento público ou empresas privadas, para financiamento das infraestruturas de pesquisa.

Nesse trabalho daremos ênfase aos IAIP financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, “criado em 31 de julho de 1969 por meio do Decreto Lei nº 719, com a finalidade de dar apoio financeiro aos programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico,”⁵ por sua secretaria executiva a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

³ Ibidem.

⁴ O termo: projetos institucionais para aquisição de infraestrutura de pesquisa será tratado no capítulo 1, no item 1.1. No intuito de evitar a repetição do termo ao longo do texto, faremos uso da abreviação IAIP.

⁵ Disponível em <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fndct/historico-e-legislacao>, acesso em 08/07/2022.

Na UFV, esses projetos têm início a partir da divulgação interna das Chamadas da FINEP por email encaminhado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG) aos centros de ciências, às coordenações dos programas de pós-graduação e aos institutos, solicitando que seja dada ampla divulgação para os pesquisadores.

A financiadora estabelece, em regra, um limite de subprojetos para cada projeto submetido pelas instituições executoras. Assim, torna-se necessário que haja uma seleção dos projetos pelo Conselho Técnico de Pesquisa (CTQ) daqueles que melhor atendam aos critérios definidos no edital e que sejam multiusuários, disponíveis para um maior número de pesquisadores internos ou externos à instituição, visando assegurar o êxito na aquisição da infraestrutura de pesquisa. Uma vez selecionados os subprojetos, inicia-se a fase de elaboração da proposta institucional para submissão à FINEP. Se essa proposta for aprovada, a gestão da execução do projeto, do convênio e seus procedimentos operacionais e administrativos serão de responsabilidade da PPG.

Projetos institucionais anteriores, desenvolvidos em contextos similares, podem contribuir com os novos projetos, transmitindo suas informações, seus erros e acertos, seu legado cultural científico e tecnológico. Essa compreensão do legado nos remete a discussão apresentada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sobre o alargamento do conceito de patrimônio a partir da Constituição Federal de 1988 que substituiu “a nomeação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro.”⁶ Essa nova nomeação abarcou “as formas de expressão: os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações[...]”⁷ como bens pertencentes a esse patrimônio.

A partir dessa perspectiva, podemos reconhecer os documentos gerados a partir dos projetos IAIP como bens integrantes do patrimônio cultural da UFV, tornando imprescindível atentar para o tratamento adequado a fim de assegurar que estejam disponíveis e acessíveis no momento oportuno. Pois, só assim, poderão contribuir de fato para o desenvolvimento de novos projetos.

Nesse sentido, no intuito de contribuir para a construção de uma política institucional de preservação e difusão do patrimônio cultural da UFV, elaboramos uma proposta de adequação do Sistema de Registro de Projetos, visando promover o arquivamento e difusão dos documentos gerados a partir dos projetos institucionais para aquisição de infraestrutura de

⁶ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>, acesso em 04/04/2022.

⁷ Ibidem.

pesquisa, elaborados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG) juntamente com os pesquisadores, dentro das balizas temporais 2007 a 2020.

Considerando que esse trabalho foi desenvolvido em um mestrado profissional, “com o intuito de promover o aperfeiçoamento da qualificação profissional”, esse recorte temporal foi estabelecido a partir dos projetos em andamento no período em que a gestão dos IAIP foi atribuída a mim como técnica administrativa da PPG. E, existia uma inquietação com o tratamento dados as informações geradas, seja quanto à preservação e difusão quanto à gestão estratégica da infraestrutura de pesquisa.

A adequação do sistema uma vez implementada permitirá preservar e disponibilizar os documentos, registros de um contexto cultural, científico, tecnológico e social da instituição, para que seja possível construir uma base de dados para diversos fins, dentre eles: assegurar que as informações constantes nos documentos, as quais são de extrema importância para a elaboração de novos projetos e para uma gestão eficiente e eficaz da infraestrutura de pesquisa, estejam preservadas, organizadas e acessíveis. Subsidiar os estudos de pesquisadores e estudiosos da produção científica e da historiografia científica da UFV.

Para obtermos um diagnóstico das práticas existentes na UFV quanto ao arquivamento, preservação e difusão da memória cultural, científica e tecnológica proveniente dos projetos institucionais para aquisição de infraestruturas de pesquisa, realizamos pesquisas bibliográficas e documentais em livros, artigos, dissertações, teses e revistas científicas sobre os temas: Patrimônio e Arquivo. A compreensão sobre o conceito de patrimônio e suas ampliações nos permitiu reconhecer que os bens que a UFV tem gerado correspondem a um legado que deve ser transmitido a outras gerações, tendo em vista sua importância para o desenvolvimento social, econômico e político.

O conhecimento científico sobre o tema Arquivo nos deu subsídios para compreendermos como foram constituídos os arquivos nos setores públicos, o que foi de grande relevância tendo em vista que esse trabalho foi desenvolvido em uma instituição pública de ensino superior. Também, nos possibilitou refletir a importância de ressignificarmos as práticas de arquivamento, adotando o conhecimento científico apresentado pelos autores da Arquivologia e áreas afins, a fim de garantir que os arquivos possam cumprir de fato o seu papel de lugares de memórias e não de esquecimento e silêncio.

Mas, ao se pensar em ressignificar as práticas arquivísticas tornou-se necessário conhecer previamente as práticas até então adotadas pelas pessoas envolvidas nos processos de elaboração e gestão dos projetos, as quais também mantêm algumas documentações.

Assim, realizamos um diagnóstico adotando os procedimentos descritos a seguir, cujos resultados encontram-se relatados na parte II, capítulo 1, desse trabalho.

Encaminhamos um questionário para os pesquisadores envolvidos na elaboração dos projetos IAIP, contendo perguntas relativas a arquivamento e disponibilidade de acesso aos documentos gerados a partir desses projetos que estavam sobre a guarda dos mesmos.

Realizamos um levantamento das práticas arquivísticas na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG) buscando identificar as informações referentes aos projetos IAIP, dentro da baliza temporal 2007 a 2020. Analisamos, também, o sistema informatizado de Registro de Projeto de Pesquisa da PPG, a fim de verificarmos se houve em algum momento registro dos projetos de estudo desse trabalho.

Consultamos o Sistema de Controle de Processos da UFV (Sisprocesso), que dentre suas funcionalidades registrava a parte interessada, o assunto e as tramitações dos processos físicos, informando data e os setores por onde havia tramitado e sido arquivado. Cabe ressaltar que esse sistema foi substituído no ano de 2019 pelo Sistema Eletrônico de Informações da UFV (SEI/UFV), e que até o período citado os documentos referentes aos projetos, como os contratos celebrados entre os órgãos de fomento e a UFV, eram impressos, assinados e inseridos em processos físicos. O que nos levou a buscarmos informações sobre os possíveis processos que conteriam o assunto relativo aos projetos IAIP, objetos de estudo desse trabalho.

Compreendendo o Arquivo Histórico Central da UFV como um lugar de guarda dos documentos relativos à memória institucional, realizamos um levantamento *in loco* a fim de verificarmos se houve em algum momento o arquivamento de documentos gerados a partir dos projetos IAIP, até mesmo os referentes as balizas temporais desse trabalho.

A Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), que atua como conveniente nos projetos IAIP junto aos órgãos de fomento, também foi um local considerado como um possível lugar de memória para a guarda dos documentos. Essa fundação é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica própria, que realiza a gestão administrativa-financeira de projetos de ensino, pesquisa e extensão da UFV e de outras instituições e centros de pesquisa.⁸Nesse sentido, consultamos os técnicos do Setor de Negócios e Parcerias e do Setor de Gestão de Convênios sobre as práticas de arquivamento das documentações.

A partir do conhecimento adquirido e dos dados obtidos, elaboramos a proposta de adequação do Sistema de Registro de Projetos da PPG para arquivamento e difusão dos

⁸ Disponível em <https://funarbe.org.br/about/quem-somos/> acesso em 03/02/2022.

documentos gerados a partir dos projetos IAIP. A proposta foi submetida ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Professor Raul Narciso carvalho Guedes, que após as discussões analisou, complementou e deferiu. A solicitação para adequação do sistema foi encaminhada para a Diretoria de Tecnologia da Informação⁹ (DTI) da UFV para providências.

Dividimos o texto deste trabalho em duas partes. Na primeira parte apresentamos um breve relato histórico sobre a Universidade Federal de Viçosa e os projetos institucionais para aquisição de infraestrutura de pesquisa. Em seguida, discorremos sobre o tema Patrimônio e na sequência sobre o tema Arquivos.

Na segunda parte apresentamos a diagnose e as considerações sobre as práticas de arquivamento existentes na instituição das informações dos projetos institucionais da UFV para aquisição de infraestrutura. Passando a seguir a apresentação do produto (anexo I), ou seja, da proposta estruturada e submetida à DTI da UFV.

⁹ A Diretoria de Tecnologia da Informação da UFV tem por finalidade assessorar a administração superior nos assuntos relacionados à área e a gestão da Tecnologia da Informação (TI), além de apoiar os demais órgãos da Instituição oferecendo soluções de TI de forma a contribuir com o planejamento, desenvolvimento, controle e a avaliação de suas atividades. Desenvolver, instalar e administrar recursos computacionais de softwares e hardwares para as unidades da UFV, tornando-os acessíveis aos usuários. Disponível em: <https://www1.dti.ufv.br/apresentacao/>, acesso em 12/04/2022.

PARTE I

CAPÍTULO 1

A construção cultural, científica e tecnológica da Universidade Federal de Viçosa

A Universidade Federal de Viçosa (UFV), como conhecemos hoje, possui três marcos temporais que nos permitem conhecer a sua trajetória, são eles: Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), 1922-1948, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), 1948-1969 e Universidade Federal de Viçosa (UFV), a partir de 1969.

Na década de 1920, havia no Brasil uma forte crítica em relação à atividade de monocultura, existente no país, e ao empirismo dos agricultores ao cultivar a terra. Setores da elite agrária que possuíam grande participação no poder político, insatisfeitos com a realidade daquela época, defendiam a diversificação e a modernização da produção agrícola e a difusão de conhecimentos técnicos que melhorassem a produtividade e as condições de vida, conforme nos descreve Izabel Pompermayer.¹⁰

Naquele contexto, a ESAV foi criada pelo Decreto 6.053, de 30 de março de 1922, por Arthur da Silva Bernardes, presidente do estado de Minas Gerais, com o objetivo de atender aos anseios de setores da elite agrária, dominantes no poder político. Sendo inaugurada em 28 de agosto de 1926 e iniciando suas atividades de ensino no ano seguinte. Naquele período a educação era defendida como parte de uma “reforma social”¹¹ e uma “busca da confirmação da vocação agrícola do país por meio da modernização da agricultura,”¹² conforme cita a autora. O estudo era, então, “pautado por questões sociais e políticas.”¹³

Ao contrário das demais instituições de ensino do Brasil, ela foi criada a partir de um modelo norte-americano, com o propósito de atender “as necessidades de diferenciação e

¹⁰ POMPERMAYER, Izabel Morais. **Continuidades E Descontinuidades Da Memória: Um Estudo Sobre A Escola Superior De Agricultura E Veterinária De Viçosa (MG) Por Meio De Publicações De 1939 A 2016.** Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

¹¹ Ibidem, p.12.

¹² SILVA, Fabrício apud POMPERMAYER, Izabel Morais. **Continuidades E Descontinuidades Da Memória: Um Estudo Sobre A Escola Superior De Agricultura E Veterinária De Viçosa (MG) Por Meio De Publicações De 1939 A 2016.** Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.p. 13.

¹³ POMPERMAYER, Izabel Morais, Op. cit. p.7

aumento da produção agrícola do Estado e às necessidades políticas do momento.”¹⁴ E, desde os seus primórdios manteve intercâmbios, articulações com outras instituições nacionais e internacionais, como nos afirma Izabel Pompermayer.

Tatiani Gouvêa, complementa, ao afirmar que a ESAV adotou uma “metodologia de ensino que buscava a sintonia entre teoria e prática, aprender a fazer, fazendo”¹⁵ e ressalta que para aquele período este método foi considerado inovador, herdado dos Estados Unidos que “possuía grande destaque na agricultura moderna.”¹⁶ Naquele período o conceito de pesquisa era bastante amplo, indo além da pesquisa agrícola, correspondendo a muitas atividades e ações. Constata-se a partir dos documentos que estas iniciaram no ano de 1927 e as publicações científicas datam do ano de 1929, avançando na década de 1930.

A extensão também era uma prática da ESAV desde o seu início, tendo em vista sua criação baseada no modelo norte americano, sendo considerada como uma área de conhecimento vinculada ao ensino e à pesquisa voltada para um público seletivo que possuía condições de acesso geográfico, intelectual e econômico.

Em 1937, o professor John Benjamin Griffing veio para o Brasil “para dirigir a ESAV, trazendo consigo bagagem primorosa da vida universitária e notável experiência na área de pesquisas, não apenas nos Estados Unidos, mas também na China(...)”,¹⁷ conforme descrito por José Marcondes, Gustavo Sabioni e Gilson Magalhães, o que para estes autores significou um avanço ainda maior na área da pesquisa. Uma das ações adotadas foi o incentivo aos professores para realizar suas especializações, mestrados, doutorados e pós-doutorados, principalmente nos Estados Unidos e em alguns países europeus. Esta ação impactou positivamente a pesquisa e o ensino, e foi uma política estratégica para evitar a alta rotatividade dos professores à época por diversos motivos, dentre eles o financeiro.

De acordo com os autores José Marcondes, Gustavo Sabioni e Gilson Magalhães¹⁸, a ESAV tornou-se Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) em 1948, por decisão do Governo do Estado, sendo criado neste mesmo ano o Serviço de Experimentação e Pesquisa que promoveu novos avanços na área da pesquisa.

¹⁴ Ibidem, p. 16

¹⁵ GOUVEA, Tatiani Gomes. **Os primórdios da Pós-Graduação em Fitotecnia na UFV: memórias do programa pioneiro no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017.p.26

¹⁶ Ibidem, p. 26

¹⁷ BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. 2. ed.rev. e ampl. Viçosa: Ed. UFV, 2006, p. 94/95.

¹⁸ Ibidem.

Após uma década, ano 1958, foi concretizado o projeto de colaboração entre a Universidade de Purdue e a UREMG, que segundo José Marcondes, Gustavo Sabioni e Gilson Magalhães¹⁹, trouxe benefícios de grande relevância, sendo uma delas a vinda de docentes da Purdue, e o envio dos docentes da UREMG para treinamento naquela instituição. Para eles este projeto propiciou a criação da Escola de Pós-graduação e significou mais um avanço tecnológico em experimentação e pesquisa, sendo oferecido o primeiro programa de pós-graduação do país, mestrado em Fitotecnia, no início do ano de 1961.

Esta presença americana na instituição teve sua importância, mas, há que se considerar que ela sugere que o Estado americano tinha interesse nesta relação, uma vez que sua presença ocorreu desde o período da ESAV. Tatiani Gouvêa ressalta que:

não é novidade que os americanos sempre exerceram uma política externa agressiva aos demais países e favorável a seus interesses, portanto não agiriam de modo diferente ao investirem em mudanças no ensino brasileiro, de acordo com padrões impostos pelos EUA. Através dos vários convênios firmados ainda na década de 1960, entre o governo brasileiro e mais especificamente entre a UREMG e a USAID, ficou evidente que o interesse norte americano, em modernizar o ensino praticado até então, ia para muito além da cooperação entre os países, manifestava-se também em um discreto controle pedagógico imbuído na ideia de modernidade.²⁰

United States Agency for International Development (USAID), citada acima, é uma agência do governo dos Estados Unidos, criada em 1958, que inicialmente “tinha a finalidade de colocar em prática os objetivos da política externa estadunidense.”²¹ Essa agência teve uma atuação expressiva junto ao governo brasileiro, principalmente nos assuntos referentes a educação superior.

Essa preocupação com o controle pedagógico ia muito além da preocupação com a excelência e a qualidade do ensino, pois, era compreendida também como uma ação estratégica para a formação dos cidadãos dentro de uma cultura determinada pelos governos americano e brasileiro que tinham a intenção de manter o controle político da nação,

¹⁹ Ibidem.

²⁰ GOUVEA, Tatiani Gomes. op.cit. p. 62.

²¹ NOGUEIRA, Francis apud CUNHA, Janaína Dias. Cooperação técnica Brasil-Estados Unidos na reforma universitária de 1968. **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos**, v. 24, 2007, p. 4.

assegurando “o alinhamento ideológico com os Estados Unidos”²². De acordo com Luiz Cunha:

A chave para que o Brasil permanecesse uma “sociedade livre” e um “amigo próximo” dos Estados Unidos estava no ensino superior, pois o que os brasileiros pensariam nas gerações vindouras dependeria dos professores universitários que formam os dirigentes do país e os próprios mestres.²³

Cabe destacar que conforme Janaina Cunha²⁴ houve um aumento das cooperações entre o Brasil e o EUA no período militar, o qual foi marcado pelo controle e pela dominação. E, que dentre várias estratégias utilizou as instituições de ensino como meio de controle para tentar manter o regime e sua ideologia, a qual estava alinhada com os Estados Unidos.

Outro agravante daquele período refere-se as dificuldades financeiras que o governo de Minas Gerais enfrentava, assim como os demais governos estaduais, para manter e arcar com os investimentos necessários para a manutenção e crescimento das universidades. Esta situação implicou em atrasos nos pagamentos dos salários, das despesas decorrentes do funcionamento, impedindo a universidade de honrar com seus compromissos. Tal fato, desencadeou um movimento interno na UREMG para federalização da universidade, conforme registros documentais²⁵ da Associação dos Professores Universitários de Viçosa (ASPUV) e no Informativo da UREMG,²⁶ datado de 1º de novembro de 1967.

Assim, em 1969 a UREMG foi nomeada Universidade Federal de Viçosa (UFV) pelo governo federal. Pode-se inferir que dentre os fatores que podem ter influenciado o processo de federalização, estava o reconhecimento do “prestígio conquistado pela Universidade em áreas oficiais e privadas, não apenas do País, mas também do exterior, resultante da excelência de seus trabalhos, probidade e registros de pioneirismo.”²⁷

²² CUNHA, Janaina Dias. Cooperação técnica Brasil-Estados Unidos na reforma universitária de 1968. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH. **História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos**, v. 24,2007, p.4.

²³ CUNHA, Luiz Antônio apud CUNHA, Janaina Dias. Cooperação técnica Brasil-Estados Unidos na reforma universitária de 1968. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH. **História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos**, v. 24,2007, p.4.

²⁴ CUNHA, Janaina Dias op. cit. p. 5

²⁵ ASPUV – Dois períodos de sua história. Disponível em [Aspuv-Dois-períodos-de-sua-história.pdf](#). acesso em 06/12/2021.

²⁶ Informativo UREMG. Disponível em <http://atom.ufv.br/index.php/edicao-no-19-3>.

²⁷ BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. apud GOUVEA, Tatiani Gomes. **Os primórdios da Pós-Graduação em Fitotecnia na UFV: memórias do programa pioneiro no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017.p 41

Essa visão de prestígio conquistado, pode ser também compreendida como a forma pela qual a instituição era percebida por possuir acordos, convênios e colaborações com as instituições americanas, pois, sabe-se que esta era sua realidade naquela época. Pode-se inferir, também, que havia um interesse dos governos americano e brasileiro na instituição para a formação de recursos humanos especializados e para o desenvolvimento de novas tecnologias.

A federalização da instituição garantiu naquele momento sua continuidade até os dias atuais. E como descrito anteriormente, desde a ESAV a pesquisa sempre foi realizada na instituição, o que permitiu o aprimoramento. Portanto, é compreensível que ela tenha obtido grande destaque em pesquisas ao longo de sua trajetória, as quais sempre estiveram vinculadas a graduação e principalmente a pós-graduação, inicialmente nas ciências agrárias com os cursos de Agricultura e de Veterinária.

Em um primeiro momento, os assuntos pertinentes à pesquisa e à pós-graduação eram tratados distintamente, ainda que houvesse a articulação entre o ensino e a pesquisa. No período da UREMG no Decreto nº8.143, de 1º de fevereiro de 1965,²⁸ é possível identificar na estrutura orgânica a Diretoria Geral de Ensino e a Diretoria Geral de Experimentação e Pesquisa, para as quais eram atribuídas as competências para a gestão do ensino e da pesquisa respectivamente.

Quando então a instituição é federalizada, há uma reformulação do seu estatuto no ano de 1970²⁹ passando a constar em sua estrutura orgânica os órgãos auxiliares de coordenação, dentre eles o Conselho de Pós-Graduação e o Conselho de Pesquisa. Sendo atribuídas a cada um deles as competências próprias para tratarem dos assuntos específicos a sua área para “coordenar, compatibilizar e superintender as atividades de ensino, pesquisa [...]”³⁰

Com o passar dos anos, em 1996, a partir da Resolução nº14/96³¹ o Conselho Universitário (CONSU) alterou o Estatuto da UFV, nesse contexto foi instituída a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG), que passou a ser o órgão responsável junto à

²⁸ BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; **Legislação de Importância Histórica: Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV – 1926-1948, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG – 1948- 1969, Universidade Federal de Viçosa – UFV – 1969.** Viçosa, MG: Ed. UFV, 2010, p.201.

²⁹ Ibidem, p.294.

³⁰ Ibidem, p. 302.

³¹ Ibidem, p.386.

reitoria pelos assuntos da pós-graduação e da pesquisa, abarcando, portanto, os Conselhos de Pós-Graduação e de Pesquisa.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, na pessoa do Pró-Reitor, passou a constituir o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), órgão que era e permanece sendo o “órgão superior de coordenação e supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com funções normativas, consultivas e deliberativas, no plano didático-científico”³².

Atualmente a PPG tem como missão:

definir e executar políticas de incentivo à pesquisa, pós-graduação, iniciação científica e capacitação de recursos humanos. Almeja-se a excelência da participação da Universidade no desenvolvimento científico e tecnológico do estado e do país.³³

Tendo em vista a missão da PPG, esta atua como gestora juntamente com as coordenações dos 50 programas de Pós-graduação oferecidos pela UFV. Destes 50 programas: 10 correspondem a mestrado Profissional, 9 apenas nível de mestrado *Stricto sensu* e 31 possuem nível de mestrado e doutorado *Stricto sensu*. Cabe ressaltar que a UFV é a Instituição Federal de Ensino Superior do interior do Brasil com maior número de programas com nota máxima (7) conforme avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A UFV foi ampliando as áreas de atuação, tornando-se reconhecida além das ciências agrárias, nas ciências biológicas e da saúde, exatas e tecnológicas, humanas, letras e artes. Possui, atualmente, três *campi* (Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba) nos quais são oferecidos programas de pós-graduação e são realizadas pesquisas, as quais têm contribuído expressivamente na resolução de problemas nas áreas de ciências citadas anteriormente e para o desenvolvimento científico, tecnológico e social visando a melhoria da qualidade de vida.

Tudo isso contribuiu para que a estrutura organizacional da PPG se adequasse para atender a nova realidade, uma vez que coube a essa pró-reitoria tanto os assuntos acadêmicos quanto os administrativos relativos à pós-graduação e a pesquisa. Para isso, ela conta com uma estrutura administrativa, com sede no edifício Arthur Bernardes, composta por 13 técnicos administrativos, os quais atuam nos setores: Pesquisa, Pós-graduação, Treinamento de docentes e Iniciação Científica. A gestão compete ao pró-reitor(a) e aos assessores de pesquisa e de pós-graduação, os quais são designados pelo reitor conforme descrito no

³² Ibidem, p. 393.

³³ Disponível em https://www.ppg.ufv.br/?page_id=627, acesso em 11/11/2021.

Estatuto da UFV.³⁴ E, somando esforços junto a essa estrutura estão os Conselhos Técnicos de Pesquisa (CTQ) e de Pós-graduação (CTP).

Ao CTQ conforme estabelecido em seu regimento³⁵ no artigo 1º, são atribuídas a coordenação geral e a supervisão dos assuntos relativos à pesquisa da Universidade, em consonância com a política e as diretrizes definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Assim, o artigo 3º estabelece que:

Ao Conselho Técnico de Pesquisa compete: I. propor diretrizes de política de pesquisa, submetendo-as à deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; II. supervisionar e compatibilizar a formulação e execução de projetos e programas de pesquisa no Universidade, incluindo os órgãos de apoio à pesquisa; III. elaborar o programa geral de atividades de pesquisa a ser submetido ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; IV. organizar e manter atualizado o cadastro das pesquisas realizadas e em execução; V. coordenar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica; VI. estudar e propor convênios de pesquisa; VII. acompanhar e divulgar a realização de pesquisa; VIII. indicar as comissões editoriais dos periódicos técnico-científicos publicados pela Universidade; IX. administrar o fundo de pesquisa e fiscalizar a aplicação dos recursos, podendo suspender seu suprimento no caso de inobservância das normas pertinentes; X. indicar seu representante – e respectivo suplente – no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; XI. supervisionar e acompanhar a aplicação das disposições estabelecidas por Resoluções do CEPE ou do CONSU concernentes à pesquisa; XII. estimular a interdisciplinaridade no desenvolvimento de programas de pesquisa; XIII. elaborar estratégias de divulgação da pesquisa na UFV; XIV. indicar nomes para composição da Comissão de Propriedade Intelectual, para designação do Reitor; XV. supervisionar as atividades da Comissão de Propriedade Intelectual da UFV.³⁶

Esse conselho conforme seu regimento no artigo 2º é constituído da seguinte forma:

I. do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, como seu presidente; II. de oito docentes, sendo dois representantes de cada Centro de Ciências com seus respectivos suplentes, preferencialmente membros das Comissões de Pesquisa de seus Departamentos, indicados pelos respectivos Conselhos Departamentais; III. dos Diretores de Pesquisa de cada Campus fora de sede; IV. de um docente representante da Comissão Permanente de Propriedade Intelectual – CPPI, e seu respectivo suplente; V. de um docente representante dos Institutos (Instituto Nacional de

³⁴ Estatuto Capítulo III, art.16, São atribuições do Reitor, com as responsabilidades definidas em lei: XII – designar, empossar e exonerar os Pró-Reitores; o Chefe de Gabinete; os Diretores de Órgãos Acadêmicos e Administrativos; os Assessores; os Chefes de Departamentos, os Chefes dos Institutos de Ciências dos campus UFV- Florestal e UFV-Rio Paranaíba e os Coordenadores de Cursos de Graduação e de Programas de Pós-Graduação. Disponível em https://www.soc.ufv.br/?page_id=151, acesso em 14/04/2022.

³⁵Disponível em https://www.ppg.ufv.br/wp-content/uploads/2012/08/02-2015-CEPE-Regimento_Conselho_T%c3%a9cnico_de_Pesquisa.pdf, acesso em 02/02/2022.

³⁶ Ibidem

Ciência e Tecnologia – INCT; Instituto de Biotecnologia Aplicada à Agropecuária – Bioagro; Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável – IPPDS) e seu suplente, a ser nomeado pela reitoria; VI. um representante do Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa – CENTEV, e seu suplente, a ser nomeado pela reitoria; VII. dois representantes do corpo discente indicados pela Associação de Pós-Graduandos da UFV – APG, com seus respectivos suplentes; VIII. um representante e seu suplente indicados pelo Conselho Técnico de Graduação – CTG, sendo um obrigatoriamente, docente e o outro obrigatoriamente discente. Parágrafo único – Os representantes docentes referidos nos incisos II a IX terão mandato de três e dois anos, respectivamente, permitida a recondução.³⁷

Ao CTP conforme estabelecido no regimento³⁸ de Pós-graduação *Stritu sensu*, no artigo 5º caberá a coordenação geral dos Programas de Pós-Graduação. Esse conselho tem como presidente o pró-reitor e os demais membros conforme estabelece o artigo 6º são:

I - pelos coordenadores dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*; e II - por 4 (quatro) representantes dos estudantes de pós-graduação, com seus respectivos suplentes, eleitos entre seus pares para mandato de 1 (um) ano. § 1º - Para cumprimento do disposto no inciso II deste artigo, entende-se por pares todos os estudantes de pós-graduação matriculados em um determinado programa da UFV. § 2º - A eleição dos representantes dos estudantes de pós-graduação deverá ser organizada pela Secretaria de Órgãos Colegiados (SOC), consultando a entidade representativa dos estudantes de pós-graduação da UFV.³⁹

Esse regimento descreve também no artigo 8º que:

Constituem competências do Conselho Técnico de Pós-Graduação: I - elaborar o programa geral das atividades de pós-graduação, para aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; II - elaborar o Regimento de Pós-Graduação, para aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como editar instruções complementares; III - aprovar os requisitos mínimos dos Programas de Pós-Graduação, atendidas as normas gerais estabelecidas pela legislação vigente; IV - aprovar critérios, propostos pelas Coordenações dos Programas, de credenciamento e descredenciamento de profissionais para atuar na pós-graduação; V - homologar a admissão de estudantes selecionados pelas respectivas Coordenações dos Programas de Pós-Graduação; VI - homologar os nomes de candidatos que fazem jus à obtenção de títulos de pós-graduação; VII - promover o desenvolvimento das atividades de pós-graduação da Universidade; VIII - propor e discutir ajustes, acordos ou convênios, acadêmicos ou financeiros, para suporte, cooperação ou desenvolvimento dos Programas de Pós-graduação; IX - avaliar o funcionamento e o desempenho dos Programas de Pós-graduação, bem como analisar e aprovar a solicitação de criação de novos programas; X - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a suspensão definitiva ou a desativação temporária de qualquer programa, na falta de

³⁷ Ibidem.

³⁸ Disponível em <https://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/Resolu%3%a7%3%a3o-13-2020-Regimento-de-P%3%b3s-Gradu%3%a7%3%a3o-mrf.pdf>, acesso em 02/02/2022.

³⁹ Ibidem.

condições para o seu funcionamento; XI - atuar como órgão informativo e consultivo do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em matéria de pós-graduação; e XII - deliberar sobre a criação, a composição, o desmembramento e a extinção das Câmaras de Assessoramento do CTP.⁴⁰

Diante do exposto, compreende-se a importância dos conselhos, tendo em vista as atribuições de cada um juntamente com a PPG para assegurar a consolidação da pesquisa e do ensino na UFV, os quais possuem um caráter consultivo e deliberativo.

Devido a dinamicidade das áreas de pós-graduação e pesquisa e das exigências das legislações atribuídas a essas, encontram-se vinculados à PPG os seguintes setores: Núcleo de Inovação tecnológica – Universidade Federal de Viçosa (NIT.UFV)⁴¹, Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP)⁴², Comissão Interna de Biossegurança (CIBIO)⁴³ e Comissão de Ética no Uso de Animais da UFV (CEUA - UFV)⁴⁴. Cada um desses setores possui estrutura administrativa, corpo técnico e regimentos próprios.

Como descrito anteriormente, a pesquisa na instituição sempre esteve atrelada, também, ao ensino, portanto, diante dos desafios impostos pela formação dos futuros profissionais, pelo desenvolvimento científico e tecnológico e pelas demandas por pesquisas e estudos da sociedade, a PPG tem envidado esforços para que por meio das agências e órgãos de fomentos públicos e privados seja possível ampliar, adequar e modernizar a infraestrutura de pesquisa da instituição. Para isso, projetos institucionais para aquisição dessas infraestruturas têm sido elaborados pela pró-reitoria e pelos docentes pesquisadores da instituição.

1.1 Projetos institucionais para aquisição de infraestrutura de pesquisa (IAIP) – narrativas da memória cultural, científica e tecnológica da UFV

Os projetos institucionais para aquisição de infraestrutura de pesquisa desenvolvidos na UFV têm sido aprovados nas submissões aos Editais de órgãos de fomento tais como Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Têm recebido também apoio financeiro de empresas estatais, privadas, bem como de várias

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Disponível em <https://nit.ufv.br/quem-somos/o-nit/>, acesso em 14/04/2022.

⁴² Disponível em <https://cep.ufv.br/>, acesso em 14/04/2022.

⁴³ Disponível em <https://cibio.ufv.br/apresentacao/>, acesso em 14/04/2022.

⁴⁴ Disponível em <https://www.ceua.ufv.br/>, acesso em 14/04/2022.

agências internacionais. Estes apoios são de grande relevância para consolidar a infraestrutura e fomentar a pesquisa na UFV.

A submissão dos projetos junto aos órgãos de fomento ocorre em duas modalidades: os autônomos e os institucionais. Os projetos autônomos são aqueles que os pesquisadores submetem diretamente, seja individualmente ou do grupo de pesquisa da área temática. Além dos projetos autônomos, há também aqueles que são construídos por um ou mais grupos de pesquisadores conhecidos como projetos institucionais,⁴⁵ dentre eles os submetidos à FINEP, apoiados com recursos do fundo setorial CT-Infra, que tem por finalidade:

“viabilizar a modernização e ampliação da infraestrutura e dos serviços de apoio à pesquisa desenvolvida em instituições públicas de ensino superior e de pesquisas brasileiras, por meio de criação e reforma de laboratórios e compra de equipamentos, por exemplo, entre outras ações.”⁴⁶

Considerando o objeto de estudo desse trabalho, passaremos a uma discussão maior desses projetos que são construídos pelos discentes, técnicos, docentes e pela PPG para submissão à FINEP, visando a aquisição de infraestrutura de pesquisa para a instituição, os quais designamos com a sigla projetos IAIP a fim de evitarmos tornar extensa a sua citação.

Os procedimentos adotados para elaboração do projeto iniciam a partir da divulgação pela PPG, por e-mail, da publicação dos editais da Finep para os centros de ciências, institutos, diretorias de pesquisa dos *campi* de Florestal e Rio Paranaíba e para as coordenações dos programas de pós-graduação, solicitando que seja dado amplo conhecimento aos pesquisadores.

Esses editais estabelecem um limite de subprojetos que poderão compor o projeto apresentado por cada instituição, por esse motivo, na mensagem encaminhada por e-mail a PPG estabelece um prazo para recebimento de uma minuta de proposta, das partes interessadas, para uma seleção interna prévia, observando os critérios determinados no edital. Essa seleção se faz necessária tendo em vista que em alguns momentos o número de interessados ultrapassa o limite estabelecido devido ao tamanho da UFV, considerando seus três *campi*. Atualmente, quando há seleção, as propostas são submetidas ao Conselho Técnico

⁴⁵ Projetos Institucionais – Nesta pesquisa serão considerados aqueles desenvolvidos para submissão aos órgãos de fomento para viabilizar a modernização e ampliação da infraestrutura e dos serviços de apoio à pesquisa.

⁴⁶ Disponível em <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fndct/estrutura-orcamentaria/quais-sao-os-fundos-setoriais/ct-infra>, acesso em 14/04/2022.

de Pesquisa (CTQ) para a tomada de decisão quanto àquelas que irão compor os projetos IAIP.

Posteriormente, tem início a elaboração dos projetos IAIP a partir do que determina o edital e em se tratando da FINEP o que estabelece, também, o manual de preenchimento do Formulário para Apresentação da Proposta (FAP),⁴⁷ que descreve todas as informações que serão exigidas, dentre elas o antecedente histórico científico. Cabe ressaltar, que não há um padrão definido, a cada nova proposta haverá uma nova exigência de informações diversas, e dentre elas em alguns casos será solicitado os antecedentes históricos por área, por propostas anteriores aprovadas pela FINEP, por aquisição de infraestrutura por outros órgãos de fomento e outros.

Figura 1 - Chamada Pública MCTI/Finep/AT - Materiais Avançados e Minerais Estratégicos 2020

Antecedentes: Apresentar breve histórico de cada uma das instituições partícipes abordando, especialmente, as atividades desenvolvidas diretamente relacionadas à Linha Temática da proposta, com ênfase nos últimos cinco anos.

Quando couber, relatar o histórico das atividades de parceria entre as instituições partícipes. Relacionar ainda, para todas as instituições, outros apoios da FINEP, nos últimos 5 anos. (Texto limitado a 5.600 caracteres)

Infraestrutura Física: Informar as principais instalações e equipamentos disponíveis nas instituições partícipes a serem diretamente utilizados no desenvolvimento das atividades relacionadas com a proposta, destacando suas atuais condições. (Texto limitado a 5.600 caracteres)

P&D: Apresentar, para todas as Instituições partícipes, o resumo dos principais projetos de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, relacionados à Linha Temática da proposta, informando os respectivos financiamentos e fontes de recursos. (Texto limitado a 5.600 caracteres)

Produção Científica e Tecnológica: Informar, para todas as Instituições, os resultados mais relevantes da produção científica e tecnológica relacionados à Linha Temática da proposta, no que se refere ao desenvolvimento de produtos ou processos, obtenção de patentes, transferência de resultados ou prestação de serviços ao setor produtivo. (Texto limitado a 5.600 caracteres)

Extensão: Indicar, para todas as Instituições partícipes, os principais trabalhos de extensão ou outros serviços já realizados em assuntos relacionados à proposta apresentada. (Texto limitado a 5.600 caracteres)

file:///C:/ProgramData/FINEP/FAP2006/Demandas/MATMIN2020.html 24/11/2020
 FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS FAP / FNDCT Page 5 of 15

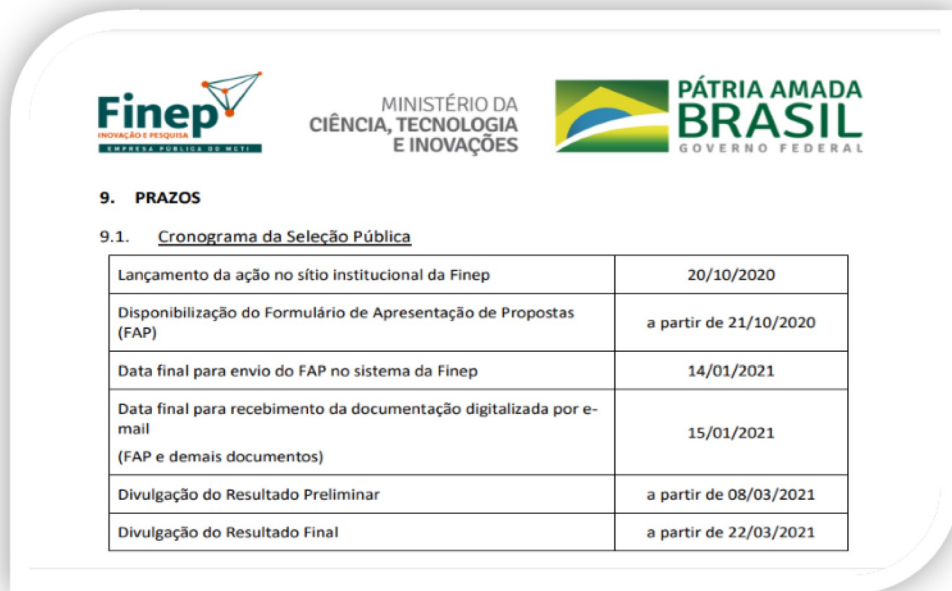
Fonte: manual de preenchimento sistema FAP – FINEP.⁴⁸

⁴⁷ Sistema eletrônico da Finep para envio da proposta.

⁴⁸ Formulário para Apresentação de Propostas – FAP - Chamada Pública MCTI/Finep/At - Materiais Avançados E Minerais Estratégicos 2020 - Manual de Preenchimento. Disponível no sistema eletrônico da Finep específico para cada edital.

Os cronogramas dos editais, geralmente, possuem um prazo exíguo para envio da proposta, por esse motivo a PPG define um cronograma interno na UFV que assegure que todos os trâmites necessários serão cumpridos para a submissão da proposta, pois, além do preenchimento dos campos do formulário eletrônico, da organização dos documentos anexos, há também as tramitações da proposta e de seus documentos anexos para conhecimento e coleta das assinaturas da administração superior da UFV, do Reitor, e da fundação de apoio FUNARBE, do Diretor- Presidente.

Figura 2- Cronograma da Chamada Pública MCTI/Finep/Ação Transversal Materiais Avançados e Minerais Estratégicos 2020⁴⁹



9. PRAZOS

9.1. Cronograma da Seleção Pública

Lançamento da ação no sítio institucional da Finep	20/10/2020
Disponibilização do Formulário de Apresentação de Propostas (FAP)	a partir de 21/10/2020
Data final para envio do FAP no sistema da Finep	14/01/2021
Data final para recebimento da documentação digitalizada por e-mail (FAP e demais documentos)	15/01/2021
Divulgação do Resultado Preliminar	a partir de 08/03/2021
Divulgação do Resultado Final	a partir de 22/03/2021

Fonte: Chamada Pública MCTI/Finep/Ação Transversal Materiais Avançados e Minerais Estratégicos 2020⁵⁰

A gestão de todas as etapas dos projetos institucionais, desde a concepção até as prestações de contas finais, apresentadas nos relatórios técnicos científicos e financeiros é de responsabilidade da PPG. Durante a gestão percebe-se o quanto as informações destes estão esparsas na Instituição em seus três *campi* localizados nas cidades de Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba, o que compromete a agilidade do acesso às mesmas e, conseqüentemente, a eficiência da gestão dos projetos institucionais.

⁴⁹ Disponível em http://www.finep.gov.br/images/chamadas-publicas/2020/20_10_2020_Edital_Materiais_Avancados_2020.pdf, acesso em 14/04/2022.

⁵⁰ Ibidem.

Cabe ressaltar que os cronogramas dos Editais para submissão dos projetos institucionais são muito curtos, conforme exemplo na figura 2, significando um grande desafio para a PPG e os pesquisadores na elaboração das propostas. Atualmente, há morosidade no acesso às informações na UFV pertinentes ao tema proposto nos editais, pois, as informações encontram-se dispersas nos gabinetes dos pesquisadores, nos setores da administração superior e nas fundações de apoio, o que compromete o desempenho da equipe na construção do projeto em tempo hábil.

Além disso, muitos editais consideram como critério de avaliação de mérito dos projetos institucionais a comprovação da experiência na área temática do Edital, a fim de assegurar a capacidade de execução do projeto, a qual depende da disponibilidade dos dados das pesquisas já desenvolvidas na UFV.

Outro ponto crítico, é a dificuldade em atender as solicitações dos órgãos de fomento de reenvio de documentos dos projetos, tais como prestação de contas financeira, relatórios técnicos científicos, publicações etc. Muitas vezes estes prazos para reapresentação dos documentos citados são muito exíguos e, se não cumpridos, podem acarretar sanções para a instituição e para o pesquisador.

Os projetos institucionais são de grande importância para a UFV, uma vez que a partir desses a instituição obtém financiamento para edificações, aquisição e manutenção de equipamentos, promovendo a infraestrutura de pesquisa em seus três *campi*. Dentre estas edificações podemos citar o Departamento de Zootecnia, Bioagro, o Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável e Laboratórios Multicêntricos.

Figura 3 - Laboratório de Pesquisa - Campus Rio Paranaíba



Fonte: Diretoria de Projetos e Obras (DPO) da Pró-Reitoria de Administração (PAD)

Figura 4 - Laboratório de Produção Vegetal - Campus Florestal



Fonte: Diretoria de Projetos e Obras (DPO) da Pró-Reitoria de Administração (PAD)

Figura 5 - INCT em Interações Planta-Praga, anexo do Bioagro. Campus Viçosa



Fonte: Diretoria de Projetos e Obras (DPO) da Pró-Reitoria de Administração (PAD)

Figura 6 - IDATA - Campus Viçosa



Fonte: Diretoria de Projetos e Obras (DPO) da Pró-Reitoria de Administração (PAD)

Os editais dos órgãos de fomento para seleção das propostas de projetos institucionais, contêm vários documentos, que orientam e norteiam as ações que serão necessárias para a elaboração dos respectivos projetos, dentre eles o edital, os anexos e os formulários que deverão ser preenchidos e encaminhados na etapa da seleção. E, os projetos institucionais elaborados para submissão aos órgãos de fomentos, produzem vários documentos como projetos, plantas estruturais, orçamentos, proformas, relatórios e outros.

Os documentos mencionados, tanto os dos editais como os dos projetos institucionais, contêm informações que constituem parte do patrimônio cultural, científico e tecnológico⁵¹ da UFV. Estes documentos são testemunhos de um contexto histórico, pois, a partir dos objetivos descritos nos editais e demais anexos, é possível identificar as demandas e os interesses do período para os quais os órgãos de fomento direcionaram esforços e recursos financeiros. E, os documentos gerados a partir dos projetos institucionais permitem conhecer as demandas da UFV por infraestrutura de pesquisa naquele período e as pessoas envolvidas nos esforços para aquisição, contribuindo para a construção da história da ciência da UFV.

⁵¹ Esse conceito será abordado de forma mais detalhada no Capítulo II desse trabalho.

1.2 Preservação dos documentos nas instituições científicas – memórias em risco

No ano 2020, durante a pandemia da Covid-19, por exemplo, a FINEP lançou a Chamada Pública MCTI/FINEP/Infraestrutura NB-3 seleção pública de propostas para o apoio financeiro a projetos institucionais para adequação/implantação de infraestrutura de pesquisa NB-3 (padrão OMS).⁵² Dentre os objetivos, estava o de avançar em pesquisas destinadas ao combate a COVID-19 e outras doenças contagiosas, que contribuíssem para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do país.

Os documentos dos projetos estão dispersos na UFV e o arquivamento destes é definido a partir da posição, ou do olhar, de cada um de seus detentores. Não há uma política institucional de arquivamento, de preservação e difusão destes documentos, o que poderá significar uma desorganização das informações colocando em risco, como já citado, a gestão dos projetos, podendo provocar também a perda da memória cultural, científica e tecnológica da instituição.

É importante ressaltar que a continuidade do conhecimento científico e tecnológico depende, também, do registro das ações praticadas. Muitas memórias da ciência e da tecnologia desaparecem quando seus detentores se aposentam, são redistribuídos ou se desvinculam pelos mais variados motivos. Algumas são levadas de uma instituição para outra, outras são arquivadas, mas não estão acessíveis e há ainda as que são destruídas.

Uma vez identificados estes problemas, surgiu a preocupação em preservar, salvaguardar e dar acesso à informação gerada, respeitando as legislações pertinentes, no intuito de sanar os pontos apresentados e principalmente dar o devido tratamento a memória registrada nos documentos gerados nos projetos institucionais para aquisição de infraestrutura de pesquisa. Esta preocupação deve-se ao fato de que estes têm se mostrado relevantes e que agregam valor a UFV, sendo percebidos como parte do Patrimônio Cultural, Científico e Tecnológico (PCC&T) da instituição.

Esta percepção deve-se ao valor que as memórias agregam ao desenvolvimento cultural, científico, tecnológico e social, podendo ser compreendidas como patrimônio de acordo com o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que descreve sobre os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos

⁵² Disponível em http://www.finep.gov.br/images/chamadas-publicas/2020/28_07_2020_Edital_Infraestrutura_NB-3_Rerratificado.pdf Acesso em 23/09/2021.

diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem, entre outros, os documentos, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, conjuntos urbanos e sítios de valor científico.

No ano de 2003, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) publicou o relatório Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia,⁵³ que foi elaborado por uma comissão designada pela Portaria 116/2003, de 4 de julho de 2003. A elaboração deste relatório foi motivada pela constatação da ausência no próprio CNPq de uma política de preservação de sua memória científica e tecnológica. E, do questionamento quanto a preservação desta memória nas instituições de ensino e pesquisa no país, pois, sabe-se que as memórias das instituições constituem a memória do Conselho.

Os trabalhos realizados pela Comissão possibilitaram perceber que a preocupação era pertinente, havia um descaso com esta memória em todo o país. Diante desta realidade a Comissão defendeu que:

o Brasil precisa cuidar judiciosamente da memória de sua produção científica e tecnológica sob pena de não se reconhecer como integrante do grande processo de construção do conhecimento humano. Levando-se em conta que a produção do conhecimento se confunde com o esforço de construção da Nação, uma política de memória da ciência e da tecnologia é de importância indiscutível; sem esta memória seria impossível pensar seriamente o trajeto brasileiro.⁵⁴

Esta discussão abordada pela comissão reiterou a importância de se preservar esta memória para que fosse transmitida a outras gerações, possibilitando a construção do conhecimento científico e tecnológico da nação e do mundo. Ou seja, reconheceu esta memória como uma narrativa constituinte de um patrimônio que precisa ser preservado a fim de evitar que este desapareça.

Este reconhecimento dos bens materiais e imateriais da ciência e da tecnologia como patrimônio, vai ao encontro das considerações de Françoise Choay, pois, ela afirma que este termo tem sido requalificado por diversos adjetivos ao longo de sua trajetória. Mas, sempre mantendo o seu sentido semântico, uma herança, um legado a ser transmitido de uma geração a outra, “obras e obras primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir faire* dos seres humanos.”⁵⁵

⁵³ Disponível em <https://centrodememoria.cnpq.br/politicadememoria.pdf> acesso em 21/09/2021.

⁵⁴ Ibidem, p. 3.

⁵⁵ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Unesp, 2011, p. 11.

O relatório ressaltou que a memória da ciência e da tecnologia é parte integrante do patrimônio nacional, pois, considerou que há um vínculo entre eles que seriam as atividades científicas e os procedimentos técnicos, os quais fazem parte da cultura. Assim, o relatório estabeleceu que a memória da ciência e da tecnologia compõe o PCC&T compreendendo:

o vasto conjunto de bens materiais e simbólicos produzidos ou utilizados ao longo do trajeto da produção e difusão do conhecimento. Acervos de documentos escritos originados de instituições científicas e de ensino, coleções organizadas por estudiosos, registros fonográficos e fotográficos, filmes, obras raras, máquinas e equipamentos, edifícios e instalações, bibliotecas, mapotecas, arquivos pessoais de pesquisadores e professores, parcela substancial da correspondência diplomática, documentos e instrumentos relativos a numerosas atividades militares e registros da produção científica de brasileiros no exterior integram o patrimônio científico e tecnológico brasileiro.⁵⁶

Marcus Granato e Marta Lourenço⁵⁷ abordaram a importância do PCC&T como fonte para a história da Ciência, descrevendo como se constituiu os acervos dos bens vinculados ao conhecimento gerado nas Instituições de Ensino, ressaltando sua importância considerando-os como testemunhos histórico-científicos da nossa memória coletiva.

Em 2016, no IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de Cultural de Ciência e Tecnologia, realizado no Museu de Astronomia e Ciência Afins (MAST), com a presença de especialistas de várias instituições foi discutido a ampliação da concepção sobre patrimônio cultural, científico e tecnológico com respaldo nas Cartas Patrimoniais. A partir destas discussões foi elaborada em 2017 a Carta do Rio de Janeiro sobre Patrimônio cultural, científico e tecnológico por decisão dos participantes do evento no ano anterior.

A percepção do quanto o patrimônio cultural gerado nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil são ricos e vastos, levou à construção da Carta citada anteriormente que “contém princípios, objetivos, diretrizes e recomendações, cujo propósito é reconhecer e difundir o vasto patrimônio da universidade, aproximando em um esforço comum todos os envolvidos.”⁵⁸

Diante deste reconhecimento surge a preocupação com a forma adequada para preservação, armazenamento e difusão do PCC&T, sendo neste projeto dado ênfase aos

⁵⁶ Disponível em <https://centrodememoria.cnpq.br/politicadememoria.pdf> acesso em 21/09/2021.p.5

⁵⁷ GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta C. **O patrimônio cultural, científico e tecnológico do Brasil e de Portugal: uma introdução. Coleções científicas luso-brasileiras: patrimônio a ser descoberto.** Rio de Janeiro: MAST, 2010. p.10-12.

⁵⁸ DE CAMARGO, Mônica Junqueira. **Cultura patrimonial e a Universidade de São Paulo. Revista CPC**, n. 23, p. 06-09, 2017. p.7

documentos gerados nos projetos institucionais da UFV para aquisição de infraestrutura de pesquisa. Pois, sabe-se que os registros dos bens materiais ou imateriais são de suma importância para sua compreensão, para conhecer o contexto à época em que foi desenvolvido, a motivação, os projetos de construção e outras informações pertinentes.

Um exemplo clássico, dentre outros anteriores, que contribui para que possamos ressignificar o nosso olhar sobre a importância da história da ciência refere-se ao fato ocorrido do ano de 2020 da alta demanda por respiradores artificiais, a nível mundial, provocada pela pandemia da COVID-19, que causou desde resfriados comuns a doenças respiratórias mais graves, como a Síndrome Aguda Respiratória Severa (SARS) e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS).

Naquele momento, o crescimento exponencial da demanda por respiradores e a falta deles, no mercado nacional e internacional, fizeram com que pesquisadores brasileiros optassem por recorrer a tecnologia desenvolvida pela indústria nacional nos anos 50, o respirador TAKAOKA. Esta informação foi apresentada por Emanuela Ribeiro⁵⁹ no evento Primavera dos Museus⁶⁰ promovido pelos museus brasileiros e coordenado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Ela afirma que um dos desafios encontrados pelos pesquisadores foi a falta dos documentos, dos registros sobre o contexto, a demanda e sobre o próprio desenvolvimento do equipamento, que significou um atraso na pesquisa.

E este não é, infelizmente, um fato isolado, não há uma cultura nacional de preservação adequada da memória cultural, científica e tecnológica, principalmente nas instituições públicas que são as suas maiores detentoras no Brasil. Os arquivos nessas instituições são considerados os locais aptos a armazenar as documentações, porém, não são devidamente tratados e organizados. E, a pandemia da Covid 19 veio nos alertar, como outras anteriores, para a preservação dessa memória a fim de assegurar que os registros, documentos estejam devidamente tratados para promover a celeridade ao desenvolvimento de novos projetos.

A partir de fatos como este compreende-se a reflexão apresentada por José Maria Jardim sobre o percurso histórico dos arquivos públicos no país, ao afirmar que os registros

⁵⁹ Docente do Departamento de Antropologia e Museologia (DAM) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

⁶⁰ 14ª Primavera dos Museus – Mundo Digital: Museus em Transformação 2020. Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zrFlok99QM>, acesso em 29/10/2020.

estão associados à memória e que “neste sentido, a memória parece visualizada sobretudo como dado a ser arqueologizado e raramente como processo e construção sociais.”⁶¹

O autor⁶² citado ressalta que o conceito, noção de memória não é empregado adequadamente nas práticas de constituição do patrimônio documental no país, o que interfere no tratamento dado aos documentos, os quais são muitas vezes descartados ou apenas guardados sem critérios.

A correta aplicabilidade do conceito de memória é apresentada por Dirlene Barros e Dulce Amélia, fundamentadas na afirmação de Pierre Nora que considera que arquivo corresponde a um dos lugares de memória, destacando que este é “o mediador que permite o acesso do pesquisador ao objeto da pesquisa, ampliando, dessa forma, as possibilidades de avanço para o exercício da produção do conhecimento.”⁶³

Heloísa Bellotto contribui com esta discussão, afirmando que a finalidade primordial dos arquivos “é o acesso à informação,”⁶⁴ portanto, é de extrema importância refletir sobre a difusão do conhecimento científico e tecnológico a partir da estruturação adequada destes nas Instituições de Ensino Superior (IES) e das políticas institucionais sobre os procedimentos adequados.

A importância dos arquivos para a administração, o ensino, a pesquisa e a extensão, foi discutida por Cynthia Roncaglio⁶⁵ a partir de estudos realizados no Arquivo Central da Universidade de Brasília. A autora descreve que as IFES são detentoras de arquivos em decorrência das suas atividades, destacando a necessidade de estudar a estrutura das instituições, de definir prioridades, de estabelecer estratégias de organização, atribuindo esta responsabilidade não só aos arquivistas, mas a todos que atuam nestas. Sendo importante o estabelecimento de diálogos em busca de soluções inovadoras, considerando os avanços do conhecimento científico tecnológico e o surgimento de novos suportes das informações.

Estudos realizados, também, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e no Instituto Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (IFET-MG) demonstraram a ausência de políticas institucionais. A partir dos resultados destes estudos, Adalson

⁶¹ JARDIM José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. Ciência da Informação, v. 25, n. 2, 1995. p.1.

⁶² Ibidem.

⁶³ BARROS, Dirlene Santos; AMELIA, Dulce. **Arquivo e memória: uma relação indissociável**. TransInformação, Campinas, 21(1):55-61, jan/abr., 2009. p.59.

⁶⁴ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. apud BARROS, Dirlene Santos; AMELIA, Dulce. **Arquivo e memória: uma relação indissociável**. TransInformação, Campinas, 21(1):55-61, jan/abr., 2009.p.56

⁶⁵ RONCAGLIO, Cynthia. O papel dos arquivos das instituições federais de ensino superior e a experiência do Arquivo Central da Universidade de Brasília. **Revista Íbero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 9, n. 1, p. 178-194, 2016.

Nascimento e Andrea Moreno⁶⁶ apresentaram reflexões e ações que têm sido feitas sobre a preservação do patrimônio e da memória nas IFES.

A preocupação com o legado da memória cultural, científica e tecnológica têm fomentado a criação de repositórios institucionais, tais como o da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e outros.

Percebe-se que várias instituições universitárias têm se preocupado com a questão da implementação de ações que construam uma política de preservação e difusão do patrimônio cultural, científico e tecnológico para a sociedade como um todo, indo além dos pesquisadores e seus pares.

Estas ações vão ao encontro do anseio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) pela disponibilização dos conhecimentos científicos. Esta agência defende que a ciência deve ser compreendida como um direito humano, portanto, os conhecimentos gerados devem ser produzidos para o bem da humanidade e disponibilizados de forma acessível para ela, conforme Audrey Azoullay⁶⁷, diretora-geral.

Devido a esta postura adotada pela UNESCO, esta agência tem envidado esforços no fortalecimento e ampliação do movimento Ciência Aberta, iniciado por uma comunidade científica há décadas, que propunha a abertura das informações científicas⁶⁸. Em 2019, na 40ª Conferência Geral ficou acordada a elaboração da Recomendação sobre Ciência Aberta, que foi apresentada para aprovação em novembro do ano de 2021⁶⁹.

Nessa conferência, estiveram presentes 193 países que aderiram a recomendação da agência, a qual propões que “ao tornar a ciência mais transparente e acessível, tornará a ciência mais equitativa e inclusiva.”⁷⁰ A diretora-geral da Unesco, reforça essa proposição ao afirmar que:

⁶⁶ NASCIMENTO, Adalson. (Org.); MORENO, Andrea. (Org.). **Universidade, memória e patrimônio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

⁶⁷ Disponível em <https://agora.fiocruz.br/2018/11/09/em-dia-mundial-chefe-da-unesco-lembra-importancia-do-acesso-universal-a-ciencia/>, acesso em 03/02/2022.

⁶⁸ Disponível em <https://www.acessoaberto.usp.br/unesco-recomendacoes-ciencia-aberta/> acesso em 02/02/2022.

⁶⁹ Disponível em https://brasil.un.org/pt-br/156810-conferencia-geral-da-unesco-comeca-na-proxima-semana#:~:text=19%20de%20novembro%2C%20Sala%20I,conjunto%20com%20o%20governo%20japon%C3%AAs.)). acesso em 03/02/2022.

⁷⁰ Disponível em <https://www.unesco.org/en/articles/unesco-sets-ambitious-international-standards-open-science>, acesso em 03/02/2022.

A pandemia do COVID-19 colocou em foco como as práticas de ciência aberta, como o acesso aberto a publicações científicas, o compartilhamento de dados científicos e a colaboração além da comunidade científica, podem acelerar a pesquisa e fortalecer os vínculos entre a política científica e a sociedade. A Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta impulsionará a adoção mais ampla de práticas abertas, incentivará um maior endosso da ciência aberta e garantirá que os resultados da pesquisa sejam benéficos para todos.⁷¹

Um dado interessante apresentado pela Unesco refere-se ao fato de que 70% das publicações científicas estão inacessíveis, em paywalls. Porém, quando se trata das publicações específicas sobre a Covid-19, essa proporção “caiu para cerca de 30%. Isso mostra que a ciência pode ser mais aberta.”⁷²

A pandemia mundial da Covid-19, ocorrida no período de 2020/2022, reforçou a necessidade da celeridade em propiciar “acesso equitativo à informação científica, facilitando o compartilhamento de conhecimento científico, dados e informações, aumentando a colaboração científica e a tomada de decisão baseada na ciência e no conhecimento.”⁷³

Pensando nisso e reconhecendo que as IES são os espaços onde são realizadas as pesquisas, em sua grande maioria, e conseqüentemente é gerado o conhecimento cultural, científico e tecnológico, torna-se necessário discutir nesses espaços a necessidade de preservar e transmitir tais conhecimentos reconhecendo-os como um direito de todos.

Estas ações de preservação e difusão, também, tornaram-se ainda mais relevantes e urgentes indo ao encontro de outra necessidade atual para as IES no Brasil, que têm enfrentado um cenário de descrédito de sua importância para a sociedade, promovido por discursos do próprio governo federal desde o ano de 2019. Este governo tem efetuado cortes orçamentários no ensino e na pesquisa, comprometendo a continuidade das IES, justificando a partir de um discurso equivocado que nestas instituições nada tem sido feito em prol da sociedade.

As IES precisam divulgar para a sociedade o desenvolvimento cultural científico e tecnológico proveniente do ensino e da pesquisa, tornando visível e acessível a informação dos bens gerados nas áreas agrárias, biológicas e da saúde, exatas e tecnológicas, humanas, letras e artes, no intuito de valorizar e demonstrar todo o seu esforço em prol da sociedade, atendendo às demandas por novos conhecimentos e bens.

⁷¹ Ibidem.

⁷² Ibidem.

⁷³ Disponível em <https://www.acessoaberto.usp.br/UNESCO-recomendacoes-ciencia-aberta/> acesso em 11/11/2021.

Algumas ações foram realizadas na UFV para a preservação e difusão da memória cultural, científica e tecnológica, dentre elas a criação do Museu Histórico em 26 de agosto de 1986, que teve como motivação a iniciativa da Sra. Lujan Chagas, servidora técnica, que preocupada em salvaguardar documentos, fotos, objetos etc. iniciou um trabalho de coleta e registro. Nesse museu encontram-se documentações arquivadas da própria Lujan, conforme informações obtidas durante uma visita técnica, ocorrida em 07/10/2021, com a museóloga Chirle Aparecida Gomes.

Em seu acervo é possível encontrar, também, peças de laboratórios e outros materiais utilizados em diversos cursos no início da trajetória da UFV. Porém, os documentos que reportam a estas peças e materiais, testemunhos desta história científica não foram preservados e repassados ao Museu Histórico.

Algumas dissertações do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania também têm contribuído para a construção e preservação do PCC&T da UFV, dentre estas podemos citar: Os primórdios da pós-graduação em Fitotecnia na UFV: memórias do programa pioneiro no Brasil⁷⁴ e Museu Regional de Entomologia da Universidade Federal de Viçosa: uma proposta de institucionalização.⁷⁵

As ações para preservação na UFV ainda são muito restritas a um corpo técnico, e dentre os membros deste corpo, há um número extremamente limitado de profissionais das áreas de arquivologia e museologia. A inexistência de uma cultura institucional voltada para a preservação, reforça o entendimento de que não é responsabilidade de todos realizar ações de preservação.

Cynthia Roncaglio⁷⁶ em suas discussões tem alertado para que ocorra uma mudança dessa mentalidade, ressaltando que é de suma importância que aconteça um esforço coletivo na instituição, um efeito multiplicador de discussões, seminários, cursos e práticas adequadas para que a comunidade universitária possa assumir também o compromisso com o arquivamento, preservação e a difusão das informações.

Discussões de autores como as de Cynthia Rocanglio vieram ao encontro do nosso anseio em desenvolver esse trabalho, reforçando as nossas convicções quanto a urgência de

⁷⁴ GOUVEA, Tatiani Gomes. **Os primórdios da Pós-Graduação em Fitotecnia na UFV: memórias do programa pioneiro no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017.

⁷⁵ SILVA, Eliane de Castro. **Museu Regional de Entomologia da Universidade Federal de Viçosa: uma proposta de institucionalização**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.

⁷⁶ RONCAGLIO, Cynthia. Op. cit.

envidarmos esforços para contribuirmos com a mudança cultural das práticas de arquivamento da UFV. Assim, nosso trabalho visa colaborar na construção de uma política de preservação e difusão do PCC&T da Universidade Federal de Viçosa, propondo a adequação do Sistema de Registro de Projetos da PPG para arquivamento e difusão dos documentos gerados a partir dos projetos institucionais de infraestrutura de pesquisa. Tal adequação permitirá assegurar que o legado cultural, científico e tecnológico da UFV seja transmitido a futuras gerações de pesquisadores e da sociedade.

E, será uma ferramenta estratégica que poderá contribuir com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI⁷⁷ da UFV, nas tomadas de decisão relativas às infraestruturas de pesquisas da instituição, disponibilizando as informações de forma segura e ágil, respeitando às exigências de sigilo. O plano estratégico revisado,⁷⁸ do período compreendido entre os anos de 2020 e 2023, traz entre suas ações atribuídas à PPG o objetivo 5 com o seguinte texto: consolidar e expandir a pós-graduação. Dentre as metas desse objetivo consta a de ampliar e modernizar a infraestrutura para pesquisa e pós-graduação, o que reforça a importância das informações devidamente tratadas, preservadas e acessíveis para subsidiar as decisões e as ações.

Reconhecendo que os documentos gerados a partir dos projetos IAIP, quando bem tratados, tornam-se um conhecimento, um legado a ser transmitido para promover a historiografia científica da UFV e tornar o desenvolvimento de novos projetos e a gestão institucional eficientes, passamos a percebê-los como um patrimônio cultural a ser preservado e difundido. Por se tratar de documentos, compreendemos que o arquivamento, realizado conforme os conhecimentos da área da Arquivologia, viria ao encontro da proposta desse trabalho. Assim, a nossa discussão teórica se dá a partir de artigos, dissertações e livros sobre os temas Patrimônio e Arquivos, que será apresentada nesse trabalho na parte I, nos capítulos 2 e 3, respectivamente.

A compreensão do conceito de Patrimônio e suas ampliações ao longo da história permitiram reconhecer os bens culturais materiais e imateriais como parte integrante do Patrimônio Cultural Mundial. E, a partir desta construção o entendimento acerca do Patrimônio cultural, científico e tecnológico (PCC&T) existente nas IES, enquanto espaços

⁷⁷ O PDI é um instrumento de planejamento e gestão, norteador das decisões e ações institucionais, instituído pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) como parte do processo de avaliação institucional. Abrange um horizonte de, no mínimo, cinco anos, pois suas orientações devem ultrapassar o período de uma Gestão. Disponível em <https://www.planejar.ufv.br/equipe/>, acesso em 11/11/2021.

⁷⁸ Disponível em <https://www.planejar.ufv.br/wp-content/uploads/2021/03/Objetivos-Institucionais-e-Metas-Estrat%C3%A9gicas-2020-2023.pdf>, acesso em 14/04/2022.

geradores do conhecimento científico. Esse entendimento vem sendo discutido em fóruns, eventos, seminários e outros, o que nos permitiu apropriarmos desse conceito para abordarmos nesse trabalho a importância de preservarmos e difundirmos os documentos gerados na UFV a partir de sua memória cultural, científica e tecnológica.

Ao pensarmos em documentos como vestígios da memória institucional reportamos automaticamente aos Arquivos, reconhecendo-os como lugares de memória. O que em um primeiro momento nos despertou uma grande preocupação, pois como será discutido no capítulo 3 desse trabalho, os arquivos nas instituições públicas por longos anos não foram devidamente tratados. Os conhecimentos científicos da área de Arquivologia nos trouxeram um grande arcabouço teórico que nos permitiu conhecer a formação dos arquivos, compreender a importância do diagnóstico dos arquivos para uma intervenção adequada e entender o quanto os arquivos são dinâmicos, ressaltando o quanto estes são ressignificados ao longo da história.

Como citado na introdução, para que pudéssemos estruturar a nossa proposta de adequação do Sistema de Registros de Projetos da PPG (SisPPG) para inclusão dos projetos IAIP, após a construção do conhecimento teórico sobre os temas descritos acima, realizamos um diagnóstico das práticas arquivísticas de todos os envolvidos na elaboração e na gestão desses projetos. Esse diagnóstico foi obtido a partir do levantamento de vestígios dos registros em arquivos físicos e eletrônicos da PPG, UFV e da FUNARBE e nos sistemas informatizados da PPG e da UFV. Também, das respostas dos questionários aplicados, por e-mail atendendo as orientações do comitê de pandemia da UFV, a 40 pesquisadores envolvidos na elaboração dos projetos de IAIP no período de 2007 a 2020, dos quais retornaram 60%. Os procedimentos e os resultados do diagnóstico serão apresentados de forma detalhada na parte II, no capítulo 1, desse trabalho.

Contribuindo para as ações de preservação na instituição da memória cultural, científica e tecnológica estruturamos uma proposta de adequação do SisPPG para solicitação junto à Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), setor responsável na UFV pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas informatizados. A DTI dispõe de formulário próprio para apresentação formal dessas demandas denominado Ordem de Serviços, assim, a nossa proposta foi estruturada nesse formulário, anexo II desse trabalho, e submetido ao pró-reitor em reunião, que após as discussões analisou, complementou e deferiu, autorizando o encaminhamento à DTI para atendimento. Essa proposta estruturada corresponde ao produto

(anexo I) desenvolvido para atender às exigências do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV.

Esperamos que essa proposta vá além do registro dos projetos, que contemple a gestão das informações da pesquisa e de sua infraestrutura, o armazenamento, a preservação e a difusão da memória cultural, científica e tecnológica institucional. Contribuindo de fato com a construção de uma política institucional de arquivamento.

CAPÍTULO 2

O conceito do patrimônio a partir de um viés europeu e suas ampliações

Inicialmente, a concepção do termo patrimônio referia-se a herança paterna transmitida, como descrito por Carla Dias e Antônio Lima⁷⁹ ao citar Dominique Poulot. Ao longo de sua trajetória o conceito de patrimônio tem sido ressignificado, tornando-se mais amplo, marcado fortemente por disputas e conflitos quanto ao que se deve preservar e transmitir às futuras gerações.

Para compreender estas ampliações do conceito, torna-se necessário refletir sobre o contexto político, social, econômico e cultural dos períodos em que estas ocorreram. Este contexto norteava, influenciava as decisões sobre a patrimonialização, como veremos a seguir em nossa discussão teórica sobre as ampliações que esse conceito foi incorporando ao longo da sua trajetória.

Como nos afirma Manoel Guimarães “refletir sobre o patrimônio pode e deve ser uma das preocupações do campo historiográfico, submetendo-o a uma investigação que sublinhe a dimensão histórica de sua invenção.”⁸⁰ Ele ressalta que a partir das demandas, interesses do presente há uma seleção do patrimônio para construir as narrativas do passado. Considera que as práticas de preservação sempre estiveram vinculadas a um passado “muitas vezes idealizado, como de certezas e segurança.”⁸¹

No Brasil a construção da concepção do conceito de patrimônio e suas práticas de preservação foram herdadas do eurocentrismo, tendo em vista sua colonização por Portugal, sofrendo, portanto, influências europeias. Assim, a discussão teórica nesta pesquisa desenvolve-se a partir do viés europeu.

É a partir das discussões teóricas sobre a construção e a evolução do conceito de patrimônio que se torna possível compreender os contextos históricos que possibilitaram ampliar essa concepção abarcando outros bens. Bens que muitas vezes seriam esquecidos se não ocorresse a evolução do conceito e suas práticas.

⁷⁹ DIAS, Carla da Costa; LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 199-221, 2012.

⁸⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, 2012, p.97.

⁸¹ *Ibidem*, p.97.

Ainda, risco de se perder as memórias dos grupos que não eram reconhecidos como representantes de uma nação, conforme a concepção pós-revolucionária francesa, período em que o patrimônio estava fortemente vinculado, ou até mesmo servindo de instrumento para reforçar a construção de uma nação hegemônica, a partir dos interesses de uma classe dominante.

Esse alargamento do conceito para além da pedra e cal, como descrito por Maria Cecília Fonseca⁸², foi de suma importância para a construção da concepção do patrimônio cultural, nos permitindo refletir e propor uma discussão acerca do Patrimônio cultural, científico e tecnológico (PCC&T), relativamente contemporâneo e existente nas IES, que não é percebido, muitas vezes invisibilizado e em risco. Patrimônio esse cujos bens materiais e imateriais têm sido de grande importância para o legado científico mundial, podendo promover o desenvolvimento científico e tecnológico e o desenvolvimento social, econômico e político. Sendo, portanto, uma preocupação da UNESCO, que em suas recomendações tem impulsionado em “nível global a mudança para a ciência aberta e garantindo que ela realmente contribua para preencher as lacunas de conhecimento e tecnologia entre e dentro dos países.”⁸³

2.1 A influência da formação dos Estados Nacionais na construção do conceito de Patrimônio

A Revolução Industrial no século XVIII e a formação dos Estados Nacionais no século XIX, ocorridas no continente europeu, significaram um momento de mudanças profundas, como nos descreve Márcia D’Alessio, que implicaram em “perdas coletivas materiais e espirituais, ingredientes certos para o desenvolvimento do desejo de memória e de busca identitária.”⁸⁴

⁸² FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, Regina et al. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, v. 28, 2003.

⁸³ Disponível em <https://pt.unesco.org/news/unesco-estabelece-ambiciosos-padroes-normativos-internacionais-ciencia-aberta#:~:text=UNESCO%20estabelece%20ambiciosos%20padr%C3%B5es%20normativos%20internacionais%20para%20a%20ci%C3%Aancia%20aberta,-25%2F11%2F2021&text=O%20primeiro%20marco%20de%20a%C3%A7%C3%A3o,da%20Confer%C3%Aancia%20Geral%20da%20UNESCO.&text=Isso%20mostra%20que%20a%20ci%C3%Aancia%20pode%20ser%20mais%20aberta.> acesso em 03/02/2022.

⁸⁴ D’ALESSIO, Márcia Mansor. *Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador*. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, 2012, p. 80.

O Estado que se constituiu após o movimento revolucionário, preocupado em conter as ações de revolta, vandalismo, resistência, instalados na nação, adotou uma ação estratégica de preservar materiais que pudessem constituir em uma memória coletiva que promovesse um sentimento de pertencimento.

Assim, iniciou-se um movimento de práticas de preservação dos monumentos selecionados que reportavam ao passado, eleitos como símbolos de representação de uma nação, dado o interesse do Estado em narrar, construir uma identidade oficial que pudesse disseminar.

Houve, então, uma valorização dos grandes monumentos edificados que significavam a construção de uma memória oficial, ressaltando o poder da nação, evocando um passado glorioso reforçado pelos símbolos. Construindo de maneira estratégica uma memória coletiva que reforçava uma ideia forjada de homogeneidade.

De acordo com Olgário Vogt,⁸⁵ neste período surge a concepção do Patrimônio Histórico e Artístico, que compreendia os bens, os objetos e os monumentos como um passado localizado e selecionado para fins vitais, para manter e preservar a identidade de uma nação. Ele ressalta que “inicialmente, a decisão do que seria considerado patrimônio recaiu sobre especialistas (arquitetos, juristas, historiadores, antropólogos, sociólogos, literatos e artistas plásticos(...)).”⁸⁶ E, que estas decisões eram tomadas a partir do valor simbólico atribuído pela memória coletiva de uma elite dominante em detrimento de outras memórias. Mas, buscava-se construir uma sensação de que todos os indivíduos estavam ali representados, como se houvesse uma nação homogênea.

Havia, obviamente, um interesse do grupo dominante à época, a burguesia, em fomentar, construir “a ideia de grupo coeso e homogêneo,”⁸⁷ visando promover o entendimento de que todos faziam parte de um mesmo grupo, forjando uma memória oficial da nação que abarcava todas as memórias.

A preocupação em construir a identidade de uma nação não ficou restrita às políticas de patrimonialização, o Estado assumiu também outras políticas, como a reforma educacional. Márcia D’Alessio argumenta que “em 1880, a França conheceu a reforma educacional Jules Ferry, outro fato que reforçou o sentimento de união nacional, sobretudo, por ter produzido

⁸⁵ VOGT, Olgário Paulo. **Patrimônio cultural: um conceito em construção**. Métis: história & cultura, v. 7, n. 13, 2008.

⁸⁶ Ibidem, p.15

⁸⁷ D’ALESSIO, Márcia Mansor. Op. cit. p.83.

um discurso de forte apelo patriótico.”⁸⁸ O que, conforme a autora, significou forjar um cidadão identificado com a Nação e não mais com sua individualidade.

Buscava-se também ressignificar a concepção do homem trabalhador que anteriormente era visto com menosprezo, passando a dignificar o mesmo, conforme nos descreve Márcia D’Alessio⁸⁹. Obviamente que havia um interesse da burguesia neste sentido para assegurar a mão de obra necessária para o alcance de seus interesses econômicos e financeiros. E, a junção do homem trabalhador com o homem educado para o trabalho, ou seja, especializado para atender às demandas da indústria e do comércio, era necessária para o desenvolvimento econômico-financeiro do mercado.

Márcia D’Alessio afirma, com base em André Chastel, que os museus da época assumiram “uma vocação pedagógica, qual seja, formar o gosto contemporâneo e poderíamos acrescentar, comum e nacional.”⁹⁰ Esta afirmativa reforça o entendimento do uso do patrimônio como um instrumento mediador na formação de uma identidade “comum” a todos os cidadãos de uma nação. A preservação do monumento tinha um propósito mais político que de preservação de uma memória, pois visava construir um sentimento de pertencimento que promovesse o nacionalismo, unindo a todos em prol dos objetivos do Estado.

Diferentemente da França naquele período, aqui no Brasil esta preocupação com a formação de uma nação não foi expressiva durante o período do Império e da Primeira República. Márcia D’Alessio ressalta que naquele contexto, “as políticas de Estado eram esparsas, limitadas e frágeis.”⁹¹

A preocupação com as práticas de preservação do Patrimônio Histórico e Artístico no país tornou-se mais expressiva no governo Vargas, durante a década de 1930, um governo centralizador e intervencionista, preocupado em reconstruir o Estado Nacional. Período em que o governo assumiu as ações para o estabelecimento das políticas públicas de preservação, preocupado em construir uma identidade nacional, que possibilitaria forjar o cidadão brasileiro com vistas a atender também dentre dos seus interesses, as demandas do projeto de industrialização, de acordo com Márcia Chuva.⁹²

Márcia Chuva ressalta que “concomitantemente, ia se construindo uma série de novos campos de conhecimento, fruto de divisões e especializações e de lutas por autonomia,

⁸⁸ D’ALESSIO, Márcia Mansor. Op. cit. p.84.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ D’ALESSIO, Márcia Mansor. Op. cit. p.82.

⁹¹ D’ALESSIO, Márcia Mansor. Op. cit. p.86.

⁹² CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, 2012.

como a criação das primeiras universidades brasileiras(...).”⁹³ Como na França, a Educação também fazia parte dessa estratégia sendo criadas as primeiras universidades brasileiras para a formação do cidadão trabalhador especialista.

Naquele contexto, Mário de Andrade, poeta modernista, foi convidado a elaborar um anteprojeto para a criação de um instituto de proteção do patrimônio brasileiro pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Havia um interesse em criar o órgão que seria o responsável por determinar aquilo que seria representativo da nação brasileira a partir da decisão do Estado, conforme nos descreve Olgário Vogt⁹⁴.

A proposta apresentada pelo modernista extrapolava os interesses dos grupos que controlavam o governo. De acordo com Marlise Giovanaz ele “preocupava-se com a preservação da diversidade cultural em uma perspectiva etnográfica da cultura.”⁹⁵ A noção de cultura e patrimônio para ele era mais abrangente, incorporava manifestações de vários grupos sociais, sem distinção de classe. Esta postura adotada refletia, também, os ideais do Movimento Modernista, que propunha a ruptura com os conceitos estéticos do passado, havia um interesse em libertar do modelo europeu e construir uma identidade realmente nacional, que abarcasse todos os grupos.

Esta proposta não foi aceita na íntegra, uma vez que não coadunava com a concepção conservadora dos intelectuais da época sobre patrimônio, os quais estavam realmente à frente das decisões das políticas de preservação do Estado. Assim, prevaleceu naquele período “o que as classes hegemônicas brasileiras de então escolheram que era representativo da nacionalidade e aquilo que não era,”⁹⁶ sendo considerado patrimônio naquele momento os bens materiais arquitetônicos vinculados ao barroco colonial.

Assim, as informações constantes na proposta de Mário de Andrade que atendiam aos interesses do governo foram selecionadas, fornecendo subsídios para as discussões preliminares quanto a estrutura e os objetivos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN) criado pelo Decreto 25, de 30 de novembro de 1937.

A diversidade cultural brasileira, reconhecendo e valorizando as diversas manifestações de diversos grupos sociais, contemplando também os pobres, foi considerada naquele momento como algo muito distinto do patrimônio. Após uma década, não houve uma

⁹³ Ibidem, p. 149

⁹⁴ VOGT, Olgário Paulo, op.cit.

⁹⁵ GIOVANAZ, Marlise, apud VOGT, Olgário Paulo. **Patrimônio cultural: um conceito em construção**. Métis: história & cultura, v. 7, n. 13, 2008, p. 23.

⁹⁶ RHODEN, Luiz Fernando, apud VOGT, Olgário Paulo. **Patrimônio cultural: um conceito em construção**. Métis: história & cultura, v. 7, n. 13, 2008, p.23.

mudança nesse entendimento, e suas considerações quanto a diversidade cultural propiciaram a criação da Comissão Nacional de Folclore, em 1947, que contemplava essa realidade. Esta ação foi realizada “por um grupo de intelectuais que almejava o reconhecimento do folclore como saber científico,”⁹⁷ conforme descrito por Márcia Chuva.

2.2 Alargamento do conceito de Patrimônio a partir da contribuição de novos Estados

Após a Segunda Guerra Mundial em 1945, um período marcado por grandes perdas que provocou nos indivíduos uma busca por memórias, pertencimento, referências, ..., ocorreu a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU),⁹⁸ que visava garantir a paz e a segurança do mundo. Dentre as agências da ONU estava a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que conforme Olgário Vogt tinha por objetivo “intervir, em escala mundial, nos campos da educação, da ciência e da cultura.”⁹⁹

A UNESCO propôs que as políticas patrimoniais passassem a ser definidas no âmbito mundial. A gestão destas políticas envolvia um conjunto complexo de organismos que interagiam a nível internacional, nacional e local. A partir deste movimento surge o conceito “patrimônio comum da humanidade” focado em “proteger e transmitir os bens comuns às gerações futuras, compartilhando responsabilidades e benefícios derivados dessa gestão.”¹⁰⁰

Cabe ressaltar que em um primeiro momento, essa proposição não significou uma mudança de postura nas decisões quanto à preservação dos bens, pois, a concepção de patrimônio já existia em cada nação de forma muito distinta, com perspectivas diferentes. Mas, podemos considerar que este foi um primeiro esforço para que o conceito de patrimônio fosse ressignificado, ainda que cada Estado possuísse uma concepção própria.

Na década de 1970, o conceito de patrimônio que até então permanecia sobre uma forte influência eurocêntrica inicia seu processo de ampliação a cada nova nação que passa a integrar a ONU, uma vez que a princípio esta organização tem dentre os seus objetivos fazer representar a todas as nações que a constitui. E, portanto, surge a necessidade de propor uma

⁹⁷ CHUVA, Márcia, Op. Cit. p.155

⁹⁸ A Organização das Nações Unidas é uma organização internacional fundada em 1945. Atualmente composta por 193 Estados membros, a ONU e seu trabalho são guiados pelos propósitos e princípios contidos em sua Carta de fundação.

⁹⁹ VOGT, Olgário Paulo, Op. Cit. p.17.

¹⁰⁰ BASLAR, K., apud BORTOLOTTI, Chiara. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003. **Revista Memória em Rede**, v. 3, n. 4, 2011, p. 7.

reflexão que considere e reconheça a diversidade de concepção de patrimônio que passa a coexistir nesta organização.

É neste cenário, de acordo com Olgário Vogt, que “em 1972 a UNESCO aprovou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.”¹⁰¹ Esta Convenção foi importante segundo o autor pois “trabalhou com a noção de que a identidade de um povo, ou de um grupo, é forjada no meio em que vive. Natureza e cultura, ao invés de antagônicas ou estanques, foram interpretadas pela convenção como sendo complementares.”¹⁰²

Eric Hobsbawm descreve que nos períodos de 1970 e 1980 “associado a outros fatores estruturais, o advento da tecnologia promoveu um severo enfraquecimento dos Estados e a expansão fantástica do poder transnacional do capital a ignorar fronteiras nacionais.”¹⁰³ Essa situação significou uma quebra de paradigma, uma ruptura com a visão de uma nação homogênea e o repensar das identidades existentes, promovendo uma ressignificação da identidade nacional, compreendendo que esta é então heterogênea.

Complementando, Márcia Chuva ressalta que houve uma “guinada antropológica no âmbito das ciências sociais, a partir da qual a cultura passou a ser observada como processo, e as relações cotidianas tornaram-se objetos de investigação.”¹⁰⁴ Essa realidade da época acabou por promover reflexões sobre a diversidade, a pluralidade, reforçando a existência de outras narrativas que constroem outras identidades. Rompendo, portanto, com a ideia de uma única identidade conforme era estabelecido até aquele período, compreendendo que uma nação é constituída por vários grupos e conseqüentemente por várias identidades. Mas, ainda assim o patrimônio permanecia marcado fortemente por disputas e conflitos quanto ao que se deveria preservar e para quem preservar, sendo ainda definido por órgãos estabelecidos pelo Estado.

Em 1975 foi fundado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) no Ministério da Indústria e Comércio, sendo o primeiro presidente Aloísio Magalhães. Segundo Marília Cecília Fonseca, este centro promoveu a prática cultural “e buscou estratégias para a

¹⁰¹ VOGT, Olgário Paulo, Op. Cit. p.18.

¹⁰² Ibidem, p.19

¹⁰³ HOBSBAWM, Eric, apud CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 34, 2012, p. 157.

¹⁰⁴ CHUVA, Márcia; Op. Cit. p157.

sua salvaguarda, aproximando a cultura do viés do desenvolvimento econômico e do mercado.”¹⁰⁵

Posteriormente, Aloísio Magalhães assumiu a presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),¹⁰⁶ devido a sua articulação política, incorporando os projetos e a equipe do CNRC, criando a Fundação Nacional Pró-Memória que abarcou os demais setores da cultura, segundo Márcia Chuva. Esta ação permitiu uma ressignificação da cultura no país.

Outro fato importante, na década de 1970, foi o reconhecimento pelo Estado brasileiro da incorporação da cultura na concepção do patrimônio, a inserindo entre as metas da política de desenvolvimento social do país, principalmente no Governo Geisel. Período em que o regime militar estava em decadência, desgastado com a estagnação econômica em que o país se encontrava. Havia um processo de retomada da democratização e do desenvolvimento do país.

Como citado, anteriormente, este contexto histórico contribuiu para a conquista da consolidação da “noção ampla e plural da identidade brasileira, trazendo para a cena jurídico-política a noção de bens culturais de natureza imaterial”¹⁰⁷ no texto da Constituição Federal de 1988, conforme nos descreve Márcia Chuva. Esta Constituição no artigo 216 estabeleceu que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.¹⁰⁸

Ainda que os bens imateriais tenham sido reconhecidos, não foram estabelecidas novas práticas de preservação que atendessem a estes bens. A única prática existente à época

¹⁰⁵ FONSECA, Maria Cecília Londres, apud CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 34, 2012, p. 149.

¹⁰⁶ Em 1946 – o SPHAN passa a se denominar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan). E em 1970 – O Dphan se transforma em Iphan.

¹⁰⁷ CHUVA, Márcia; Op. cit. p161.

¹⁰⁸ http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf - Acesso em 13/08/2021.

era o tombamento,¹⁰⁹ que se aplicava apenas aos incisos IV e V, conforme nos descreve Maria Cecília Fonseca.¹¹⁰

A existência desta única prática reforçava a ideia de que a preservação de um bem estava vinculado ao seu tombamento, permanecendo por um longo tempo, o que significou que apesar de reconhecidos, muitos bens imateriais não foram devidamente preservados e possivelmente destruídos, perdidos.

Dentre os bens citados, os descritos no inciso III foram em grande parte preservados devido aos “mecanismos próprios de registro, transmissão, proteção e difusão”¹¹¹ como as Leis de Propriedade Intelectual e de Direitos Autorais e o depósito legal de publicações na Biblioteca Nacional. Estes mecanismos ao preservar estes bens imateriais contribuíram para a formação do patrimônio cultural brasileiro, mas, é importante destacar que não foram capazes de atribuir valor cultural aos mesmos.

Estas dificuldades não eram uma realidade apenas do Brasil, em todo o mundo as dificuldades também existiam, o que desencadeou discussões em fóruns nacionais e internacionais como a UNESCO, segundo Maria Cecília Fonseca.¹¹² Estas discussões surgiram de uma crítica da concepção eurocêntrica, a qual não condizia com a realidade de um mundo globalizado, onde coexistiam várias identidades. As nações que não herdaram a cultura eurocêntrica questionaram e reivindicaram o reconhecimento dos “testemunhos de sua cultura como patrimônio cultural da humanidade.”¹¹³

A autora destaca que a ampliação da concepção do patrimônio provocou uma reflexão quanto a função do patrimônio, que ao invés de focar no monumento deveria ser pensado como “uma relação da sociedade com a sua cultura.”¹¹⁴ Esta reflexão vem ao encontro do entendimento que o patrimônio é dinâmico e não estático, ele passa por ressignificações ao longo de sua trajetória, tendo em vista que à medida que a sociedade se transforma, a sua relação com sua cultura também é transformada, ressignificada.

¹⁰⁹ O tombamento é um ato administrativo regulado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O tombamento é realizado pelo Poder Público, nos níveis federal – de responsabilidade do Iphan, estadual ou municipal e aplica-se, exclusivamente, aos bens de natureza material ou ambiental.

¹¹⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, Regina et al. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, v. 28, 2003.

¹¹¹ *Ibidem*, p.60.

¹¹² *Ibidem*, p.62

¹¹³ *Ibidem*, Loc. cit.

¹¹⁴ *Ibidem*, p.67

Ela ressalta que diante deste grande desafio torna-se necessário a formulação e a implementação de “políticas que tenham como finalidade enriquecer a relação da sociedade com seus bens culturais”¹¹⁵ atentando para os valores atribuídos que ratifiquem sua preservação. E assim, destaca a necessidade e a importância da abertura “para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural”¹¹⁶ com vistas a garantir que os diferentes grupos sociais se sintam representados de fato.

A Convenção da UNESCO de 2003 também discutiu nesta perspectiva e propôs a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, destacando a importância de preservar a diversidade cultural, o que foi aceito por unanimidade. Conforme nos descreve Chiara Bortolotto,¹¹⁷ houve um alargamento do que se entende por patrimônio incluindo as práticas culturais propriamente ditas, passando a considerar várias expressões locais como expressões culturais importantes do ponto de vista universal.

Ocorreu uma mudança dos critérios adotados nas práticas de preservação, que deixaram de ser vistos como algo técnico, objetivo e científico, não sendo mais vinculados aos padrões estéticos eurocêntricos. Um dos fatores importantes para concretizar esta mudança, destacado pela autora, refere-se ao “assento geopolítico que foi estabelecido no interior da UNESCO desde o início da década de 1990,”¹¹⁸ com a inclusão de outros Estados além dos ocidentais.

De acordo com a autora esta ampliação trouxe um grande desafio para os profissionais e administradores do patrimônio cultural: Como proteger os bens culturais imateriais? As práticas que até então eram utilizadas baseavam-se em tutelas de bens fixos com o intuito de evitar a degradação, não havia instrumentos disponíveis para adaptar-se à natureza dinâmica deste novo bem.

Diante desta nova realidade, os procedimentos adotados foram definidos da seguinte forma, caberia ao saber técnico e científico¹¹⁹ a pesquisa e a documentação. E aos grupos sociais detentores da representação identitária a promoção, valorização e transmissão às gerações futuras, conforme nos descreve Chiara Bortolotto.¹²⁰

¹¹⁵ Ibidem, p.75.

¹¹⁶ Ibidem, Op.cit.65.

¹¹⁷ BORTOLOTTI, Chiara. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003. **Revista Memória em Rede**, Pelotas (RS), vol. 2, no. 4, p. 7-17, dez. 2010-mar. 2011.

¹¹⁸ Ibidem, p.8.

¹¹⁹ Ibidem, p.11.

¹²⁰ Ibidem, p.13.

A Convenção propôs que os atores que expressavam e reproduziam as práticas participassem de forma mais ativa dos processos, que até então eram reservados exclusivamente a intervenção de especialistas e profissionais do patrimônio. Estabeleceu que cada Estado signatário fizesse um esforço para garantir a ampla participação destes atores os quais foram considerados fundamentais no processo de patrimonialização.

Conforme a autora, a competência para proposição de inscrição na lista do patrimônio mundial, a elaboração dos processos para o reconhecimento enquanto patrimônio permaneceu no Estado, nos órgãos responsáveis por esta atribuição, uma vez que a convenção não deixou claro o nível de participação dos atores.

Ela afirma que mesmo após a convenção, é possível perceber que as políticas patrimoniais que antecedem a criação da UNESCO permaneceram arraigadas no processo de patrimonialização, e que estas aconteciam e acontecem, até os dias atuais, a partir das escalas de poder.

Este fato corresponde a um grande desafio, como contemplar as representações identitárias a partir de princípios que possam promover verdadeiramente a universalidade, uma vez que estão sujeitos às políticas e tendências das escalas de poder?

Chiara Bortolotto¹²¹ ressalta que a convenção promoveu o avanço no processo da democratização, ao abrir caminhos para que memórias silenciadas fossem revisitadas e transmitidas de geração a geração. E, provocou uma grande reflexão quanto a necessidade de se evitar o esquecimento de memórias tão importantes para a representação de um grupo social, o qual muitas vezes era posto a margem.

Ela afirma que a convenção, também, assegurou a possibilidade de se manter o vínculo dos grupos sociais com o bem patrimonializado, uma vez que eles teriam participação no processo. Sabe-se que muitas vezes quando ocorre a patrimonialização de um bem seja material ou imaterial, há uma ressignificação que poderá fazer com que a conexão com seu grupo identitário se perca.

O reconhecimento da importância da participação do grupo identitário foi ao encontro da discussão de David Lowenthal,¹²² que afirma que as reflexões sobre a construção do patrimônio partem do presente, sendo necessário debruçar sobre as memórias, construindo as narrativas a partir dos grupos detentores desta memória.

¹²¹ Ibidem.

¹²² LOWENTHAL, David. **Como Conhecemos o Passado**. Projeto História, São Paulo, no. 17, nov. 1998. pp. 63-201.

Pensar em um patrimônio mundial é pensar, também, como nos sugere Nestor Canclini,¹²³ a necessidade de estar aberto para sentar e dialogar uma estratégia que possibilite que uma identidade seja preservada, não perdendo sua narrativa. Disposta a rever sua funcionalidade, ressignificar, tendo em vista que existe uma perspectiva moderna na qual ela está inserida. Sendo importante que não ocorra uma ruptura entre o patrimônio e seu grupo identitário, como proposto na Convenção, torna-se necessário envolver este grupo no processo de patrimonialização.

A proposição da UNESCO significou pensar a construção de uma política patrimonial mundial que caminhasse ao encontro da proteção da diversidade cultural. Nesse sentido, a noção de patrimônio cultural imaterial contribuiu para ampliar ainda mais as discussões, permitiu ressignificar esse conceito e difundir o entendimento de preservação para grupos que até então não percebiam que suas memórias constituem um legado a ser transmitido a futuras gerações. Ou seja, um patrimônio a ser preservado e difundido.

No Brasil, as discussões sobre a diversidade cultural estavam em “um novo estágio da compreensão de bem cultural,”¹²⁴ o contexto histórico era marcado pela “mobilização social”,¹²⁵ pois, o país havia vivenciado “uma queda na eficiência das políticas públicas”¹²⁶ devido a grave crise econômica, social e política resultante do governo militar. Esse contexto foi propício para instigar e disseminar aos grupos o interesse por reivindicar o reconhecimento de sua memória enquanto patrimônio a ser preservado. O que reforça as discussões dos autores da área do patrimônio quando questionam patrimônio de quem? Para quem? Quem define?

2.3 Construções e rupturas do Patrimônio cultural, científico e tecnológico

Estas discussões ocorridas sobre a construção do Patrimônio Mundial para abarcar a pluralidade cultural, permitiu pensar nos saberes e fazeres de grupos que até então não eram percebidos. Muitas vezes estes grupos não tinham consciência de sua importância na construção deste patrimônio.

¹²³ CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, no. 23, 1994, p. 94-115.

¹²⁴ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/80anos/noticias/detalhes/3581/iphan-de-1970-a-2000-%E2%80%93-fase-%E2%80%9Cmodernista%E2%80%9D#:~:text=Em%20termos%20de%20pol%C3%ADtica%20de,e%20influ%C3%A2ncia%20internacional%20da%20UNESCO>. Acesso em 04/02/2022.

¹²⁵ *Ibidem*

¹²⁶ *Ibidem*

Dentre as várias memórias que se encontravam em risco, estava também a científica e tecnológica, tendo em vista o seu significado ao longo da história. No período da Revolução Industrial os bens materiais que reportavam a ciência e a tecnologia eram percebidos como instrumentos necessários às suas demandas para o progresso e o desenvolvimento das sociedades modernas como nos descreve Marcus Granato e Marta Lourenço.¹²⁷

Após a Revolução Francesa, com a formação dos Estados Nacionais, estes bens foram compreendidos como instrumentos de demonstração de poder de uma nação, servindo apenas ao propósito da construção de uma identidade nacional. Nas exposições realizadas naquele período nos museus de ciência e técnica, “diferentes países se digladiavam usando a ciência, a tecnologia e a indústria como armas geoestratégicas de afirmação política e social,”¹²⁸ como citado pelos autores.

Outra visão existente, nos períodos citados, era a associação dos bens mencionados aos museus de “instrução, de estudo e, por vezes, ao entretenimento de uma comunidade muito delimitada e específica”¹²⁹ de acesso a um público seletivo. Estes eram encontrados em universidades, academias e sociedades científicas e nos palácios da aristocracia.

No Brasil, por exemplo, foi criado pelo Decreto de 06 de junho de 1818, assinado por D. João VI, o Museu Nacional, posteriormente vinculado a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o primeiro no país a desempenhar o papel de acervo do saber científico e ao mesmo tempo de difusão da identidade nacional, de acordo com Mariana Novaes.¹³⁰ Ou seja, em um primeiro momento ele não foi pensado para a sociedade, mas para um grupo muito restrito, podemos inferir até mesmo que havia uma intenção de uso particular. Essa postura reforça as discussões dos autores da área de patrimônio, que os bens tidos como representantes de uma memória nacional eram na verdade selecionados por e para alguns grupos dominantes daquele período. Infelizmente, esse tratamento dado aos bens da ciência e da tecnologia predominaram por muitos anos no Brasil.

Muitos anos se passaram até que em 1920, como descrito anteriormente, devido a insatisfação de setores da elite agrária com a monocultura existente no país, iniciou-se um movimento em defesa dos conhecimentos científicos com vistas a mudar o contexto

¹²⁷ GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta C. **O Patrimônio Científico do Brasil e de Portugal: uma introdução**. Coleções Científicas Luso-Brasileiras: patrimônio a ser descoberto. Rio de Janeiro, MAST, p. 7-14, 2010.

¹²⁸ Ibidem, p.8.

¹²⁹ Ibidem, Loc. cit.

¹³⁰ NOVAES, Mariana Gonzalez Leandro. **Patrimônio cultural, científico e tecnológico nas universidades brasileiras: políticas de preservação e gestão das coleções não vinculadas a museus**. Rio de Janeiro: UNIRIO/MAST, 2018. 296 f Tese de Doutorado em Museologia e Patrimônio, p.27.

econômico-financeiro da época, de acordo com Izabel Pompermayer.¹³¹ É importante ressaltar que esses setores eram envolvidos fortemente com a política e conseqüentemente influenciavam as ações do governo naquele momento, dentre elas podemos citar como exemplo a criação da ESAV para atender a esse anseio.

Essa perspectiva do conhecimento científico torna-se mais evidente na década de 1930, período em que o governo Vargas envidava esforços para atender às necessidades do projeto de industrialização, criando as primeiras universidades brasileiras para a formação do cidadão trabalhador especialista, como nos afirma Márcia Chuva.¹³² Há portanto uma mudança de perspectiva em relação aos bens da ciência e da tecnologia, eles são ressignificados passando a ser percebidos como importantes e necessários para o desenvolvimento do país. Esse foi um momento propício para que os cientistas e pesquisadores brasileiros articulam-se junto ao governo, defendendo os seus interesses por políticas públicas que contemplassem a área de pesquisa.

Atendendo aos anseios dos cientistas e dos pesquisadores o governo Vargas propôs a criação de um conselho de pesquisas experimentais, “tinha-se por objetivo a concepção de um sistema de pesquisas que viesse a modernizar e a aumentar a produção do setor agrícola especificamente. Entretanto a ideia não foi bem recebida pelos parlamentares.”¹³³

Infelizmente, na segunda grande guerra mundial “com os avanços da tecnologia bélica: aérea, farmacêutica e principalmente a energia nuclear, despertaram os países para a importância da pesquisa científica.”¹³⁴ O que fez com que as nações atentassem para a importância de “acelerar suas pesquisas ou mesmo a montar estruturas de fomento à pesquisa, como no caso do Brasil.”¹³⁵ Essa realidade somada as ações dos cientistas e pesquisadores resultaram na criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq)¹³⁶ no ano de 1951.

Naquele mesmo ano, houve também o interesse do governo em assegurar que houvesse mão de obra especializada “em quantidade e qualidade suficientes para atender às

¹³¹ POMPERMAYER, Izabel Morais. **op. cit.**

¹³² CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, 2012.

¹³³ Disponível em <http://centrodememoria.cnpq.br/Missao2.html>, acesso em 25/04/2022.

¹³⁴ *Ibidem.*

¹³⁵ *Ibidem.*

¹³⁶ A Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951, que criou o CNPq, foi chamada por Álvaro Alberto de "Lei Áurea da pesquisa no Brasil." A lei de criação do Conselho estabelecia como suas finalidades promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, mediante a concessão de recursos para pesquisa, formação de pesquisadores e técnicos, cooperação com as universidades brasileiras e intercâmbio com instituições estrangeiras. A missão do CNPq era ampla, uma espécie de "estado-maior da ciência, da técnica e da indústria, capaz de traçar rumos seguros aos trabalhos de pesquisas" científicas e tecnológicas do país, desenvolvendo-os e coordenando-os de modo sistemático. Disponível em <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historico> Acesso em 10/09/2021.

necessidades dos empreendimentos públicos e privados,¹³⁷ o que significou a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES).¹³⁸

Ainda que a criação dessas instituições tenha promovido grandes avanços no desenvolvimento científico e tecnológico do país, é importante ressaltar que não houve uma preocupação com a preservação do conhecimento científico e tecnológico gerado, uma vez que neste período prevalecia a ideia de preservação voltada para os monumentos que demonstrassem poder, grandeza e estética. Como nos descreve Maria Cecília Fonseca¹³⁹ predominavam as edificações e as obras de arte do período colonial sobre o viés europeu.

Somente em 1980, devido a grave crise econômica no país, o governo ciente da relevância da ciência e da tecnologia para a retomada do desenvolvimento econômico e social de um país, incluiu estas entre os setores prioritários no III Plano Nacional de Desenvolvimento. Promovendo discussões de políticas públicas, que propunham refletir sobre a preservação do acervo científico.

A cultura é concebida como ação e processo de produção intelectual que se nutre do passado para construir o futuro. Neste sentido, especial atenção será conferida aos esforços de preservação da memória cultural, histórica e científica visando não só recuperar o passado, como fornecer elementos de compreensão do presente. É também necessário trazer esta memória ao pesquisador, ao educador e à população em geral, transformando os museus e centros de referência em núcleos dinâmicos de preservação, criação e difusão de conhecimentos.¹⁴⁰

Estas proposições do governo contribuíram para que em 1984 fosse implementado o Núcleo de Pesquisa de Política Científica e Tecnológica no CNPq, a partir do qual várias ações foram realizadas, dentre elas a criação do Núcleo de Pesquisa em História da Ciência junto a presidência daquele órgão. A criação deste Núcleo foi motivada pela ampliação do

¹³⁷ Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>, acesso em 25/04/2022.

¹³⁸ A CAPES surgiu a partir de uma campanha nacional cujo objetivo era o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior. A missão seria levada a cabo por uma Comissão instituída pelo Decreto 29.741/5 (11/07/1951) e composta por representantes de diferentes órgãos do governo e entidades privadas. Seu presidente foi o então ministro da Educação e Saúde, Ernesto Simões Filho e seu secretário-geral, o professor Anísio Spínola Teixeira. A campanha, que ficaria conhecida como CAPES, deveria garantir a existência de pessoal especializado “em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados”, em prol do desenvolvimento do país. Estava previsto ainda “oferecer aos indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamento”. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao> Acesso em 10/09/2021.

¹³⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, Regina et al. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, v. 28, 2003.

¹⁴⁰ <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/43460-aprova-o-iii-plano-basico-de-desenvolvimento-cientifico-e-tecnologico-pbdct.html> Acesso em 08/09/2021.

campo científico da historiografia da ciência, atenta à necessidade da preservação dos vestígios da ciência e tecnologia.

Um dos grandes feitos do Núcleo foi a articulação para a fundação do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), em 1985. E esta não foi uma ação isolada do CNPq, houve também um investimento por este órgão em um Programa de Apoio a museus e coleções científicas no país.

É importante destacar, que conforme Maria Valente e Ethel Handfas,¹⁴¹ o MAST foi criado com a missão de ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento científico e tecnológico por meio da pesquisa, preservação de acervos e divulgação da atividade científica brasileira.

Outra conquista do grupo de pesquisadores e cientistas brasileiros foi a implementação efetiva, também no ano de 1985, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)¹⁴² que havia sido criado pelo Decreto-lei 200 em 1967. Sendo de responsabilidade deste Ministério “a formulação de diretrizes e programas, financiamento, coordenação, elaboração e condução das políticas públicas de Ciência e Tecnologia no Brasil,”¹⁴³ o que motivou a integração do CNPq a este ministério.

No ano de 2003, conforme nos descreve Erney Felício Plessman de Camargo¹⁴⁴, presidente do CNPq naquele período, os dirigentes do CNPq tomaram a iniciativa de organizar a sua memória e se depararam com a seguinte realidade: o acervo histórico se encontrava disperso, malconservado, sem catalogação e a sua biblioteca, contendo vários relatórios técnicos, havia sido removida. A constatação desta realidade, motivou a criação do Centro de Memória do CNPq¹⁴⁵ e provocou uma reflexão sobre como estariam os demais acervos de produção do conhecimento científico e tecnológico brasileiro. Esta reflexão, ou melhor, preocupação tinha como fundamento o fato de que a memória deste Conselho sempre esteve vinculada às memórias das instituições de ensino e pesquisa e dos centros de pesquisa existentes no país.

Diante desta realidade foi designada uma Comissão Especial pela Portaria nº 116/2003, de 4 de julho de 2003, para propor uma Política Nacional de Preservação da

¹⁴¹VALENTE, Maria Esther Álvarez; HANDFAS, Ethel Rosemberg. O patrimônio cultural, científico e tecnológico brasileiro e a importância de políticas públicas para sua preservação. **Revista Ciências Estratégicas, Medellín – Colômbia**, v. 20, n.28, Julho-Dezembro 2012.

¹⁴² Atualmente Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

¹⁴³ VALENTE, Maria Esther Álvarez; HANDFAS, Ethel Rosemberg, Op cit, p. 277.

¹⁴⁴ Disponível em <https://centrodememoria.cnpq.br/politica-dememoria.pdf> acesso em 21/09/2021.

¹⁴⁵ Ibidem

Memória da Ciência e da Tecnologia.¹⁴⁶ Os trabalhos dessa comissão tiveram como ponto de partida pesquisas realizadas em 2002 por uma comissão do MCT, e dentre os membros que contribuíram nas duas comissões estava Jaime Antunes da Silva.¹⁴⁷

No intuito de garantir a representatividade das diversas especialidades do saber científico e tecnológico, a comissão buscou informações junto a pesquisadores, historiadores da ciência, arquivistas, restauradores e instituições detentoras de patrimônio histórico. A comissão direcionou o seu trabalho considerando que a memória da ciência e da tecnologia integra o patrimônio histórico-cultural nacional, tendo em vista a existência de um vínculo entre eles, ou seja, algo em comum que seriam as atividades científicas e os procedimentos técnicos, os quais são compreendidos como parte da cultura. Assim, a Comissão entendeu que:

A ideia de patrimônio científico e tecnológico deve compreender o vasto conjunto de bens materiais e simbólicos produzidos ou utilizados ao longo do trajeto da produção e difusão do conhecimento. Acervos de documentos escritos originados de instituições científicas e de ensino, coleções organizadas por estudiosos, registros fonográficos e fotográficos, filmes, obras raras, máquinas e equipamentos, edifícios e instalações, bibliotecas, mapotecas, arquivos pessoais de pesquisadores e professores, parcela substancial da correspondência diplomática, documentos e instrumentos relativos a numerosas atividades militares e registros da produção científica de brasileiros no exterior integram o patrimônio científico e tecnológico brasileiro.¹⁴⁸

As informações obtidas pela comissão comprovaram que nas universidades, institutos de ciência e sociedades científicas não havia o devido reconhecimento da memória científica e tecnológica, não existindo uma preocupação com a correta preservação. Portanto, foi possível afirmar que este patrimônio se encontrava ameaçado, invisibilizado, sujeito ao desaparecimento, sem deixar vestígios.

O relatório apresentou recomendações para o estabelecimento de uma Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia¹⁴⁹, destacando a responsabilidade do Estado de estabelecer diretrizes e políticas públicas que fomentassem e preservassem a memória do conhecimento científico e tecnológico. Foi ressaltada, também, a importância da sociedade

¹⁴⁶ Ibidem

¹⁴⁷ Diretor-Geral do Arquivo Nacional (1992-2016), Presidente do Conselho Nacional de Arquivos (1994-2016) e Presidente da Associação Latino-americana de Arquivos (2005-2007; 2011-2015). Especialista em documentação, informação e gestão de documentos de arquivo. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/0621460278898254> acesso em 23/09/2021.

¹⁴⁸ Disponível em <http://centrodememoria.cnpq.br/politica-dememoria.pdf> acesso em 21/09/2021.

¹⁴⁹ Disponível <http://www.ghtc.usp.br/server/SBHC/Memoria-CT.pdf> acesso em 21/09/2021.

como um todo ser envolvida e principalmente os grupos diretamente vinculados a esta memória.

Ainda que o relatório tenha provocado o reconhecimento da importância de preservar os bens gerados pela ciência e pela tecnologia, não houve de fato políticas patrimoniais aplicadas a estes bens. Infelizmente, não houve avanço, e os trabalhos não deram continuidade.

E isso se reflete nas universidades, onde a maioria dos bens vinculados a ciência e a técnica provenientes do ensino e da pesquisa são encontrados, não há uma cultura institucional de práticas adequadas para a correta preservação e difusão destes bens. Muitos equipamentos quando considerados obsoletos são substituídos e na maioria das vezes descartados.

Outros, como os documentos, testemunhos da memória cultural, científica e tecnológica, encontram-se esparsos nas instituições, nos gabinetes dos pesquisadores, nos laboratórios, nos setores administrativos, sem que exista um procedimento correto e padronizado de guarda e difusão. Podemos inferir que não há uma percepção quanto a importância histórica dos documentos, eles são vistos muitas vezes como registros, que após cumprirem sua função serão descartados ou depositados em algum arquivo.

E, quando depositados em algum arquivo, geralmente nas IES, a análise e seleção não são realizadas por pessoas qualificadas, o que poderá acarretar perdas e desaparecimento dos vestígios da história da ciência, uma vez que não há uma percepção da relevância dos documentos para a construção das narrativas da memória cultural, científica e tecnológica da instituição.

Marcus Granato e Marta Lourenço¹⁵⁰ relatam que esta situação foi claramente percebida no evento internacional SICU2 – *International Workshop on Historic Scientific Instrument Collections in the University*,¹⁵¹ no qual foi discutido o panorama do patrimônio cultural científico nos países, principalmente aqueles encontrados nas universidades, o quanto permanecem ignorados, invisibilizados “pelas políticas nacionais de diferentes países e pelas cartas internacionais relacionadas com o patrimônio.”¹⁵² Esta constatação, provocou o

¹⁵⁰ GRANATO, Marcus. LOURENÇO, Marta C. Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia na atualidade. **Revista Memória em rede**, v. 2, n. 4, p. 85-104, dez.2010/mar.2011.

¹⁵¹ Realizado entre 24 e 27 de junho de 2007, em Oxford, Mississipi (EUA), a coordenação do evento solicitou com um ano de antecedência a elaboração do mencionado panorama em vista do total desconhecimento existente sobre o tema no exterior.

¹⁵² GRANATO, Marcus. LOURENÇO, Marta C. **Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia na atualidade**, p.88

aprofundamento das pesquisas e reflexões sobre “o que constitui este patrimônio, como está legalmente protegido e a possibilidade de utilização dos itens constituintes como fontes históricas.”¹⁵³

Esta invisibilidade é abordada também por Maria Valente e Ethel Handfas, que reforçam esta discussão ao relatarem que “a preservação da memória cultural, científica e tecnológica tem pouco espaço na agenda das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação.”¹⁵⁴ Elas ressaltam também a resistência da área cultural em aceitar “o patrimônio científico e tecnológico como resultado da produção cultural do homem.”¹⁵⁵

Estas dificuldades apontadas, segundo Marcus Granato e Marta Lourenço, podem ter como causas a definição complexa do Patrimônio cultural, científico e tecnológico (PCC&T), o desconhecimento de sua dimensão em vários países, a falta de políticas institucionais de preservação e difusão e a carência de pessoal capacitado nas universidades, e por fim, por ser pouco valorizado pelo seu grupo de identidade, os cientistas, e pelos historiadores da ciência.

Apesar destas limitações, as “reflexões sobre a ciência e o conhecimento científico e suas implicações na sociedade moderna”¹⁵⁶ têm avançado graças a relação interdisciplinar que vem ocorrendo entre a história da ciência com a história, a filosofia, a sociologia e a antropologia, segundo Maria Valente e Ethel Handfas. As reflexões sobre os impactos e a relevância da ciência e tecnologia para a sociedade, desencadearam uma valorização da história social, que permitiu a ressignificação do conceito da prática científica, compreendendo-a como construção social e cultural, de acordo com as autoras.

Essas reflexões são de extrema importância, pois, como nos afirma Emanuela Ribeiro e Bruno Araújo “como em qualquer outra tipologia de bem cultural é a atribuição de valor aos objetos do cotidiano – neste caso, do dia-a-dia das práticas da produção da ciência ou de sua aplicação tecnológica –, que possibilita seu reconhecimento como bem com valor cultural.”¹⁵⁷ Ressaltando assim que “os objetos não nascem patrimônio, mas passam a se configurar como tal a partir do momento em que são assim percebidos pela sociedade.”¹⁵⁸

¹⁵³ Ibidem. Op. cit. p. 86.

¹⁵⁴ VALENTE, Maria Esther Álvarez; HANDFAS, Ethel Rosenberg. Op. cit., p. 274.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 274.

¹⁵⁶ Ibidem, Loc. cit.

¹⁵⁷ RIBEIRO, Emanuela Sousa. ARAÚJO, Bruno Melo de. **Institutos de Pesquisa em Pernambuco: Descarte e Preservação do Patrimônio cultural, científico e tecnológico**. Anais do IV Seminário de Gestão do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia [recurso eletrônico]: epistemologia e políticas para o Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia / Organização: Emanuela Sousa Ribeiro, Bruno Melo de Araújo, Marcus Granato. – Recife: Ed. UFPE, 2019. p.51.

¹⁵⁸ Ibidem.

A abordagem apresentada por Mariana Novaes contribui para reforçar este entendimento, ao tomar por base o texto da Constituição Federal de 1988, ela considera que é possível afirmar que “os pesquisadores constituem mais um dos diferentes grupos sociais formadores da sociedade brasileira, sendo portadores de identidade, memória e desempenhando ações muito específicas que os caracterizam enquanto grupo social.”¹⁵⁹ Além disso, os pesquisadores possuem “suas próprias formas de expressão, que o rigor científico e os métodos de investigação caracterizam-se como os modos de criar, fazer e viver desse grupo social.”¹⁶⁰ Assim sendo, concluiu a autora, “o grupo social em questão produz parcela importante do patrimônio cultural brasileiro.”¹⁶¹

Portanto, torna-se necessário institucionalizar amplamente o conceito do PCC&T nas universidades enquanto espaços de ciência e tecnologia, para conscientização das pessoas, principalmente daquelas que atuam diretamente com a pesquisa, promovendo o reconhecimento dos bens gerados. Ressaltando a necessidade da preservação e difusão para a sociedade a fim de promover efetivamente o desenvolvimento cultural, social, científico e tecnológico. Em algumas instituições esse conceito vem sendo construído como é o caso do MAST, da FIOCRUZ, porém, na maioria das instituições de ensino e pesquisa ainda não está de fato implementado.

Corroborando com essa preocupação, Bruno Araújo e Marcus Granato afirmam que: Em grande medida, as representações destes espaços dialogam com a ideia de progresso científico e da genialidade, esquecendo-se da ciência tal qual se faz ou de uma ciência em ação, no seu cotidiano, com seus entraves, problemas, falhas e adaptações. A identificação da ciência com o sucesso não é por acaso, a ciência e os cientistas olham para o futuro, e acabam por produzir esquecimentos, silenciamentos sobre o mundo que os cerca.¹⁶²

Os autores complementam afirmando também que:

O campo científico, visto em perspectiva orgânica, é fruto de um desenvolvimento que distingue a ciência do momento de sua origem a um estágio recente de seu amadurecimento. A percepção inicial de um saber como ciência, muitas vezes não é compreendida e se expressa de forma fragmentada. Uma ciência em seu processo de consolidação acaba por sofrer ou provocar esquecimentos da sua trajetória de constituição. Especialistas tendem a tomar os conhecimentos produzidos como um dado, sem muitas vezes se preocupar ou refletir sobre as bases de estruturação do seu

¹⁵⁹ NOVAES, Mariana Gonzalez Leandro. Op. cit. p. 38

¹⁶⁰ Ibidem, p. 38

¹⁶¹ Ibidem, Loc. cit.

¹⁶² ARAÚJO, Bruno Melo; GRANATO, Marcus. **Entre o esquecer e o preservar: a musealização do patrimônio cultural da ciência e tecnologia.** Cadernos do patrimônio da ciência e tecnologia: instituições, trajetórias e valores. Rio de Janeiro: Mast, p. 231-254, 2017.p. 232.

saber. Essa falta de preocupação com os problemas e premissas que formularam o trabalho de determinada especialidade, tem como ponto de partida o processo formativo. Ao adentrar para um grupo social, o indivíduo é inserido em um espaço com um conjunto de regras, assumindo comportamentos, teorias e práticas que, em muitos casos, são internalizados sem grandes questionamentos. Desta forma, os novos ingressantes de um campo científico podem não apresentar grande interesse por conhecimentos dados como superados.¹⁶³

Essas afirmações nos permitem compreender a perspectiva de alguns grupos envolvidos com o desenvolvimento científico e tecnológico nas IES, que ao perceberem um bem gerado como superado, é possível que o percebam também como algo inútil, que deve ser substituído, descartado. Esse posicionamento acaba provocando um distanciamento da perspectiva da construção da história da ciência, pois, esses grupos não percebem naquele bem um vestígio a ser preservado.

Sabemos que se os acervos científicos tecnológicos, quando preservados adequadamente, permitem acessar o contexto político, econômico, social e cultural em que foram projetados e as demandas existentes à época, contribuindo com todas as áreas do conhecimento, principalmente com a historiografia científica. Além disso, promovem maior agilidade no desenvolvimento científico e tecnológico para atender as demandas do presente e do futuro, possibilitando conhecer os erros e acertos do passado. Marta Lourenço e Samuel Gessner corroboram com esse entendimento ao afirmarem que:

O estudo de objetos históricos traz novas perspectivas tanto para as narrativas locais e globais na história da ciência, tecnologia e medicina. Os objetos podem fornecer esclarecimentos importantes sobre o desenvolvimento da pesquisa experimental, a especulação teórica, as práticas de ensino e pesquisa, a aplicação técnica e inovação, as interações entre fabricantes de instrumentos, pessoal de laboratório e cientistas, bem como contextos históricos, sociais e políticos mais amplos.¹⁶⁴

Mas, devido à ausência de políticas patrimoniais nas universidades, os acervos existentes acabam reproduzindo uma exposição de coleções, objetos, edificações científicas, sem que ocorra a transmissão efetiva do conhecimento científico e tecnológico da época e principalmente do contexto em que foram desenvolvidos, a motivação, os projetos de construção, as pessoas envolvidas e outras informações pertinentes. Muitas vezes os registros, os documentos encontrados nos acervos são escassos, precários, na maioria das instituições,

¹⁶³ Ibidem, p.233.

¹⁶⁴ LOURENÇO, Marta C.; GESSNER, Samuel, appud ARAÚJO, Bruno Melo; GRANATO, Marcus. **Entre o esquecer e o preservar: a musealização do patrimônio cultural da ciência e tecnologia.** Cadernos do patrimônio da ciência e tecnologia: instituições, trajetórias e valores. Rio de Janeiro: Mast, p. 231-254, 2017, p. 239.

limitando as construções das narrativas do passado, o que impossibilita aos indivíduos rememorar sua história científica.

Pesquisadores das áreas de história, antropologia, museologia e demais têm envidado esforços para discutirem as adequações dos procedimentos de preservação e de difusão para a sociedade, dos bens materiais e imateriais gerados nas áreas de ciência e tecnologia. Como nos descreve Bruno Araújo e Marcus Granato:

O interesse por estes domínios que tendem a cair no esquecimento pode ser visualizado a partir dos historiadores, sociólogos, museólogos que se debruçam sobre essa seara. Esse interesse pode ser constatado pela formação de uma série de comunidades científicas, grupos de pesquisa e eventos, tais como: Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC), Comitê Internacional de Museus de Ciência e Tecnologia (CIMUSET), Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia, Seminário de Gestão do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia, dentre outros.¹⁶⁵

Reportando aos eventos, cabe destacar o IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia, realizado no MAST no ano de 2016, com a presença de especialistas de várias instituições no qual discutiu-se a ampliação da concepção sobre PCC&T com respaldo nas Cartas Patrimoniais. Eles detectaram citações nas cartas que reconhecem a existência do PCC&T, porém, não havia uma que tratasse especificamente desse patrimônio, o que motivou aos participantes proporem a construção de uma Carta com este propósito. A partir desta proposição, os trabalhos deram início, sendo elaborada e lançada em 2017 a Carta do Rio de Janeiro, na qual foi proposta a seguinte definição para o PCC&T:

O Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia constitui-se do legado tangível e intangível relacionado ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade, em todas as áreas do conhecimento, que faz referência às dinâmicas científicas, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, e à memória e ação dos indivíduos em espaços de produção de conhecimento científico. Estes bens, em sua historicidade, podem se transformar e, de forma seletiva lhe são atribuídos valores, significados e sentidos, possibilitando sua emergência como bens de valor cultural.¹⁶⁶

Esta carta ao propor uma discussão sobre PCC&T estimula “a promoção de uma cultura científica que reconheça como bens culturais elementos provenientes das atividades da

¹⁶⁵ Ibidem, p.235.

¹⁶⁶ GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; DE ARAUJO, Bruno Melo. Carta do patrimônio cultural de ciência e tecnologia: produção e desdobramentos. **Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia: instituições, trajetórias e valores**, 2017, p. 17

ciência e da tecnologia”¹⁶⁷ que devem ser patrimonializados. Segundo Marcus Granato, Emanuela Ribeiro e Bruno Araújo, as cartas patrimoniais “representam uma medida de preservação,”¹⁶⁸ considerando o fato destas serem elaboradas a partir de discussões, onde ocorrem colaborações de vários especialistas preocupados com a construção de procedimentos e metodologias cada vez mais eficientes que promovam a correta salvaguarda, ao propor regras que visam assegurar a padronização das abordagens aos bens culturais.

Os autores ressaltam que as cartas não possuem um caráter impositivo e sim de proposição, mas, podem “influenciar a formulação de políticas mundiais, nacionais ou regionais.”¹⁶⁹ Elas podem ser compreendidas como instrumentos que podem tornar visíveis, dar voz as memórias que têm sido silenciadas, que correm o risco de desaparecimento, o que as tornam um grande diferencial para a preservação e difusão de um legado.

As cartas, portanto, compreendem uma excelente estratégia para fortalecer as discussões e as reflexões sobre a preservação e difusão do PCC&T a nível nacional e internacional, a fim de garantir a construção de uma identidade cultural, científica e tecnológica que possa assegurar o desenvolvimento cultural, social, econômico e político.

Refletir e discutir sobre a trajetória do patrimônio e suas ressignificações ao longo da história, torna-se importante para compreender que as construções de suas narrativas sempre tiveram como pano de fundo algum interesse. Nesse sentido, considerando que o conceito PCC&T quando empregado de forma ética e responsável poderá trazer inúmeros benefícios a todos os indivíduos, torna possível legitimar o interesse em avançar nas discussões desta ampliação do conceito de patrimônio.

O reconhecimento do PCC&T e sua visibilidade poderá possibilitar o acesso aos conhecimentos gerados e despertar em alguns indivíduos o sentimento que essa identidade pode ser assumida por aqueles que assim o desejarem, promovendo a cidadania. Reforçando o entendimento que o campo cultural, científico e tecnológico é um direito de todos como reconhece a UNESCO. Despertando nos indivíduos o interesse em obter o conhecimento e o produzir e o difundir para os demais, transmitindo um legado às futuras gerações.

É necessário romper com os obstáculos existentes ao acesso ao conhecimento cultural, científico e tecnológico, com a postura de manter a ciência e a tecnologia como

¹⁶⁷ Ibidem, p13.

¹⁶⁸ GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; DE ARAÚJO, Bruno Melo. Cartas Patrimoniais e a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. **Informação & Informação**, v. 23, n. 3, p. 202-229, 2018, p. 209

¹⁶⁹ Ibidem, p.208

demonstrações de poder e grandeza de uma minoria, em locais de acesso restrito. Bruno Araújo e Marcus Granato afirmam que:

este patrimônio retrata diversos estágios de construção do conhecimento científico e tecnológico e, mais ainda, simbolizam a própria sociedade contemporânea. O Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia pode ser, ao mesmo tempo, portador da memória dos “modos de conhecer” e incentivador/divulgador das novas tecnologias e do próprio conhecimento científico.¹⁷⁰

E isso só será possível se houver o comprometimento, esforço coletivo, de todos aqueles que atuam diretamente nas áreas de ciência e tecnologia, com a preservação e difusão do PCC&T. É de suma importância que ocorram diálogos nas IES e nos demais espaços onde a ciência e a tecnologia são gerados para a construção de políticas institucionais, e para o estabelecimento de ações que promovam esse patrimônio, tornando-o reconhecido como uma memória cultural, científica e tecnológica a ser preservada e difundida.

A construção de políticas institucionais poderá contribuir para fomentar e fortalecer os grupos representantes desse patrimônio e poderá até mesmo instigá-los a propor e a cobrar a elaboração de políticas públicas junto aos órgãos competentes pela patrimonialização a nível nacional e internacional do PCC&T, para que dentre a pluralidade de identidades existentes nas nações, se reconheça e valorize a cultural científica e tecnológica.

Como descrito por Chiara Bortolotto,¹⁷¹ a Convenção de 2003 foi importante neste sentido, pois, “introduziu alterações importantes na concepção do patrimônio [...] atribuindo um novo papel aos atores”¹⁷² ao propor “a participação ativa de comunidades dos praticantes”¹⁷³ no processo de patrimonialização promovendo “uma transmissão dinâmica.”¹⁷⁴

Assim, reforça-se a importância do comprometimento da comunidade universitária em contribuir com a construção de políticas institucionais de preservação e difusão desse patrimônio que a UFV tem gerado ao longo de sua trajetória, considerando seus três marcos históricos, o que nos leva a apresentarmos como produto uma proposta estruturada, anexo I, para adequação do sistema de registro de projetos da PPG para arquivamento da memória cultural, científica e tecnológica proveniente dos documentos gerados a partir dos projetos institucionais para aquisição de infraestrutura de pesquisa.

¹⁷⁰ Bruno Melo; GRANATO, Marcus. **Entre o esquecer e o preservar: a musealização do patrimônio cultural da ciência e tecnologia.** op.cit. p. 243.

¹⁷¹ BORTOLOTTI, Chiara. Op. cit.

¹⁷² Ibidem, p.6

¹⁷³ Ibidem.

¹⁷⁴ Ibidem.

CAPÍTULO 3

A trajetória dos arquivos como lugares de memória

No anseio de encontrarmos respostas para nossas inquietações e demandas do presente e do futuro, buscamos possíveis respostas em nossas memórias das experiências similares ocorridas em um passado. Como nos descreve David Lowenthal, a memória é uma das “três fontes de conhecimento do passado,”¹⁷⁵ sem ela haveria uma descontinuidade, uma ruptura, colocando em risco a formação da identidade, seja do indivíduo ou do grupo.

A memória não é estática, à medida que o contexto do presente se altera, há uma alteração da compreensão do passado, tendo em vista que:

a função fundamental da memória, por conseguinte, não é preservar o passado, mas sim adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente. Longe de simplesmente prender-se a experiências anteriores, a memória nos ajuda a entendê-las. Lembranças não são reflexões prontas do passado, mas reconstruções ecléticas, seletivas, baseadas em ações e percepções posteriores e em códigos que são constantemente alterados, através dos quais delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo à nossa volta.¹⁷⁶

Os trabalhos apresentados por Maurice Halbwachs¹⁷⁷ reforçam esse entendimento uma vez que nos levam a compreender que a partir da memória revisitamos e requalificamos o passado, o qual poderia desaparecer ou permanecer desconhecido. Para o autor “a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre um trabalho do sujeito,”¹⁷⁸ pois, as lembranças são estruturadas a partir das relações dos indivíduos com seu grupo identitário, constituindo a memória coletiva. Ele ressalta que a memória coletiva “desempenha um papel fundamental nos processos históricos.”¹⁷⁹ Corroborando com a concepção de Maurice Halbwachs, Franco Cardini considera que:

(...) a grande protagonista da história é a memória coletiva, que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, refunda e requalifica continuamente um

¹⁷⁵ LOWENTHAL, David. Op. cit. p.66.

¹⁷⁶ LOWENTHAL, David. Op. cit. p.103.

¹⁷⁷ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro, 2004.

¹⁷⁸SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, 1993, p. 288.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 293

passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido (pxii).¹⁸⁰

Quando falamos em Memória Coletiva, como nos descreve José Barros, precisamos compreender que não estamos reportando a uma única memória, mas, fazemos uso da “expressão no singular como recurso discursivo para a identificação e delineamento de um campo, porque há na verdade inúmeras memórias coletivas.”¹⁸¹ Pois, sabemos que há uma pluralidade de grupos que coexistem e “cada qual com a sua memória coletiva, entrelaçando-se em uma rede social extremamente complexa.”¹⁸² O autor destaca ainda que:

cada indivíduo participa na verdade de muitos grupos, cada qual com a sua memória: a vizinhança, o trabalho, o grupo ao que pertenceu na fase escolar, e ao mesmo tempo grupos maiores que também trazem a sua memória coletiva: a religião, a nação, a carreira profissional.¹⁸³

Ao pensarmos sobre essa memória coletiva, surge a preocupação em como organizar, preservar e difundir? Para isso Pierre Nora e “um grande número de historiadores, sociólogos, antropólogos e memorialistas franceses”¹⁸⁴ discorreram sobre os lugares de memória que como nos afirma José Barros “abre uma nova perspectiva em termos de organização e percepção da Memória Coletiva.”¹⁸⁵

Corroborando com a construção dos lugares de memória, Lucas Miranda descreve esse conceito proposto por Pierre Nora no século XX da seguinte forma:

Simplificadamente, podemos compreender o “lugar de memória” a partir de três características que a constituem: o lugar de memória é **material**, físico, como museus, arquivos, cemitérios, coleções, comemorações, tratados, monumentos, santuários, associações, jornais etc.; é **funcional**, pois garante, ao menos por hipótese, a cristalização da lembrança e, conseqüentemente, sua transmissão; e é **simbólica**, já que remete a um acontecimento vivido por um grupo minoritário de pessoas, que muitas vezes já nem estão vivas, e, ainda assim, traz uma representação para uma maioria que não participou do acontecimento.¹⁸⁶

¹⁸⁰ CARDINI, Franco, apud SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs: memória coletiva e experiência**. Psicologia USP, v. 4, n. 1-2, 1993, p. 294.

¹⁸¹ BARROS, José D. Assunção. **História e memória—uma relação na confluência entre tempo e espaço**. Mouscion, v. 3, n. 5, p. 35-67, 2009, p.48.

¹⁸² Ibidem.

¹⁸³ Ibidem.

¹⁸⁴ Ibidem, p.50.

¹⁸⁵ Ibidem.

¹⁸⁶ Disponível em <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/05/27/memoria-individual-e-coletiva>, acesso em 03/05/2022.

Essas considerações vão ao encontro da perspectiva apresentada por Jacques Le Goff ao fazer uso das proposições de Pierre Nora, em seu verbete “Memória” para citar os possíveis lugares de memória:

[há] os lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações.¹⁸⁷

Refletir sobre essa perspectiva de Jacques Le Goff dos arquivos enquanto lugares de memória, se torna ainda mais interessante quando nos debruçamos sobre a sua seguinte afirmativa: “a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais os documentos e os monumentos.”¹⁸⁸ Ou seja, nos documentos depositados nos arquivos estão as memórias. Esta concepção foi construída a partir do final do século XIX e início do século XX, quando os documentos passaram a ser percebidos como monumentos¹⁸⁹, capazes de evocar o passado, permitindo revisitá-lo a partir do presente. Pois, estes fornecem informações que contribuem com o tempo presente e futuro, como testemunhos históricos.

Ao longo da história humana os documentos, em sua maioria, foram depositados nos arquivos. Dirlene Barros e Dulce Amelia afirmam que dentre as instituições de memória estão os arquivos, pois estes além de testemunhar a identidade de uma sociedade, de guardar e preservar os discursos de um povo, também são geradores de conhecimento, impondo-se como “um lugar indispensável para o exercício da pesquisa histórica.”¹⁹⁰

Elas consideram que a produção do conhecimento histórico ocorre quando o pesquisador ao utilizar os arquivos, isto é, os documentos, propicia diálogos entre as memórias, discursos ali inseridos, de épocas distintas. Os conhecimentos adquiridos a partir destes diálogos fornecem informações importantes para se compreender o passado e a sua interferência na construção do presente. Ainda, possibilita que reflexões sejam feitas no âmbito social, político, econômico e cultural “...que pautam o construto da ciência e do saber como um todo.”¹⁹¹

¹⁸⁷ LE GOFF, Jacques apud BARROS, José D. Assunção. História e memória—uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, v. 3, n. 5, p. 35-67, 2009, p.51.

¹⁸⁸ Texto extraído de LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

¹⁸⁹ *Ibidem*.

¹⁹⁰ BARROS, Dirlene Santos; AMELIA, Dulce. Op. Cit.p.57

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 60

3.1 A influência da formação dos Estado Nacionais nos arquivos – uma representação do poder

No período da formação dos Estados Nacionais, os arquivos na França foram compreendidos como lugares de memória capazes de construir narrativas históricas de grandes feitos, que enaltecessem a nação, sendo, portanto, forjados da mesma forma que o patrimônio.

Assim, coube a François Guizot, ministro-historiador, a atribuição de reorganizar as instituições de memória, dentre elas os arquivos. Ele propôs a criação de um comitê de especialistas, composto por membros reconhecidos “pelo mérito de seus trabalhos históricos,”¹⁹² os quais seriam responsáveis por supervisionar as atividades realizadas em cada região da França.

Havia naquele período uma nova orientação focada em construir a história da nação a partir dos arquivos, assim foram identificadas pelo comitê e por François Guizot pessoas que atuariam nas províncias. Elas seriam responsáveis por coletar documentos, selecionar e submeter para preservação “ao olhar central em Paris, a quem caberia a decisão final,”¹⁹³ como nos descreve Manoel Guimarães.

O que nos leva a compreender que a reorganização dos arquivos tinha por objetivo assegurar que apenas os documentos considerados aptos e dignos pelo grupo dominante naquele período para representar, ou melhor, construir a identidade nacional seriam preservados. Esta não era uma particularidade da França, outros países europeus também se interessaram em construir as narrativas do passado, atentos aos registros e vestígios da memória que seriam coletados de forma selecionada e preservados para atender aos interesses do Estado.

Essa postura foi herdada como descrito por José Maria Jardim,¹⁹⁴ ele reforça essa realidade da constituição dos arquivos nas instituições públicas, afirmando que as práticas de avaliação e seleção dos documentos, foram pautadas pela concepção de memória forjada pelo Estado. Destaca que” neste sentido, a memória parece visualizada sobretudo como dado a ser arqueologizado e raramente como processo e construção sociais.”¹⁹⁵

¹⁹² GUIZOT; François apud GUIMARÃES; Manoel Luiz Salgado, op. cit. p. 105.

¹⁹³ GUIMARÃES; Manoel Luiz Salgado, op. Cit. 106

¹⁹⁴JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995.

¹⁹⁵ Ibidem, p.2

O autor ao retratar tal fato, faz menção a discussão de Jacques Le Goff sobre o documento monumento, utilizado pelo poder “para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente – determinada imagem,”¹⁹⁶ afirmando que o governo brasileiro foi o protagonista na construção dos arquivos públicos no país e, portanto, ele definia quais documentos eram relevantes para representar a nação. Nesse sentido, somente os documentos considerados de grande relevância foram preservados. Este fato gerou conseqüentemente uma produção do esquecimento das memórias que não se enquadraram neste propósito.

Ele comenta que tais práticas impedem que os arquivos possam cumprir o seu papel de difusão de informações e conhecimentos necessários para as construções sociais, principalmente considerando as pluralidades existentes na nação. E, ressalta sua preocupação uma vez que estas práticas foram herdadas, repassadas e que muitas vezes se mantêm até os dias atuais na constituição dos arquivos.

Diante dessa realidade ele afirma que “só a pesquisa científica, envolvendo universidades e arquivos públicos, favorecerá a emergência de padrões de gerenciamento da informação governamental, referidos aos campos da Arquivologia e da ciência da informação[...].”¹⁹⁷

Esta discussão, quanto as construções dos arquivos, também é feita por Angélica Marques, Georgete Rodrigues e Christine Nougaret¹⁹⁸ ao citar que o Arquivo Nacional (AN) foi criado em 1838 como Arquivo Público do Império, com uma forte influência francesa, dentro de uma perspectiva histórica voltada para a preservação da memória da nação que se desejava construir, moldada a partir dos registros das ações do governo.

Criado como um dos instrumentos viabilizadores do projeto político nacional, o Arquivo brasileiro visava, ao mesmo tempo, fortalecer as estruturas do Estado recém-fundado e consolidar a própria ideia do regime monárquico em um continente totalmente republicano. Para alcançar tais objetivos seria necessário recolher não só a documentação produzida pela administração pública, a fim de realizar sua função instrumental em relação ao novo Estado, como também os documentos referentes ao passado colonial, que se encontravam dispersos nas províncias e deveriam subsidiar a escrita da história da nação, a exemplo dos arquivos europeus.¹⁹⁹

¹⁹⁶ Ibidem, Loc. cit.

¹⁹⁷ Ibidem, p.10.

¹⁹⁸ MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; NOUGARET, Christine. Arquivos e Arquivologia na França e no Brasil: marcos históricos e contextos singulares. **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 78, p. 17-38, 2018.

¹⁹⁹ CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. A história da arquivologia no Brasil (1838-2012). Fuentes, **Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional**, 2012, 44, p. 46.

Porém, ainda que influenciado pela França, não houve no Brasil uma abertura dos arquivos para acesso aos documentos da história do país, prevaleceu a cultura portuguesa, na qual os arquivos eram considerados de interesse e uso exclusivos dos poderes da sociedade imperial, segundo Renato Crivelli e Maria Leandra Bizello.²⁰⁰

Esta postura era repassada às províncias, e estas deveriam manter os seus arquivos, o que posteriormente seria um dificultador no momento de transferência para o futuro Arquivo Nacional. Outro dificultador era a falta de políticas arquivísticas, as poucas províncias que possuíam arquivos, realizavam suas atividades de maneiras distintas, de acordo com os autores²⁰¹.

Como relatado por Renato Crivelli e Maria Leandra Bizello, no ano de 1838 foi criado, também, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), “com o objetivo de buscar, recuperar e preservar documentos relevantes ao passado do Brasil, e a partir deles, desenvolver a história do país através dos trabalhos historiográficos.”²⁰² Percebe-se, portanto, que havia uma sobreposição entre as atividades do Arquivo Público e do IHGB, como destaca Célia Costa ao afirmar que:

Estas descobertas conduzem à constatação de que o Arquivo Público foi coadjuvado por outras instituições, em atividades e funções que seriam de sua exclusiva competência. Nesse sentido, a ‘divisão de tarefas’ entre as agências culturais empenhadas no processo de construção da nacionalidade implicou a sobreposição de funções e a consequente fragilização do Arquivo enquanto principal instituição de guarda dos documentos da administração pública.²⁰³

Posteriormente, com a Proclamação da República em 1889, o então Arquivo Público do Império foi reestruturado, sendo revisto o seu regimento, e sua denominação passou a ser Arquivo Público Nacional. O acesso aos arquivos que antes eram limitados, passaram a ser permitidos a qualquer cidadão da república, o que a princípio seria um grande passo para a cidadania.

²⁰⁰ Ibidem, p. 47.

²⁰¹ Ibidem.

²⁰² CAMARGO, Célia Reis; COSTA, Célia; apud CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. A história da arquivologia no Brasil (1838-2012). Fuentes, **Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional**, 2012, 44, p. 47.

²⁰³ COSTA, Célia; apud CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. A história da arquivologia no Brasil (1838-2012). Fuentes, **Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional**, 2012, 44. p.47

De acordo com Angélica Marques, Georgete Rodrigues e Christine Nougaret,²⁰⁴ as atividades de organização dos arquivos iniciaram sem que houvesse pessoas qualificadas e que neste período, século XIX, já existia uma preocupação, reconhecendo a importância da formação em cursos específicos para aqueles que estariam ocupando os cargos técnicos.

Neste contexto, o Arquivo Público Nacional foi reestruturado internamente no ano de 1911, e mais uma vez houve a alteração do seu nome para Arquivo Nacional (AN). Essa nova realidade significou também pensar na formação dos técnicos que ali atuavam, surgindo assim alguns cursos de arquivística a partir da vivência prática, de influência múltipla de outros países, destacando a francesa, conforme as autoras.²⁰⁵

Na década de 1950, sob a direção de José Honório Rodrigues, historiador, houve uma intensificação da cooperação arquivística internacional promovendo mudanças no AN, que significou um alinhamento também com a perspectiva dos norte-americanos e ingleses, reforçando a necessidade da especialização em Arquivologia. Esta gestão foi marcada por ações importantes para o avanço desta área, tais como, a disponibilização de materiais traduzidos sobre tratamento dos arquivos e estabelecimento de relações internacionais, de acordo com Renato Crivelli e Maria Leandra Bizello.²⁰⁶

Estas relações internacionais propiciaram a vinda de especialistas renomados ao Brasil, dentre eles Theodore Roosevelt Schellenberg,²⁰⁷ para oferecer treinamentos e capacitações. E, concomitantemente, reuniões de trabalho foram realizadas dando “início ao planejamento de traçar e estabelecer as primeiras políticas de arquivos públicos e privados, até então não existentes no sistema legislativo e executivo brasileiro.”²⁰⁸ Porém, apesar destes esforços, não houve avanços na legislação brasileira.

E justamente nesta década, foram implantadas efetivamente no Brasil as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que devido “às suas atividades administrativas e acadêmicas, decorrentes das atividades finalísticas da instituição, a saber, ensino, pesquisa e extensão”²⁰⁹ também constituíam seus arquivos, conforme Cynthia Roncaglio. E, não

²⁰⁴ MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; NOUGARET, Christine. op. cit.

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. A história da arquivologia no Brasil (1838-2012). Fuentes, **Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional**, 2012, 44. op. cit.

²⁰⁷ Theodore Roosevelt Schellenberg foi um arquivista estadunidense, criador dos conceitos de valor primário e secundário dos documentos. Schellenberg doutorou-se em história em 1934, pela Universidade da Pensilvânia.

Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Theodore_Roosevelt_Schellenberg, acesso em 11/11/2021.

²⁰⁸ CAMARGO, Célia Reis; COSTA, Célia; apud CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. A história da arquivologia no Brasil (1838-2012). Fuentes, **Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional**, 2012, 44.p. 49

²⁰⁹ RONCAGLIO, Cynthia, Op. cit. p. 180

possuíam uma normatização de práticas de arquivamento, “adotaram procedimentos diversos de organização e de tratamento dos documentos arquivísticos,”²¹⁰ estes muitas vezes eram ineficientes por falta de conhecimento, e ainda, nem sempre eram realmente executados.

Constata-se assim que em um período em que houve uma ampliação dos arquivos, permanecia nas instituições públicas uma carência de profissionais com formação adequada para atender as demandas e de uma legislação que regulamentasse os procedimentos, a fim de assegurar que além de cumprir os procedimentos administrativos de forma eficiente, permitisse principalmente as construções sociais.

A estruturação de um curso acadêmico no Brasil que contemplasse a demanda por formação de arquivistas é considerada tardia, como nos relata Angélica Marques, Georgete Rodrigues e Christine Nougaret.²¹¹ Ele surge a partir do Curso Permanente de Arquivos, dos esforços da Associação dos Arquivistas Brasileiros, sendo ofertado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 1973. E, o oferecimento deste curso em outras instituições não avançou neste período, o que comprometeu o atendimento às demandas.

Diante desta contextualização compreende-se as práticas arquivísticas existentes até os dias atuais nas instituições públicas no Brasil, uma vez que o conhecimento acadêmico científico é muito recente e pouco difundido. Cabe ressaltar que este curso foi constituído durante a Ditadura Militar²¹² (1964-1985), em um regime extremamente controlador, no qual havia um interesse em dificultar, ou quem sabe até mesmo limitar o acesso dos cidadãos às informações, o que provocou um retrocesso nas discussões e no conhecimento científico sobre os arquivos no Brasil.

Após esse regime, houve um processo de redemocratização no país, que provocou reflexões sobre os direitos dos cidadãos, dentre eles a informação. Neste contexto foi criada a Lei nº 8159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, em seu artigo 8º estabelece que:

os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários e permanentes, (...) §3º consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.

²¹⁰ Ibidem, Loc. cit.

²¹¹ MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; NOUGARET, Christine. op. cit.

²¹² Ditadura militar brasileira foi o regime instaurado em 1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares. De caráter autoritário e nacionalista, teve início com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart, o então presidente democraticamente eleito. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura_militar_brasileira, acesso em 12/11/2021.

O artigo 10º determina que os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis.²¹³

Esta lei significou uma conquista para a área de Arquivologia, mas, não uma mudança do que se deveria preservar. Permanecia, ainda, a cultura de se preservar memórias selecionadas daquilo que se considerava de grande valor para o governo.

Posteriormente, uma nova conquista para a Arquivologia foi a “promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI), nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a fim de garantir o acesso a informações.”²¹⁴ Esta lei, conforme Cynthia Roncaglio²¹⁵ foi importante para afirmar a importância do tratamento adequado da informação, ou seja, da gestão de documentos, para assegurar aos cidadãos o direito de acesso às informações precisas e seguras. E, para provocar e promover reflexões e diálogos sobre como as instituições têm tratado seus arquivos, principalmente as públicas, a autora tece o seguinte comentário:

Nesse contexto, as IFES, nem sempre atentas ao seu papel de gestoras e guardiãs dos documentos públicos são compelidas, cada vez mais, a assumir seus deveres e atender aos preceitos legais e técnicos que garantam a preservação e o acesso aos documentos de caráter probatório, informativo e histórico que são patrimônio de toda a sociedade – e não somente da instituição que a constituiu.²¹⁶

Essas considerações são importantes para que os dirigentes das instituições, principalmente das públicas, questionem: se a cultura de preservação dos arquivos tem sido disseminada, se há normas e procedimentos sobre práticas arquivísticas e se houver, se elas têm de fato permitido promover a memória, a pesquisa histórica e a construção social.

É importante salientar que essa construção sobre os arquivos e suas práticas precisam e devem acontecer a partir de um arcabouço teórico, e para isso “pesquisas vêm sendo desenvolvidas especialmente na academia e publicadas em periódicos arquivísticos e de áreas afins”²¹⁷ no intuito de trazer conhecimento científico para a arquivística, a fim de assegurar a preservação e a difusão do patrimônio documental, de acordo com Angélica Marques, Georgete Rodrigues e Christine Nougaret.

O conhecimento científico permite enriquecer diálogos, reflexões e ações para que exista uma nova perspectiva, rompendo com as ideias do passado, de se preservar apenas os

²¹³ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm, acesso em 06/02/2022.

²¹⁴ RONCAGLIO, Cynthia, Op. cit. 187.

²¹⁵ Ibidem.

²¹⁶ Ibidem, p.187

²¹⁷ MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; NOUGARET, Christine. op. cit. p. 34

documentos dos grupos dominantes, os quais eram tidos merecedores de preservação e difusão como representação da nação, excluindo os demais grupos.

Essa concepção do passado sobre os arquivos, ainda é presente, tornando necessário romper, pois, sabemos que uma nação nunca será homogênea, existem uma infinidade de grupos que a constitui, e que têm direito de transmitir o seu legado a futuras gerações. Portanto, é necessário refletir sobre um patrimônio documental que abarque todos os grupos, onde os arquivos enquanto guardiões e disseminadores das memórias, contemplem os documentos de outros grupos.

3.2 Múltiplas memórias – uma só nação

Pensar no patrimônio documental de uma nação é refletir e compreender que uma nação contém uma pluralidade de identidades, e conseqüentemente, uma pluralidade de memórias que coexistem. Portanto, as práticas arquivísticas precisam abarcar esta pluralidade, e para que isso aconteça, torna-se necessário debruçar em estudos e pesquisas que possam gerar conhecimentos científicos e promover espaços de discussões e reflexões acerca desta realidade.

Estas ações são necessárias para que mudanças de mentalidade ocorram na área da Arquivologia a fim de assegurar que as práticas do passado não se perpetuem. Evitando que o documento eleito a ser preservado e considerado representante de uma nação esteja vinculado apenas a identidade de um grupo dominante.

Esta perspectiva da construção dos arquivos a partir de uma única identidade, foi questionada por antropólogos, os quais trouxeram a reflexão sobre a diversidade cultural existente em uma nação heterogênea como o Brasil, como nos descreve Enderson Medeiros.²¹⁸ Esta discussão surge no contexto da Conferência Geral da UNESCO do ano de 2003, na qual foi aceita por unanimidade a convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, destacando a importância de preservar a diversidade cultural.

Isso provocou um alargamento do que se entende por patrimônio incluindo as práticas culturais propriamente ditas, passando a considerar várias expressões locais como expressões culturais importantes do ponto de vista universal. Houve uma mudança de critérios

²¹⁸ MEDEIROS, Enderson. **A patrimonialização e o arquivo enquanto patrimônio: um olhar antropológico.** BIBLOS, v.25, n.1, p35-45,2011.

que deixaram de ser vistos como algo técnico, objetivo e científico, não sendo mais vinculados aos padrões estéticos eurocêntricos, de acordo com o autor²¹⁹.

Ele ressalta o grande desafio de tratar as representações das várias culturas de forma isonômica,²²⁰ dentro do patrimônio arquivístico buscando promover todas as narrativas. E descreve que as instituições públicas e privadas têm designado comissões de avaliação²²¹ para reconhecimento do valor histórico dos documentos, porém, percebe-se que há lacunas nos procedimentos e critérios estabelecidos, até mesmo no ordenamento jurídico que trata do assunto, há uma forte tendência a valorização da história dos considerados grandes feitos.

De acordo com o autor, ainda que ocorram discussões como a Convenção de 2003, percebe-se que as disputas permanecem principalmente no campo das políticas públicas, as quais são “marcadas pelas fronteiras do poder e passíveis de manipulações por interesses políticos e de grupos, pois lidam com processos da memória coletiva, que é, por excelência, seletiva.”²²² E, conseqüentemente, o processo de construção social fica comprometido, uma vez que não se encontram ali memórias capazes de representar a diversidade étnica e cultural do passado, algumas foram esquecidas e outras predominaram, tornando os diálogos entre os documentos dos arquivos limitados, fragmentados.

Reforçando esse entendimento, Janete Tanno afirma que histórias e memórias têm sido perdidas uma vez que “percebe-se claramente, que a realidade aponta inúmeras perdas e destruições dos documentos, tanto públicos quanto privados, de instituições e pessoas.”²²³ Ressaltando que tais perdas e destruições estão muito além dos documentos, significam o esquecimento de “práticas sociais, culturais, econômicas e políticas, das suas lutas e conflitos, assim como de suas esperanças e sonhos.”²²⁴

A partir destas percepções, ela discorre sobre o importante papel dos Centros de Documentação,²²⁵ enquanto espaço do patrimônio documental, para o exercício da cidadania. Considera que estes podem e devem promover com isonomia a coleta, a preservação e o acesso à informação das memórias coletivas, reconhecendo a diversidade e a multiplicidade dos grupos da sociedade brasileira.

²¹⁹ Ibidem, p.36.

²²⁰ Ibidem, p.35.

²²¹ Ibidem, p.41.

²²² Ibidem, p. 42.

²²³ TANNO, Janete Leiko. **Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania**. Acervo, v. 31, n. 3, p. 88-101, 2018.p.90

²²⁴ Ibidem, p.90.

²²⁵ Ibidem, p.99.

Ao abordar o patrimônio documental a autora defende que todas as memórias são importantes, não só as dos grupos dominantes como também de outros, para a construção de uma sociedade democrática. Corroborando assim com Maria Cecília Paoli que considera que para a democracia acontecer é necessário que as memórias sobrevivam para “atuarem de forma equânime no campo das disputas, dos confrontos políticos, ideológicos, sociais e culturais.”²²⁶

Janete Tanno argumenta que no contexto atual devido aos avanços tecnológicos é possível assegurar a preservação do patrimônio documental, mas, que percebe a existência de um movimento contrário, de descaso e até mesmo de “destruição dos documentos das mais diversas procedências e tipos também”²²⁷ nas instituições públicas e privadas. Ela ressalta que esta constatação se torna mais preocupante tendo em vista que em 1988, a constituição brasileira já havia determinado a preservação dos documentos, considerando-os como patrimônio por contribuírem para o desenvolvimento científico, tecnológico e social.

Ao reforçar a relevância do patrimônio documental ela comenta sobre o Programa Memória do Mundo da UNESCO,²²⁸ ano de 1992, que propunha às instituições detentoras de arquivos de cada nação que preservassem “documentos dos mais diversos grupos e setores sociais,”²²⁹ uma vez que estes eram considerados também representativos do patrimônio cultural mundial.

No Brasil, essa proposição não foi atendida em sua essência, segundo Janete Tanno. Ela descreve que o Ministério da Cultura criou no ano de 2004 o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo, “que desde 2007 trabalha em busca da preservação da memória documental brasileira nominando vários arquivos de caráter público ou privado, institucional ou pessoal.”²³⁰ A autora afirma que de acordo com pesquisadores, dentre eles Renato Duarte e Talita Molina, as práticas arquivísticas se mantiveram sob a perspectiva de valorização, patrimonialização dos documentos vinculados aos grupos legitimados pela história, e por este motivo não houve inclusão das memórias dos outros grupos.

É possível inferir que tais práticas são fortemente influenciadas pela trajetória dos arquivos no Brasil, inicialmente criados para preservar a memória de um grupo dominante como representação da nação, eles não contemplaram a realidade de uma nação heterogênea.

²²⁶ PAOLI, Maria Célia apud TANNO, Janete Leiko. **Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania.** Acervo, v. 31, n. 3, p. 88-101, 2018.p.89.

²²⁷ TANNO, Janete Leiko, op. cit p.90.

²²⁸ Ibidem, p.91.

²²⁹ Ibidem, p.91.

²³⁰ Ibidem.

E, posteriormente, sob o domínio de um governo militar, que manteve a postura de preservar os documentos de interesse do governo, focado em controlar as informações e dificultar o acesso, tornando-as quase que inacessíveis.

Essa trajetória distanciou os arquivos da sociedade e não permitiu que eles fossem percebidos e construídos como lugares de memória, que poderiam abarcar os diversos grupos, capazes de contribuir com a formação do patrimônio mundial e de uma sociedade democrática. Ainda, influenciou fortemente as práticas arquivísticas, persistindo por muito tempo, significando um obstáculo e um caminhar contrário ao que propunha a UNESCO.

Mas, não é possível justificar e dar continuidade a essa postura, faz-se urgente ressignificar a preservação do patrimônio documental nos lugares de memória e questionar conforme propõe a autora: “Além da guarda, preservação e disponibilização das informações, quais as outras funções desses espaços em uma sociedade que se pretende democrática e menos excludente?”²³¹

Essa reflexão é extremamente pertinente, pois, desde a década de 1970 já acontecia no Brasil uma “descentralização dos órgãos responsáveis pela preservação”²³² provocada pela “ideologia do desenvolvimentismo,”²³³ conforme Janete Tanno, que antecedeu a proposição da UNESCO. Foi nesse contexto que os centros de documentação foram criados no Brasil numa perspectiva um pouco diferente, em um momento em que se “buscava alargar”²³⁴ a concepção do patrimônio histórico e “abarcar manifestações culturais de grupos populares, até então fora da proteção dos bens tombados pelo IPHAN,”²³⁵ o que permitiria “uma maior conexão com a sociedade,”²³⁶ estabelecidos “como espaços privilegiados de preservação das memórias locais e regionais,”²³⁷ instalados “em universidades localizadas em diversas cidades do país.”²³⁸

O que nos mostra que apesar de algumas ações ocorrerem para promover o direito à memória de diversos grupos, não houve avanços efetivos para a consolidação. Portanto, é necessário conhecer o que de fato aconteceu para que possamos compreender como os lugares de memória foram construídos verdadeiramente, indo além de suas propostas.

²³¹ Ibidem.

²³² Ibidem, p.93.

²³³ Ibidem, p.93.

²³⁴ Ibidem. loc. cit

²³⁵ Ibidem. loc cit.

²³⁶ Ibidem, p.94.

²³⁷ Ibidem. loc. cit.

²³⁸ Ibidem. loc cit.

Compreender a construção dos centros de documentação instituídos nas universidades é de suma importância para o nosso trabalho, pois, nos permite compreender a partir de quais perspectivas as práticas arquivísticas foram estabelecidas nas IES.

3.3 Centros de Documentação – lugares de memória

Na década de 1970, de acordo com Janete Tanno²³⁹, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sem vínculo com o governo, o que permitiu que este atuasse numa perspectiva diferente, na qual havia a valorização da diversidade cultural aplicada a uma estratégia industrial e comercial. Tal situação propiciou a visibilidade do fazer popular enquanto valor econômico, promotor de desenvolvimento, conquistando o reconhecimento do seu valor histórico e cultural.

A autora contextualiza o período relatando que foi marcado por movimentos civis²⁴⁰ que se opunham ao autoritarismo da época, reclamando o retorno da democracia e dos direitos civis. É dentro deste contexto político social que os lugares de memória dentre eles museus, arquivos, bibliotecas e centros de documentação estabeleceram ações de aproximação com a sociedade de forma um pouco mais efetiva, como eventos, publicações e outros.

Ela relata que naquela década algumas “instituições governamentais juntamente com as universidades”²⁴¹ iniciaram o processo de criação dos centros de documentação no Brasil, memoriais e arquivos. A proposta era ampliar as ações de preservação da cultura nacional, com enfoque maior no patrimônio histórico, incluindo outros grupos, os quais não tinham sido contemplados até aquele momento.

Contemplar outros grupos naquele momento foi de extrema importância, pois, significou caminhar ao encontro da diversidade de culturas existentes dentro de uma mesma nação, principalmente em um país miscigenado como o Brasil. Icléia Thiesen ressalta que:

Se a memória é presentificação do passado e, se a sua materialidade, ou seja, o documento se perde ou está fora do lugar instituído para abrigá-lo, então não há como suscitar a presença do passado, nem pela via da memória, nem pela mão da história. Contudo, como a memória é sempre “negociada”, os grupos sociais investem em ações que, em breve, podem restituir a memória recente do país aos seus cidadãos. E com isso os lugares de memória refletirão uma memória enquadrada

²³⁹ Ibidem, p.93.

²⁴⁰ Ibidem, loc.cit.

²⁴¹ CAMARGO, Célia Reis, apud TANNO, Janete Leiko. **Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania**. Acervo, v. 31, n. 3, p. 88-101, 2018, p. 93.

que terá quebrado o silêncio. Uma memória que será plural, mas contraditória, inacabada, sempre sujeita a flutuações.²⁴²

A criação dos centros de documentação possibilitou, portanto, que outras memórias fossem preservadas assegurando o direito de rememorar outras narrativas. Sabemos que as memórias são acessadas sempre de um tempo presente ou até mesmo de um tempo futuro, significando uma nova leitura, uma ressignificação de suas narrativas, o que reforça a importância dos centros na preservação dos testemunhos documentais que possam dialogar com os pesquisadores e demais interessados nos temas ali preservados. Pois, como nos descreve Antônia Marlene Vilaca Telles, os centros de documentação são a “base para a produção do conhecimento científico, eles proporcionam o acesso democratizado à informação especializada.”²⁴³

Os centros de documentação, das universidades, de acordo com Célia Camargo “são voltados à geração de informações e organização de fontes de pesquisa. Desde os anos setenta, ao lado da docência e da pesquisa, esse campo de trabalho tem se expandido cada vez mais.”²⁴⁴ A autora ressalta a importância da organização e disponibilização desses acervos ao afirmar que:

Servem de apoio às pesquisas realizadas por docentes e alunos da comunidade acadêmica. Como resultado desse trabalho, a finalidade é ampliar o alcance dos serviços prestados aos demais segmentos sociais, com o interesse em atingir os usuários em potencial, ou seja, aqueles interessados em fazer usos dessas informações disponíveis. As atividades dos centros podem-se desdobrar em extensão universitária, o que proporcionaria novos usuários e pesquisadores, e principalmente estar em contato com instituições congêneres, contribuindo com a política de preservação do patrimônio cultural do país.²⁴⁵

Reforçando a importância dos lugares de memória, Pierre Nora e outros autores preocupados com o risco do esquecimento devido a “aceleração da história e do esfacelamento da memória,”²⁴⁶ abordaram de forma distinta os temas lugares de memória e história, como nos descreve Francisco Chagas:

²⁴² THIESEN, Icléia. **Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaço de produção de conhecimento.** In: MAST Colloquia. 2009. p. 78.

²⁴³ TELLES, Antônia Marlene Vilaca. **Centros de documentação: em busca da preservação.** Espaço Plural, v. 5, n. 11, p. 25-28, 2004, p. 27.

²⁴⁴ CAMARGO, Célia Reis, apud TELLES, Antônia Marlene Vilaca. **Centros de documentação: em busca da preservação.** Espaço Plural, v. 5, n. 11, p. 25-28, 2004, p. 26.

²⁴⁵ Ibidem, p.27

²⁴⁶ JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes Santiago. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da ‘problemática dos lugares’. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 52, 2015. p. 250.

A crise da história seria ilustrativa da própria crise da memória, pois uma vez que se falava muito de memória era porque esta se encontrava numa situação crítica. Neste cenário proliferaram os lugares de memórias, sítios reais ou imaginários, materiais ou imateriais que possuíam caráter compensatório. A memória em si já não existiria, uma vez que os meios e suportes convencionais haviam se rompido, sendo que os lugares vieram ocupar seu posto rarefeito.

Nora postula uma consciência de ruptura com o passado, uma quebra da continuidade, cujo efeito é esfacelar a memória, a qual dependeria da continuidade. O autor francês fez diferenciações cujo alcance epistemológico fora descomunal para o futuro da historiografia: a memória é uma vivência do passado o qual é presentificado como continuidade. Ela desloca-se de maneira afetiva, quase mágica, entre a lembrança e o esquecimento, emergindo de um grupo social para manter-lhe os vínculos. Sua característica fundamental é ser múltipla e desacelerada. Contrasta-se, portanto, com a *secura* da história (estaríamos mais corretos se a chamásemos de historiografia), a qual é uma reconstrução problemática que não pertence a ninguém (a memória é, lembremos, sempre de alguém ou grupo) cujo fim último é construir rupturas e relativizar a própria memória. Trata-se de uma operação de exorcismo do passado, pois ao inserir os objetos e o mundo na diferença temporal não deixa incólumes os laços afetivos e mágicos da memória [...] Novos atores emergiram, velhas memórias perderam força, a aceleração social dilapidou memórias orais e novas formas de construção de vínculos sociais tornaram-se necessárias. Entre estas formas estão os *lugares de memória*.²⁴⁷

Os centros de documentação enquanto lugares de memória foram importantes para que as universidades passassem a dar acesso aos indivíduos enquanto cidadãos e pesquisadores, no intuito de promover a pesquisa “da história do país e para dar o direito de acesso aos cidadãos à informação,”²⁴⁸ tais práticas são mantidas até os dias atuais. Janete Tanno ao destacar a relevância dos centros “para o ensino e para a pesquisa em diferentes áreas do conhecimento,”²⁴⁹ faz referência a Célia Reis Camargo que afirma:

No que se refere a pesquisa e ao ensino, a manutenção de órgãos especializados de apoio informativo e de espaços voltados para a reflexão e a produção de estudos interdisciplinares é requisito para a renovação e o aprimoramento institucional e para o avanço da produção intelectual. As novas feições assumidas pela construção do conhecimento científico, particularmente no que diz respeito aos métodos de trabalho, geram a necessidade de criar bases sólidas de informação, que se impõem como condição indispensável ao desenvolvimento institucional, científico e cultural, sob pena de comprometer a produção acadêmica no que se refere a sua inserção num circuito informacional mais amplo, nacional e internacional.²⁵⁰

²⁴⁷ Ibidem, p. 251.

²⁴⁸ Ibidem, p.94.

²⁴⁹ Ibidem, loc. cit.

²⁵⁰ CAMARGO, Célia Reis, apud TANNO, Janete Leiko, op.cit. p.94.

Considerando a proposta de criação desses centros de abarcar as diversas manifestações culturais dos diversos grupos, Viviane Tessitore complementa a afirmativa de Célia Reis Camargo ao descrever suas características da seguinte forma:

possuir documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo; ser um órgão colecionador e/ou referenciador; ter acervo constituído por documentos únicos ou múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras; possuir como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada; realizar o processamento técnico de seu acervo, segundo a natureza do material que custodia.²⁵¹

Diante das considerações apontadas, Janete Tanno²⁵² reafirma a relevância destes centros, mas, ressalta que devido à falta de critérios para a formação dos acervos, a organização das informações ficou comprometida, uma vez que não havia uma definição clara de quais temas estavam ali depositados. Havia e há até os dias atuais, em alguns centros, um acúmulo de documentos sem a devida identificação “que revele sua importância para a sociedade e para os pesquisadores,”²⁵³ o que pode provocar uma desvalorização e um desserviço dos centros documentais.

Essa preocupação também é abordada por Célia Camargo²⁵⁴ que ressalta “a importância da definição das linhas de acervo. A partir da definição das linhas a seguir, a atividade do centro segue sob uma orientação fundamental e estratégica: a organização das bases informacionais do conhecimento.”²⁵⁵

Essas preocupações das autoras Janete Tanno e Célia Camargo nos leva a refletir sobre a importância das discussões nas IES sobre esses espaços enquanto lugares de memória, e a necessidade de se estabelecer políticas institucionais que promovam o conhecimento científico da área da arquivologia e de outras afins para mudarmos esse cenário. Principalmente o oferecimento de capacitação dos profissionais vinculados diretamente com esses espaços, a fim de que possam prestar serviços de qualidade aos usuários que assegurem a organização, a preservação e o acesso aos documentos, pois, como afirma Célia Camargo

²⁵¹ TESSITORE, Viviane, apud TANNO, Janete Leiko, p.95.

²⁵² TANNO, Janete Leiko, op.cit

²⁵³ Ibidem, p.96.

²⁵⁴ CAMARGO, Célia Reis, apud TELLES, Antonia Marlene Vilaca. Centros de documentação: em busca da preservação. *Espaço Plural*, v. 5, n. 11, p. 25-28, 2004, p. 27.

²⁵⁵ Ibidem.

“em suma, os centros de documentação universitários nascem da necessidade de aproximar o pesquisador das fontes históricas.”²⁵⁶

A história compreende várias narrativas, encontramos uma infinidade de fontes que às vezes poderão ser bem distintas umas das outras, o que nos permite construir melhor nosso entendimento sobre determinado grupo, nação, fato, cultura sem criarmos um estereótipo. É interessante perceber, como nos descreve Janete Tanno,²⁵⁷ que os centros de documentação não foram criados com a intenção de pôr fim às disputas das memórias. Mas, com o intuito de abarcar a diversidade dos vários grupos da sociedade brasileira para que suas memórias estivessem presentes nestes centros, a fim de garantir “condições de disputas políticas, sociais, ideológicas e simbólicas com um mínimo de equidade possível contribuindo-se, assim, para a construção de uma sociedade mais democrática, estável e menos excludente.”²⁵⁸

Refletir sobre essa perspectiva é importante, pois, não é necessário que uma memória seja silenciada para que outra prevaleça, não podemos repetir os erros do passado que elegia uma única memória para ser preservada como representante de uma nação, em uma nação heterogênea, miscigenada. Complementamos essa reflexão com o pensamento apresentado por Icléia Thiesen de “Héctor Schmucler, sociólogo e escritor argentino, que vincula a memória ao campo da ética: “²⁵⁹

A memória não é um simples documento que aparece num arquivo, mas possibilidades de existir hoje. Isso nos torna responsáveis cada um e coletivamente por essa memória. Ou seja, somos responsáveis pelo que recordamos. Somos responsáveis pelo que queremos que hoje apareça como recuperação do passado, porque dessa responsabilidade surge nosso existir contemporâneo.²⁶⁰

Esse pensamento sobre uma postura ética e responsável nesses lugares de memória corroboram com as discussões de Janete Tanno ao afirmar que cabe aos responsáveis por estes lugares de memórias, no caso das universidades aos dirigentes, promover as informações que ali se encontram, pois, “todos têm direito ao seu passado, às suas memórias, a fim de que tenham condições de (re)construção de identidades individuais e coletivas.”²⁶¹

²⁵⁶ Ibidem.

²⁵⁷ TANNO, Janete Leiko, op.cit

²⁵⁸ Ibidem, p.99.

²⁵⁹ THIESEN, Icléia. **Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaço de produção de conhecimento**. In: MAST Colloquia. 2009. p. 78.

²⁶⁰ SCHMUCLER, Héctor. apud THIESEN, Icléia. **Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaço de produção de conhecimento**. In: MAST Colloquia. 2009. p. 78

²⁶¹ TANNO, Janete Leiko, op.cit, p.98.

Esses lugares de memória precisam e devem assegurar o direito à memória que promova a construção de uma sociedade mais democrática, na qual as memórias dos diversos grupos sejam preservadas e difundidas, mas, para isso é preciso repensar qual o tratamento tem sido dado aos documentos nestes centros de documentação. É importante que não se perpetue a falta de organização dos documentos ali arquivados, tornando imprescindível aprofundar nos conhecimentos teóricos sobre a gestão dos documentos e aplicá-los nesses espaços universitários. Compreendendo as IES como instituições de ensino, pesquisa e extensão, podemos inferir que são espaços de diálogos e de construção do saber que podem significar um grande diferencial para o avanço das práticas de gestão de documentos nos lugares de memória, sejam arquivos, centros de documentação, museus e outros.

3.4 Gestão dos documentos – preservação da memória e ferramenta estratégica

No século XX, em um contexto de aumento da massa documental, da necessidade de tornar acessível os documentos e de lidar com os novos suportes magnéticos, eletrônicos ou digitais, surgiu o conceito de gestão de documentos, conforme Ana Celeste Indolfo.²⁶²

Ela descreve que os Estados Unidos²⁶³, entre outros países anglo-saxônicos, foram protagonistas nestas discussões, com um olhar mais gerencial, administrativo, preocupado com a produção documental e com o prazo de guarda dos documentos, fortemente influenciados pela abordagem da administração científica e seus princípios. José Maria Jardim complementa ao afirmar que:

de acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística, do Conselho Internacional de Arquivos, a gestão de documentos diz respeito a uma área da administração geral relacionada com a busca de economia e eficácia na produção, manutenção, uso e destinação final dos mesmos.[...] Embora sua concepção teórica e aplicabilidade tenha se desenvolvido após a Segunda Guerra Mundial, a partir do E.U.A. e Canadá, a gestão de documentos possuía raízes já no final do século XIX, em função dos problemas então detectados nas administrações públicas destes dois países, no que se referia ao uso e guarda. Na primeira metade deste século, criaram-se comissões governamentais nos E.U.A. e no Canadá, visando a encontrar soluções para a melhoria dos padrões de eficácia no uso dos documentos, por parte da administração pública. Vale ressaltar que, durante esse período, as instituições arquivísticas públicas caracterizavam-se pela sua função de órgão estritamente de

²⁶² INDOLFO, Ana Celeste. **Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia**. Arquivística. net, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, 2007

²⁶³ Ibidem, p.30

apoio à pesquisa, comprometidos com a conservação e acesso aos documentos considerados de valor histórico.²⁶⁴

De acordo com Ana Celeste Indolfo, naquele contexto iniciou-se uma reflexão sobre as fases do ciclo de vida dos documentos proposta por Philip Brooks, que buscava implementar “melhores procedimentos de guarda e a formulação das políticas necessárias a uma gestão responsável dos documentos.”²⁶⁵ Essa proposta construída foi difundida posteriormente por Ernst Posner e Theodore R. Schellenberg nas décadas de 1950 e 1960.²⁶⁶ No Brasil, como citado anteriormente, durante a gestão de José Honório Rodrigues no AN, Schellenberg trouxe essa proposta para contribuir com a construção das práticas arquivísticas.

Em um primeiro momento, como nos descreve a autora, cada país desenvolveu suas práticas de gestão de acordo com a sua própria realidade econômica, cultural e social, atendendo às suas demandas particulares, o que levou ao surgimento de vários modelos de gestão documental.

Diante desta realidade, a UNESCO reconhecendo a relevância dos documentos e arquivos, e preocupada com a diversidade dos modelos, propôs o seguinte conceito para a gestão dos documentos “domínio da gestão administrativa geral com vistas a assegurar a economia e a eficácia das operações desde a criação, manutenção e utilização, até a destinação final dos documentos.”²⁶⁷

A proposição dessa agência para a construção do conceito permitiu que ocorressem discussões, reuniões internacionais, que contribuíram para o entendimento da relevância dos documentos e arquivos e do tratamento adequado aos mesmos. E, principalmente para o ciclo de vida implícito nas operações descritas.

No Brasil, a gestão de documentos foi formalmente definida a partir da Lei nº 8159/1991, no artigo 3º que a definiu como “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.”²⁶⁸

²⁶⁴ JARDIM, José Maria. **O conceito e a prática de gestão de documentos**. Acervo, v. 2, n. 2, p. 35-42, 1987, p.35.

²⁶⁵ Ibidem. p.31

²⁶⁶ Ibidem, loc. cit.

²⁶⁷ UNESCO apud INDOLFO, Ana Celeste. **Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia**. Arquivística. net, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, 2007, p.35.

²⁶⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm, acesso em 20/11/2021.

Esta lei propôs que toda instituição pública ou privada que produzisse ou recebesse documentos, devido às suas atividades, independente do suporte da informação ou da natureza dos documentos, deveriam “promover a gestão dos mesmos, assim como sua custódia,”²⁶⁹ conforme Leolíbia Linden e Marisa Brascher.

Nos últimos anos, “os avanços científicos e o impacto das novas tecnologias de comunicação e informação têm desafiado a Arquivologia a rever e a renovar, mais uma vez, seus princípios e métodos de trabalho,”²⁷⁰ conforme nos descreve Ana Celeste Indolfo. Esta nova realidade impactou na produção, no processamento, no armazenamento, no uso e no acesso às informações arquivísticas, o que segundo ela levou os autores da área a:

fundamentar seus estudos, pesquisas e propostas de trabalho no efetivo controle do ciclo de vida da informação, baseando-se no gerenciamento arquivístico dos documentos, independente do suporte, formato ou mídia em que estes se encontram produzidos, armazenados e que precisam ser preservados, para serem efetivamente e continuamente acessados.²⁷¹

Houve, portanto, uma ressignificação do papel da gestão dos documentos, que procurou assegurar a preservação da memória e o acesso à informação de forma eficiente, tornando imprescindível a atividade de “avaliação e seleção propostas pela gestão de documentos para garantir a racionalização do ciclo de vida dos documentos.”²⁷²

Ana Celeste Indolfo ressalta a importância da avaliação descrevendo que trata-se de “um processo de análise e seleção de documentos que visa estabelecer prazos de guarda e destinação final dos documentos.”²⁷³ Neste processo define-se “quais documentos serão preservados para fins administrativos ou de pesquisa e em que momento poderão ser eliminados ou recolhidos ao arquivo permanente,”²⁷⁴ para isso será considerado “o valor e o potencial de uso que apresentam para a administração que os gerou e para a sociedade.”²⁷⁵

A autora dá ênfase também a importância da classificação dos documentos ao afirmar que essa “permite a compreensão do conteúdo dos documentos de arquivo dentro do processo integral de produção, uso e acesso à informação arquivística, mantendo os vínculos

²⁶⁹ LINDEN, Leolíbia Luana; BRÄSCHER, Marisa. **Diagnóstico arquivístico: uma proposição metodológica a partir de instrumentos normativos de descrição arquivística.** Informação & Informação, v. 24, n. 3, p. 335-364, 2019. p. 337

²⁷⁰ Ibidem, p. 41.

²⁷¹ Ibidem, loc. cit.

²⁷² Ibidem, p.42.

²⁷³ Ibidem, loc. cit.

²⁷⁴ Ibidem loc. cit.

²⁷⁵ Ibidem, loc. cit.

orgânicos específicos que possui com a entidade geradora.”²⁷⁶ Nesse sentido, ela exigirá “o conhecimento da estrutura organizacional da administração produtora dos documentos e das necessidades de utilização dos documentos produzidos.”²⁷⁷

A relação entre as práticas de arquivísticas da classificação e avaliação propiciam uma gestão dos documentos eficiente quanto ao controle dos fluxos informacionais, dos prazos de guarda, da preservação ou eliminação criteriosa e do acesso. Elas “fundamentam as atividades de gestão dos documentos,”²⁷⁸ conforme a autora.

Após essas considerações, compreende-se a importância da gestão de documentos para que os arquivos possam cumprir o papel de guardiões da memória e contribuir com a formação de uma sociedade democrática. Lawrence Burnet reforça essa importância ao afirmar que a gestão de documentos é uma operação arquivística:

o processo de reduzir seletivamente a proporções manipuláveis a massa de documentos, que é característica da civilização moderna, de forma a conservar permanentemente os que têm um valor cultural futuro sem menosprezar a integridade substantiva da massa documental para efeitos de pesquisa.²⁷⁹

E, infelizmente a implementação no Brasil foi tardia ocorrendo de fato a partir da lei nº 8159/1991, “como forma de garantir o controle do ciclo de vida dos documentos, permitindo uma avaliação criteriosa e assegurando a organização de conjuntos documentais que viessem alcançar a guarda permanente,”²⁸⁰ como nos descreve Ana Celeste Indolfo.

Somente a partir dessa implementação, foram tomadas ações para difusão “dos fundamentos da classificação dos documentos de arquivo e dos princípios que norteiam a prática arquivística da avaliação”²⁸¹ através da realização de treinamentos, seminários e outros para os servidores públicos. E, também nos cursos de arquivologia.

Essas ações foram importantes, mas, tendo em vista que não é algo tão disseminado ainda, podemos inferir que não atingiu muitos indivíduos. A autora, Ana Celeste Indolfo, afirma que as práticas existentes nos arquivos ainda não mudaram como era esperado, que as pessoas envolvidas nas atividades de arquivamento, principalmente nas instituições públicas possuem um conhecimento técnico limitado, sendo observado também uma falta de

²⁷⁶ INDOLFO, Ana Celeste. op. cit. p.43.

²⁷⁷ INDOLFO, Ana Celeste. op. cit. p.45.

²⁷⁸ INDOLFO, Ana Celeste. op. cit. p.48.

²⁷⁹ BURNET, Lawrence apud JARDIM, José Maria. **O conceito e a prática de gestão de documentos**. Acervo, v. 2, n. 2, p. 35-42, 1987, p.35.

²⁸⁰ INDOLFO, Ana Celeste. Op. cit. p.55.

²⁸¹ Ibidem, loc. cit.

comprometimento destas tendo em vista que não há uma cobrança efetiva. Não há uma cultura de práticas de arquivamento de fato implementada nas instituições públicas e privadas.

Ainda, Wilmara Calderon nos alerta para outro problema enfrentado nas instituições públicas:

Constata-se nessas instituições o dilema de grandes massas documentais acumuladas, sobretudo em suporte papel, guardadas sem tratamento adequado. Nelas estão depositadas frações significativas dos registros da história das organizações, e não é raro, também, existirem valores técnicos, científicos, jurídicos, probatórios e outros, misturados a uma quantidade enorme de documentos sem nenhum valor.²⁸²

Podemos perceber que a realidade nas universidades coloca em risco a preservação e a difusão da memória cultural, científica e tecnológica, por esse motivo Ana Celeste Indolfo defende a importância de se pensar na construção de uma formação das pessoas envolvidas com os lugares de memória que vá além dos conhecimentos técnicos, mas que promova o entendimento da importância do documento. Sendo necessário que algumas reflexões sejam feitas, tais como: Para quê foi produzido? Qual o contexto histórico? Qual a sua colaboração para outros setores, para os pesquisadores? Qual a estrutura organizacional em que foi gerado? e etc. Ou seja, propiciar ao arquivista e aos técnicos que atuam nos arquivos ir além da técnica para um pensamento mais elaborado.

Cynthia Rocaglio também discute esta preocupação, alertando para a necessidade de se construir uma visão diferente acerca dos documentos, pois, estes não devem ser vistos como algo isolado. Ela reforça que “as informações orgânicas registradas, que constituem o documento do arquivo, permitem identificar a proveniência, o contexto em que foram criados. E, que essa informação também é memória, uma vez que ela permite a contextualização sociocultural da época.”²⁸³

A autora considera que “a informação e a memória são duas faces de uma mesma moeda,”²⁸⁴ reafirmando que a implementação da gestão de documentos nos lugares de memória torna-se imprescindível para assegurar que no futuro se tenha uma memória tratada adequadamente e preservada que possibilitará rememorar um contexto histórico e que contribuirá com as construções culturais, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas.

²⁸² CALDERON, Wilmara Rodrigues et al. **O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário**. *Ciência da informação*, v. 33, n. 3, p. 97-104, 2004.p.100

²⁸³ II Encontro de Gestão de Documentos, Informação e Memória do GDF. Cynthia Roncaglio Professora Adjunta da Faculdade de Ciência da Informação – UNB. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=K1qoGeP8OAc>. Acesso em 20/11/2021.

²⁸⁴ *Ibidem*

Ela destaca a importância de uma política arquivística nas instituições, que oriente como os documentos devem ser tratados desde o início, respeitando as fases dos documentos, atentando para as práticas necessárias para que estes sejam descritos e difundidos. Para que isso ocorra é importante que os arquivistas e as demais pessoas envolvidas estejam cientes e comprometidas.

A implantação desta política nas instituições permitiria lidar de forma eficiente com os desafios vivenciados com os avanços tecnológicos, tendo em vista o aumento do volume de documentos em formato digital, eletrônico, encontrados em sistemas informatizados. Estes sistemas têm sido desenvolvidos e utilizados em muitas instituições, porém, há um grande risco destes se tornarem locais de esquecimento ao invés de lugares de memória.

No intuito de evitar este risco, Ana Celeste Indolfo propõe “a inclusão de requisitos de natureza arquivísticas desde o momento da concepção desses sistemas, tornando-se imprescindível o cuidadoso controle ao longo de todo o seu ciclo(...)”²⁸⁵ a fim de assegurar que os documentos permaneçam autênticos, íntegros, fidedignos e que se promova a acessibilidade a estes.

Ela defende o uso associado dos conhecimentos das áreas da Ciência da Informação (CI) e da Arquivologia, para a construção de um sistema informatizado eficiente, capaz de preservar a memória e difundir as informações. A Arquivologia caberia a organização e o tratamento e à CI planejar, estimular e ampliar a qualidade do uso e do acesso da informação. É importante destacar que a CI se preocupa com o “uso de códigos para a transmissão eficiente da mensagem, bem como o estudo do processamento e de técnicas aplicadas aos computadores e seus sistemas de programação.”²⁸⁶

Segundo Harold Borko a Ciência da Informação é:

a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima.²⁸⁷

A CI pode contribuir com a gestão dos documentos, para que os arquivos sejam realmente lugares de memória e de pesquisa. As informações dos arquivos devem ser organizadas, tratadas e disponibilizadas de forma adequada, principalmente considerando as

²⁸⁵ INDOLFO, Ana Celeste. Op. cit. p.41

²⁸⁶ BORKO, Harold. **Ciência da Informação: o que é isto?** American Documentation, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.p. 2

²⁸⁷ COSTA, Thiara de Almeida; RONCAGLIO, Cynthia. **Acesso aos documentos de pesquisas científicas: um possível diálogo entre a Ciência da Informação e a Arquivologia.** 2018.p. 1.

interações e as construções sociais que têm evoluído a partir dos ambientes digitais, dos sistemas informatizados.

De acordo com Thiara Costa e Cynthia Roncaglio, as áreas de CI e da Arquivologia “têm em comum a finalidade de facilitar a recuperação e o acesso à informação.”²⁸⁸ Cada área possui suas especificidades, mas, esta relação interdisciplinar é vantajosa para os diálogos que se fazem necessários na gestão dos documentos e na construção dos arquivos.

Para assegurar que a gestão dos documentos promoverá a eficiência dos arquivos, dos centros de documentação e dos demais lugares de memória é imprescindível destacar a relevância do diagnóstico arquivístico, pois, ele “é o ponto de partida para os projetos de organização documental, subsidiando a proposta de modelos de classificação, avaliação e descrição apropriadas, “²⁸⁹ conforme Wilmara Calderon.

3.5 Diagnóstico dos arquivos – ponto de partida da gestão dos documentos

Leolíbia Linden e Luana Brascher descrevem que “o conceito de diagnóstico arquivístico é percebido como uma ferramenta utilizada para identificar as características institucionais e arquivísticas de uma organização.”²⁹⁰ Ele permite conhecer a realidade da massa documental, a infraestrutura física do arquivo, as práticas arquivísticas adotadas na instituição privada ou pública, os fluxos informacionais e a estrutura organizacional.

Segundo as autoras, a partir das informações obtidas é possível estabelecer “o planejamento e a execução de programas de conservação, classificação, avaliação, recolhimento, transferência, armazenamento, acondicionamento, microfilmagem e demais atividades arquivísticas.”²⁹¹

Sem uma compreensão adequada da situação dos arquivos, torna-se temeroso qualquer intervenção prévia, pois, sabe-se que os arquivos foram sendo constituídos ao longo da trajetória das instituições públicas ou privadas, antes mesmo que houvesse um conhecimento científico adequado que norteasse as práticas arquivísticas.

²⁸⁸ Ibidem, p. 1.

²⁸⁹ CALDERON, Wilmara Rodrigues et al. Apud XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB 2017 – O papel do “Diagnóstico” como instrumento de metodologia arquivística – Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/143/632, acesso em 24/11/2020.

²⁹⁰ LINDEN, Leolíbia Luana; BRÄSCHER, Marisa. Op. cit. p. 350.

²⁹¹ Ibidem, p.348.

Ainda, a presença de arquivistas de formação nestas instituições é muito recente e infelizmente em um número reduzido, o que significou que os arquivos estivessem por muito tempo sobre a responsabilidade de pessoas que desconheciam as práticas arquivísticas. Esta realidade é percebida em muitas instituições públicas ou privadas, nas quais os arquivos possuem um acúmulo de documentos que não foram devidamente tratados. Foram apenas depositados em pastas, armários, sistemas, caixas e outros.

Assim, ao realizar um diagnóstico, como nos descreve Janete Indolfo e Eduardo Santos, deve-se “iniciar com a construção de uma sociologia e uma história da organização, além do mapeamento de sua estrutura,”²⁹² sendo necessário também entrevistar “os colaboradores que geraram e que continuam gerando informações registradas.”²⁹³

Para isso, metodologias têm sido construídas e propostas para a realização de diagnóstico, mas, é importante atentar para o alerta dado por Luis Carlos Lopes quanto a importância de se:

(...) ter critérios que ajudem a selecionar o melhor método apropriado à realidade pretendida, reconhecer o melhor momento para sua aplicação, enfim, é: preciso estudar os diferentes métodos a ponto de sentir-se seguro para fazer a escolha, pois o talento do pesquisador consiste em adequar os métodos às necessidades dos objetos.²⁹⁴

Janete Indolfo e Eduardo Santos afirmam que “não existe uma receita pronta de diagnóstico,”²⁹⁵ portanto, eles propõem a busca a partir da literatura arquivística que melhor aproxime da realidade da instituição pública ou privada na qual será realizado. O que possibilitará refletir sobre a situação em que se encontra o arquivo, permitindo corrigir os rumos da gestão destes nas instituições públicas ou privadas, ao promover um conhecimento prévio da realidade, para que ações de intervenção sejam estabelecidas contribuindo com a construção das políticas de gestão de documentos.

Leolíbia Linden e Marisa Brascher complementam ao afirmar que:

²⁹²XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da informação – ENANCIB 2017 – O papel do “Diagnóstico” como instrumento de metodologia arquivística – Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/143/632, acesso em 24/11/2020. p. 4

²⁹³ Ibidem, Loc. cit.

²⁹⁴ LOPES, Luís Carlos apud XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da informação – ENANCIB 2017 – O papel do “Diagnóstico” como instrumento de metodologia arquivística – Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/143/632, acesso em 24/11/2020. p. 4

²⁹⁵ Ibidem, p. 5

Porém, as atividades de gestão de documentos precisam ser planejadas de acordo com a necessidade de cada instituição que a implanta, respeitando suas especificidades e seus fluxos informacionais. Para isso, se faz o uso do diagnóstico arquivístico, uma ferramenta gerencial que busca realizar o levantamento de informações arquivísticas para definir e conhecer as características de determinado acervo e instituição como uma atividade que integra o planejamento de uma política de gestão de documentos.²⁹⁶

Estas políticas de gestão de documentos quando implementadas nas instituições, e realmente executadas, asseguram que os arquivos cumpram o seu papel de forma eficiente na preservação e na difusão da memória, do conhecimento. Pois, sabe-se que “coube ao arquivo manter viva a memória em forma de documentos, evitando o desconhecimento sobre determinada época e/ou civilização.”²⁹⁷

A partir das discussões e reflexões sobre a trajetória da concepção de arquivo, compreende-se que ele passou de “arsenal de poder”²⁹⁸ para afirmar a construção de uma nação para “uma instituição científica e cultural”²⁹⁹ que possa assegurar a todos os grupos a preservação de sua memória, de sua identidade. Servindo como “um manancial da memória à disposição para a consulta,”³⁰⁰ de acordo com Augusto Britto, Marisa Mokarzel e Analaura Corradi.

Portanto, para que este manancial exista de fato, sem utopias, é importante o estabelecimento de políticas públicas que permitam avançar nas discussões e construções de arquivos que verdadeiramente contemplem a pluralidade de identidades existentes numa nação, e até mesmo de forma universal. Promovendo verdadeiramente o pleno exercício da cidadania como proposto na lei de acesso à informação.

Como discutido por Cynthia Roncaglio é necessário também que esforços coletivos sejam feitos nas instituições detentoras dos arquivos para a construção de uma cultura das práticas adequadas para arquivamento, preservação e difusão das memórias dispostas nos arquivos. As instituições podem e devem promover, também, formações de todos os envolvidos, ainda que sejam cursos técnicos informais para assegurar que todos possam contribuir com a organização e o tratamento adequado dos arquivos.

²⁹⁶ LINDEN, Leolibia Luana; BRÄSCHER, Marisa. Op. cit. p. 338.

²⁹⁷ BRITTO, Augusto César Luiz et al. **O arquivo enquanto lugar de memória e sua relação com a identidade**. 2017. Disponível em <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/640/pdf>, acesso em 26/12/2021.

²⁹⁸ Ibidem.

²⁹⁹ Ibidem.

³⁰⁰ Ibidem.

A partir dessas considerações, este trabalho tem por objetivo contribuir com a construção de um sistema de arquivamento dos documentos gerados na UFV, a partir dos projetos institucionais para aquisição de infraestrutura de pesquisa, para que os documentos não se percam e que possam estar devidamente organizados, tratados, preservados e disponíveis para consultas, para fins de elaboração de novas propostas, para a gestão e preservação da infraestrutura de pesquisa e demais usos.

PARTE II

CAPÍTULO 1

Ressignificando as práticas arquivísticas do PCC&T da UFV

Reconhecer os documentos gerados a partir dos projetos institucionais para aquisição da infraestrutura de pesquisa da UFV como PCC&T, provocou uma grande inquietação quanto a necessidade de ressignificar as práticas arquivísticas existentes na instituição. Pois, a partir do arcabouço teórico adquirido sobre os temas patrimônio e arquivos percebemos a invisibilidade e o risco do desaparecimento da memória cultural, científica e tecnológica da UFV registradas nos documentos, tendo em vista a ausência de uma política institucional de arquivamento, preservação e difusão da mesma.

Compreendendo essa realidade, realizamos um diagnóstico para que pudéssemos conhecer as práticas arquivísticas existentes na instituição, a partir das informações coletadas e analisadas elaboramos uma proposta de adequação do Sistema de Registro de Pesquisa da PPG para arquivamento e difusão dos documentos gerados a partir dos projetos institucionais para aquisição da infraestrutura de pesquisa da UFV. Estas ações estão descritas a seguir.

1.1 Diagnóstico da preservação e difusão dos documentos dos projetos institucionais para aquisição de infraestrutura de pesquisa da Universidade Federal de Viçosa.

Em um primeiro momento foi feito um levantamento teórico relativo aos temas Patrimônio cultural, científico e tecnológico e Arquivos a partir de artigos, livros e demais documentos para obtenção do conhecimento da teoria e suas práticas, como apresentado na primeira parte deste trabalho. A partir destes conhecimentos foi possível compreender que tais áreas são recentes se comparadas as demais áreas de conhecimentos, portanto, ainda não são tão disseminadas e por este motivo pouco conhecidas.

Essa realidade é discutida no arcabouço teórico que descreve que na prática cotidiana das Instituições de Ensino, nacionais e internacionais, onde se encontram grande parte dos vestígios da memória da ciência e da tecnologia, não há uma cultura institucional de armazenamento, preservação e difusão do PCC&T envolvendo a todos. Os autores e pesquisadores alertam que este patrimônio poderá desaparecer, colocando em risco a formação da identidade cultural científica e tecnológica nacional e do mundo como um todo.

Também, foi possível constatar que até o momento não há recomendações da UNESCO quanto as diretrizes e procedimentos voltados especificamente para a preservação do PCC&T, mas apenas uma discussão sobre o patrimônio cultural.

Fóruns, seminários e outros eventos têm sido realizados no intuito de promover amplamente estas discussões, buscando envolver profissionais de áreas afins tais como História, Antropologia, Arquivologia, Ciência da Informação e tantas outras que possam contribuir na elaboração de políticas para preservação e visibilidade deste patrimônio. Um exemplo destas ações foi a construção da Carta do Rio de Janeiro que propõe políticas de preservação para o PCC&T, lançada em 21 de julho de 2017 no Museu de Astronomia e Ciência Afins (MAST).

Nos artigos, textos e demais documentos pesquisados que reportam as práticas de arquivamento existentes nas instituições de ensino, foi possível perceber que estas não ocorrem de forma adequada e que por este motivo a gestão da informação do patrimônio torna-se comprometida. Muitos registros da história científica e tecnológica são descartados por falta de conhecimento, tratamento inadequado e por falta de pessoal capacitado. Relatam que existem ações isoladas e restritas em alguns setores nas IES que preservam algumas memórias institucionais, o que poderá significar que outras sejam esquecidas. Alertam para a necessidade de disseminar o conhecimento a todos os envolvidos nas instituições, reforçando também, a necessidade da busca de soluções inovadoras.

No intuito de discutir e ampliar os conhecimentos da área de arquivologia, muitos fóruns, congressos e outros eventos têm discutido a preservação da memória institucional a partir dos registros, compreendidos como testemunhos históricos, ressaltando a importância quanto ao correto tratamento que deve ser dado aos documentos, independente do seu suporte, se físico ou eletrônico, a fim de garantir a construção das narrativas.

Outro instrumento utilizado nesta pesquisa foi a aplicação de questionário definida por Antônio Gil como “a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre[...] comportamento presente ou passado etc.”³⁰¹

O questionário auto-aplicado foi estruturado a partir da ferramenta formulários do Google e encaminhado via e-mail para os pesquisadores, pois, no período da aplicação, agosto de 2021, devido ao contexto da pandemia Covid-19 o Comitê Pós-Pandemia da UFV, instituído pela Portaria da instituição nº 0337/2020, de 28/07/2019, em que foi estabelecido

³⁰¹GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008, p.121.

que só seriam deliberados e encaminhados para a aprovação da administração superior as atividades de pesquisa que não colocassem em risco a saúde das pessoas.

Considerando que naquele período as aulas da instituição estavam sendo oferecidas de forma remota, diferente do cotidiano ao qual os docentes da UFV estavam acostumados, houve um aumento das horas dedicadas por eles para elaboração das aulas. Com o objetivo de se obter maior adesão, construímos o questionário contendo 10 questões (anexo II), pois, conforme Gil “é sabido que questionários muito extensos apresentam alta probabilidade de não serem respondidos,”³⁰² e esse era um risco naquele momento. Atentos a isso, estabelecemos que seriam questões fechadas, contendo apenas as opções de respostas: sim ou não, no intuito de agilizar o preenchimento e assegurar a uniformidade dos retornos.

Cientes que alguns pesquisadores utilizavam outros servidores de e-mail, além do institucional (@ufv.br), solicitamos aos mesmos que nos informassem outros endereços eletrônicos a fim de assegurar que caso o pesquisador encerrasse o seu vínculo com a instituição fosse possível estabelecer contato.

As outras nove questões foram construídas para verificar se havia disponibilidade de informações seguras, precisas e ágeis da infraestrutura de pesquisa da UFV, adquiridas com recursos dos órgãos de fomento, nesse trabalho especificamente recursos da Finep, para tomadas de decisão dos gestores. Pois, a nossa percepção era que as informações que subsidiavam os projetos institucionais para aquisição de infraestrutura de pesquisa da UFV estavam esparsas na instituição em seus três *campi*, interferindo na qualidade do gerenciamento dos projetos quanto à elaboração de novas propostas submetidas, na gestão dos projetos vigentes e no cumprimento de prazos para atender as demandas e aos editais dos órgãos de fomento.

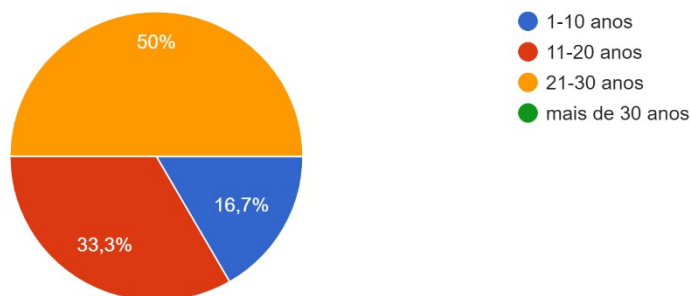
Assim, foram selecionados 40 pesquisadores que estiveram envolvidos efetivamente na elaboração das propostas no período de 2007 a 2020, no qual foram submetidos uma média de 10 projetos contendo de 1 a 3 subprojetos cada. Foram obtidas 24 respostas, totalizando 60% de retorno. Esclarecemos que, por se tratar de propostas multidisciplinares, como exigido nos editais da Finep, esses pesquisadores envolveram-se em mais de um subprojeto. Os resultados serão descritos a seguir.

No intuito de verificar se os pesquisadores possuem tempo de trabalho na instituição que os permita conhecer a cultura institucional referente ao armazenamento da massa

³⁰² Ibidem, p. 122.

documental gerada a partir dos projetos, foi possível detectar que 50% possuem entre 21 e 30 anos, 33,3% entre 11 e 20 anos, e 16,7% de 1 a 10 anos.

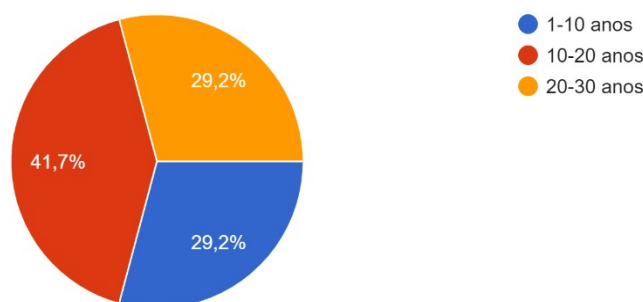
Figura 7 Gráfico referente a pergunta 2 - Há quanto tempo você trabalha na UFV?



Fonte: Dados coletados do questionário aplicado.

Quanto ao tempo de participação na elaboração dos subprojetos foi possível verificar que 41,7% possuem entre 20 e 30 anos, 29,2% entre 10 e 20 anos, e 29,2% de 1 a 10 anos. Ou seja, a maioria possui um tempo considerável que os possibilita ter conhecimento sobre as documentações que serão utilizadas para a construção do projeto e as que serão geradas a partir destes.

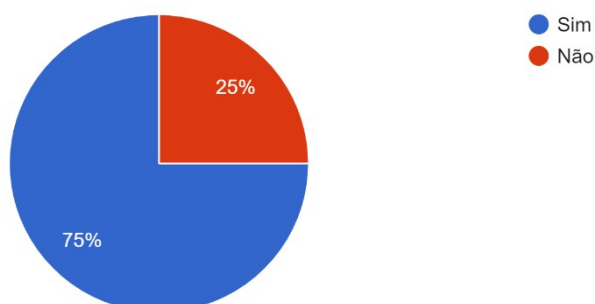
Figura 8 - Gráfico referente a pergunta 3 - Há quanto tempo participa de projetos institucionais de pesquisa na UFV?



Fonte: Dados coletados do questionário aplicado

Questionados se possuem o arquivo dos documentos do projeto que participaram da equipe científica e/ou executora, 75% afirmaram que sim. Apenas 25% informaram que não os possui. Esta situação levanta algumas preocupações, como estes arquivos têm sido organizados? Estes estariam disponíveis para outros pesquisadores? Caso o pesquisador encerre o seu vínculo com a instituição, estes arquivos seriam repassados a alguém? Ou seriam silenciados ou esquecidos?

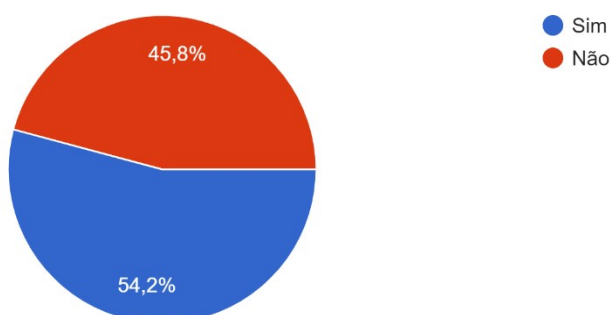
Figura 9 - Gráfico referente a pergunta 4 - Você possui o arquivo dos documentos do projeto que você participou da equipe científica e/ou executora?



Fonte: Dados coletados do questionário aplicado.

Estas reflexões, descritas, são pertinentes uma vez que ao questioná-los se houve algum momento em que necessitaram acessar as informações dos projetos, dos quais participaram e não conseguiram, 54,2% disseram que passaram por esta situação. E, 45,8% disseram não ter tido dificuldades. A partir destes resultados é possível inferir que os documentos ainda que mantidos pelos pesquisadores, eles não estão devidamente armazenados, encontram-se dispersos nos gabinetes. Isto poderá significar a perda da memória científica e tecnológica, uma vez que esta não têm recebido o devido tratamento.

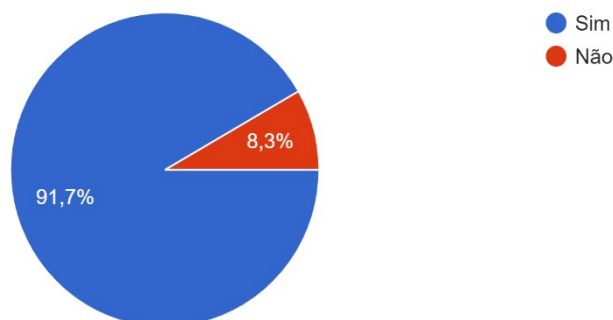
Figura 10 - Gráfico referente a pergunta 5 - Alguma vez você precisou acessar informações dos projetos dos quais participou e não conseguiu?



Fonte: Dados coletados do questionário aplicado.

Os pesquisadores têm ciência que os documentos dos projetos, antigos e novos, estão em constante sinergia, 91,7% afirmaram que os projetos anteriores contribuem com a elaboração dos novos, quando foram questionados.

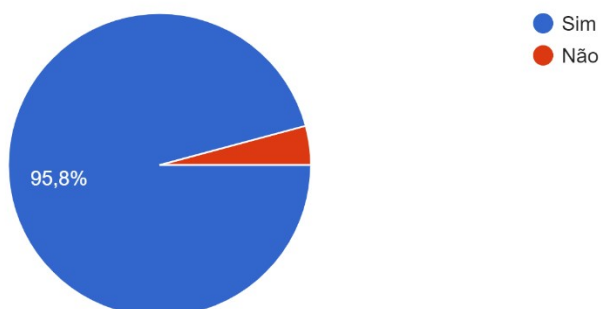
Figura 11 - Gráfico referente a pergunta 6 - Os documentos dos projetos institucionais anteriores contribuem com a elaboração de novos projetos?



Fonte: Dados coletados do questionário aplicado.

O arquivamento pela UFV dos editais, relatórios e outros documentos relativos aos projetos de pesquisa foi considerado importante por 95,8% dos pesquisadores. Cabe destacar que por se tratar de uma instituição de ensino e pesquisa, existe uma tendência a preservar os resultados gerados a partir da pesquisa, sendo mantido muitas vezes apenas os relatórios técnico científicos finais, nos quais muitas vezes estão reportados apenas os resultados satisfatórios.

Figura 12 - Gráfico referente a pergunta 7 - Você considera importante o arquivamento pela UFV dos editais, relatórios e outros documentos relativos aos projetos de pesquisa?



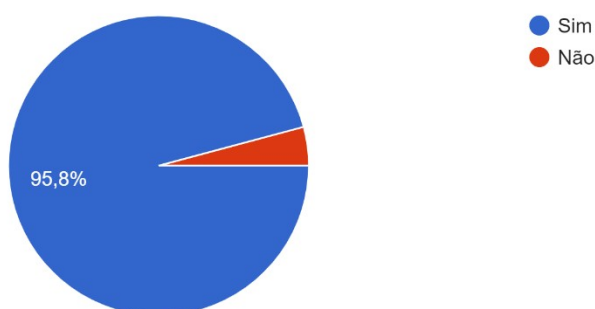
Fonte: Dados coletados do questionário aplicado.

Os registros documentais de todo o trabalho desenvolvido desde o edital até o relatório final são de extrema relevância para subsidiar a elaboração de novos projetos, a reflexão quantos aos erros e acertos, e as tomadas de decisão. A eficiência da gestão dos

projetos institucionais sofre interferência direta das informações disponíveis para sua execução.

Questionados sobre se um sistema de arquivo da UFV seria um diferencial para a elaboração dos projetos, considerando que os cronogramas dos editais dos órgãos de fomento possuem um prazo muito curto, 95,8% afirmaram que sim.

Figura 13 - Gráfico referente a pergunta 8 - Considerando os prazos dos editais dos órgãos de fomento, um sistema de arquivo da UFV seria um diferencial para a elaboração de projetos?



Fonte: Dados coletados do questionário aplicado.

Como descrito anteriormente, muitos documentos estão restritos aos pesquisadores de projetos anteriores e a maioria estão esparsos nos gabinetes nos três *campi* da UFV, o que torna moroso a obtenção das informações necessárias e às vezes até mesmo inacessível, comprometendo o êxito na aprovação dos novos projetos.

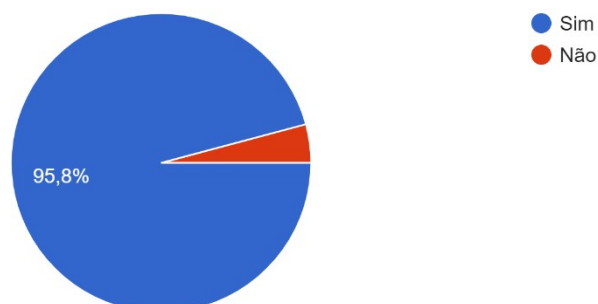
Além disso, há o comprometimento também da gestão dos projetos e da infraestrutura de ciência e tecnologia dado a indisponibilidade das informações. As ações para a preservação e manutenção dos equipamentos e edificações poderão ser prejudicadas, e consequentemente muitos destes bens poderão sofrer danos e até mesmo canibalismo,³⁰³ neste caso específico os equipamentos, colocando em risco a memória cultural e científica.

No intuito de perceber se os pesquisadores sentem a necessidade da instituição estabelecer uma política de preservação, o que poderia trazer maior respaldo e formalizar as práticas de arquivamento dos documentos na UFV, 95,8% afirmaram que sim. Este resultado confirma as discussões referentes a importância da institucionalização de uma cultura de preservação da memória científica e tecnológica nas instituições de ensino, e nesta pesquisa na UFV. Esta ação permitiria o estabelecimento de um procedimento adequado às práticas da

³⁰³ retirada de conjuntos ou peças em bom estado de um equipamento indisponível para emprego na reparação de outro equipamento

preservação do PCC&T e da arquivologia, garantindo uma padronização que promova a correta salvaguarda da memória cultural, científica e tecnológica.

Figura 14 - Gráfico referente a pergunta 9 - Há risco de perda das informações dos projetos institucionais caso não exista uma política de preservação da UFV?

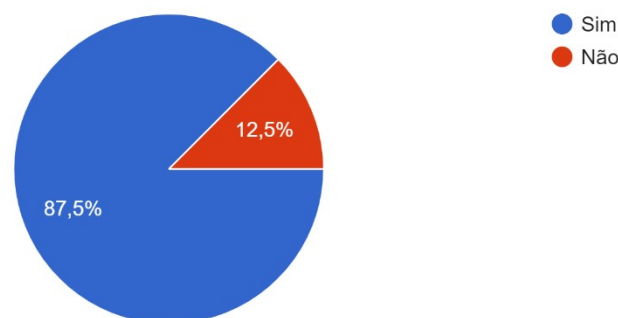


Fonte: Dados coletados do questionário aplicado.

A PPG possui um Sistema de Pesquisa e Pós-Graduação (SisPPG), para registrar os projetos de pesquisa desenvolvidos na Instituição, o que o torna uma ferramenta estratégica para armazenar, preservar e difundir a memória cultural, científica e tecnológica.

Dos pesquisadores entrevistados, 87,5% afirmaram que este Sistema, observando o nível de sigilo requerido, poderia arquivar os editais, projetos originais, relatórios e outros documentos como forma de preservação dos dados para uso futuro.

Figura 15 - Gráfico referente a pergunta 10 - Na sua opinião o Sistema de Registro de Projeto de Pesquisa, observando o nível de sigilo requerido, poderia fazer arquivamento de edital, projeto original, relatórios e outros documentos como forma de preservação dos dados para uso futuro?



Fonte: Dados coletados do questionário aplicado.

No levantamento das informações a partir do arquivo da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, foi identificada a seguinte situação, o arquivo estava instalado até o ano de

2020, no subsolo do Prédio Arthur da Silva Bernardes, em um cômodo fechado, no qual não havia ventilação e era úmido.

As caixas com os documentos estavam ali depositadas, sem que houvesse um condicionamento adequado, devido até mesmo a falta de conhecimento das práticas de arquivamento. Alguns documentos estavam danificados, corroídos por traças, cupins e até mesmo deteriorados pelas próprias condições do armazenamento no cômodo.

Os documentos relacionados a esta pesquisa, considerando as balizas temporais de 2007-2020, estavam armazenados em pastas suspensas e processos em um armário utilizado no dia a dia, no setor de gestão dos projetos institucionais da PPG. E, outros estavam armazenados em suporte eletrônico no computador de trabalho. Em momento algum foram direcionados para o arquivo citado.

Figura 16 -Pasta suspensa arquivo PPG



Fonte: Foto da autora.

Figura 17 - Armário PPG



Fonte: Foto da autora.

Figura 18 - Armário PPG



Fonte: Foto da autora.

É importante esclarecer que as informações dos projetos eram inseridas em um formulário eletrônico dos órgãos de fomento para submissão da proposta, instalado em um equipamento da PPG, pelos pesquisadores envolvidos com a elaboração dos projetos, por este motivo, muitas informações ficaram restritas ao pesquisador que as detinha.

Após o preenchimento da proposta, esta era enviada eletronicamente no sistema. Em seguida, era impressa e assinada pela UFV e pela fundação de apoio, Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), e enviadas juntamente com os demais documentos exigidos nos editais pelo correio. Cabe ressaltar que esses documentos ajuntados eram repassados a PPG pelos pesquisadores e infelizmente não foram armazenadas cópias destes.

Ao analisar o SisPPG verificou-se que, até o momento, foram registrados apenas os projetos que têm por objetivo o desenvolvimento de uma pesquisa. Não há registro dos projetos submetidos aos órgãos de fomento para aquisição de infraestrutura para desenvolvimento de pesquisa.

Outro sistema da instituição analisado foi o antigo Sistema de Controle de Processos da UFV (SisProcesso) de tramitação dos processos físicos, que foi desativado em 2020, substituído pelo Sistema Eletrônico de Informação (SEI). No SisProcesso havia informações sobre as tramitações dos processos físicos dos projetos institucionais, nos quais constam os seguintes documentos: a proposta assinada dos convênios, projetos arquitetônicos das obras de infraestrutura de pesquisa, compras dos equipamentos e ofícios e folhas de despacho da própria instituição de encaminhamento dos processos para os procedimentos cabíveis. Estes processos físicos encontravam-se arquivados em setores distintos da UFV.

No Arquivo Central e Histórico da UFV não foi possível encontrar documentos dos projetos institucionais de infraestrutura, dentro da baliza temporal proposta neste trabalho. Há alguns documentos de períodos anteriores tais como ofícios, contratos e outros. Esse levantamento foi importante a fim de verificar se em algum momento anterior existiu uma preocupação com o arquivamento, pois, sabemos que alguns esforços isolados já ocorreram na instituição tal como o da servidora Lujan Chagas no Museu Histórico.

Houve também uma consulta a FUNARBE, fundação de apoio, no setor de Negócios e Parcerias, que atua junto a UFV na proposição dos projetos junto aos órgãos de fomento. O analista de projetos informou que não eram armazenados documentos, o procedimento ali realizado restringia-se apenas a tramitação dos documentos para submissão dos projetos e para assinatura contratual, quando aprovados.

No setor de Gestão de Recursos – Unidade de Projetos, a gestora responsável pelos projetos institucionais informou que eram arquivados apenas o instrumento jurídico assinado, as cartas endereçadas à Fundação e as notas fiscais pagas. Ressaltou que o arquivamento é obrigatório por apenas 10 anos, de acordo com os órgãos de fomento. E, que os projetos e as documentações geradas a partir do ano de 2020, após a pandemia da Covid-19, o arquivamento passou a ser apenas eletrônico, uma vez que não estavam sendo encaminhados documentos físicos.

A partir das informações obtidas foi possível atestar que os registros da memória cultural, científica e tecnológica da UFV encontram-se em vulnerabilidade e invisibilidade, uma vez que se encontram esparsos na instituição, em seus três *campi*. Este entendimento reforça a importância deste trabalho para contribuir com a construção de uma proposta institucional para a preservação do PCC&T da instituição.

1.2 Preservação e difusão da memória cultural, científica e tecnológica – infraestrutura de pesquisa

O conhecimento científico e tecnológico gerado ao longo da história da humanidade, para solucionar os mais diversos desafios encontrados, sempre foi um diferencial para que houvesse desenvolvimento cultural, social, político e econômico. Portanto, deve ser produzido para promover o bem-estar da humanidade, sendo acessível a todos.

Audrey Azoulay, Diretora-geral da UNESCO, considera que “devido à ciência atualmente ser o legado de uma inteligência humana que tem pesquisado, explorado e inventado por séculos e milênios, ela pertence à humanidade inteira.”³⁰⁴ O que reforça a necessidade de se preservar e difundir a memória cultural, científica e tecnológica para que ela possa efetivamente transmitir o seu legado às futuras gerações.

Diante destas considerações, no intuito de preservar e difundir esta memória da UFV este trabalho propõe a construção de um repositório a partir do Sistema de Registro de Projetos de Pesquisa da PPG (SisPPG). Discutindo uma proposta que vá além do registro de um projeto, mas, que contemple a gestão das informações da pesquisa e de sua infraestrutura, o armazenamento, a preservação e a difusão da memória cultural, científica e tecnológica institucional. Contribuindo com a construção da história cultural científica e tecnológica da instituição.

³⁰⁴ Disponível em <https://agora.fiocruz.br/2018/11/09/em-dia-mundial-chefe-da-UNESCO-lembra-importancia-do-acesso-universal-a-ciencia/>. acesso em 06/11/2021.

O SisPPG está sendo atualizado pela Diretoria de Tecnologia da Informação da UFV (DTI) para melhor atender às demandas dos registros de pesquisa, o que permite propor a adequação para inserção dos documentos gerados a partir dos projetos de pesquisa, incluindo os institucionais para aquisição de infraestrutura.

Por se tratar de um sistema virtual seria o mais adequado, dado os avanços da tecnologia da informação no mundo contemporâneo, ao permitir o acesso das informações a partir de qualquer localização. O que contribuiria para facilitar o acesso às informações, para aqueles que se encontram em outras cidades, regiões ou até mesmo outro país.

E, devido ao fato de possibilitar o acesso em tempo integral, não haveria limitação de horário para acessar as informações, ao contrário do que muitas vezes ocorre no uso dos acervos em espaços físicos que estabelecem horário para atendimento ao público.

Devido a limitação de espaços físicos adequados para o armazenamento, preservação e difusão dos documentos, o suporte virtual apresenta uma vantagem neste sentido. Obviamente, há o risco de uma pane no sistema como o ocorrido com os sistemas do CNPq no ano de 2021. Porém, há o mecanismo estratégico de manutenção e backup dos sistemas, que atualmente têm avançado tecnologicamente, garantindo maior segurança na preservação e difusão das informações.

Outra vantagem que este suporte demonstrou foi a possibilidade do acesso às informações mesmo em tempos de pandemia, como ocorrido no período de 2020 a 2022 devido a Covid-19, mostrando-se uma ferramenta estratégica ao permitir a continuidade da pesquisa sem que houvesse contato físico entre as pessoas, evitando assim a disseminação da doença.

Ainda, devido ao fato de o SisPPG ser uma ferramenta já em uso dos pesquisadores da UFV não haveria a necessidade de se criar outro sistema, evitando assim duplicidade de sistema para um mesmo objetivo. Cabe ressaltar que será extremamente importante construir a cultura de registrar e atualizar os dados ali depositados por todos os envolvidos com as pesquisas, técnicos e docentes, a fim de que a ferramenta exerça adequadamente sua finalidade.

O sistema poderá disponibilizar um campo para registrar os projetos institucionais para aquisição de infraestrutura de pesquisa, no qual seriam inseridos os documentos gerados a partir das Chamadas de submissão aos órgãos de fomento, tais como o edital (anexo III), as rerratificações dos editais, a proposta submetida pela UFV e os demais documentos, os resultados preliminares (anexo IV), o resultado final (anexo V), as correspondências enviadas

pelos órgãos de fomento sobre o resultado preliminar das propostas da instituição, os contratos dos convênios e seus anexos, os relatórios parciais e finais científicos e de prestação de contas, as notas fiscais de aquisição dos equipamentos e dos serviços de construção das edificações, o registro de recebimento e instalação dos equipamentos.

O edital, suas rerratificações e os anexos permitem acessar as informações do contexto político, social e econômico, uma vez que as Chamadas visam suprir as demandas existentes daquele período. Estas informações possibilitam futuramente construir as narrativas históricas da ciência e da tecnologia em que os equipamentos e edificações foram adquiridos. Compreender o contexto anterior poderá contribuir com o desenvolvimento de novos projetos que porventura tenham uma demanda similar.

A preservação da proposta submetida pela UFV e os demais documentos, possibilitarão acessar informações quanto às demandas da instituição por infraestrutura, seja de equipamento ou de edificação, as pesquisas em andamento nas áreas consideradas prioritárias dentro do contexto do período da Chamada e a competência técnica da equipe de pesquisadores para o desenvolvimento destes projetos específicos. Servirá, também, de fonte de informações para futuros projetos, otimizando o tempo de coleta de dados, significando um ganho de tempo para o cumprimento dos demais procedimentos necessários para a elaboração das propostas institucionais, considerando a limitação dos prazos impostos nos cronogramas das Chamadas.

Para que as propostas da UFV se tornem cada vez mais competitivas no âmbito nacional e internacional nas chamadas dos órgãos de fomento, é de suma importância o acompanhamento do desempenho. Este acompanhamento pode ser feito a partir das informações dos resultados preliminares, do resultado final e das correspondências enviadas pelos órgãos de fomento que apresentam o parecer do comitê avaliador do mérito da proposta a partir dos critérios estabelecidos no edital. O acesso ágil dessas informações possibilitará identificar os pontos fracos que precisam ser analisados, para que decisões mais acertadas sejam tomadas na solução dos fatores limitantes.

Os pontos fortes apontados, uma vez disponibilizados no sistema, caso sejam autorizados pelos pesquisadores, serão importantes para demonstrar as ações que deram bons resultados e que necessitam também de atenção, a fim de garantir que estas continuem sendo o diferencial do desenvolvimento cultural científico e tecnológico da UFV. Cabe destacar que o acesso seria restrito nesse campo para os gestores da UFV, reforçamos novamente que esse acesso demandaria a autorização dos pesquisadores, pois, como estabelecido na instituição na

resolução do CONSU, Nº 18/2013, de 27 de novembro de 2013, dentre as informações que “não poderão ser disponibilizadas por serem classificadas como sigilosas”³⁰⁵ estão descritos:

dados pessoais de qualquer natureza, a não ser os disponibilizados no site do Ministério do Planejamento [...]
Informações de convênios e pesquisas quando houver resultados de pesquisas inovadoras, passíveis de proteção (patente).³⁰⁶

Essa resolução foi criada atendendo ao disposto no Capítulo IV, Seção II, da Lei 12.527, que dispõe sobre as Restrições de Acesso à Informação, sendo importante ressaltar também o item dessa lei: “VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional.”³⁰⁷

As informações relativas aos pontos fortes e fracos permitem acompanhar a evolução do desempenho da instituição junto aos órgãos de fomento, a partir das comparações dos resultados obtidos nas chamadas, tornando possível traçar estratégias para o desenvolvimento dos novos projetos.

Os contratos dos convênios são testemunhos precisos quanto as instituições envolvidas, os representantes legais do período, os marcos temporais em que o projeto foi executado e os valores aportados, se foram apenas pelos órgãos de fomento ou se a instituição contribuiu com contrapartida.

Os registros quanto aos subprojetos que foram contemplados, as edificações e os equipamentos adquiridos encontram-se descritos no plano de trabalho, anexo ao contrato. Outro registro importante constante nesse documento refere-se às pessoas, ou seja, aos pesquisadores, docentes, discentes e técnicos administrativos, que se debruçaram e se comprometeram com a consolidação da infraestrutura de pesquisa da UFV. Esses dados serão importantes para rememorar a construção do PCC&T da instituição, permitindo conhecer os atores envolvidos e a infraestrutura adquirida. Ainda, lançará luz a um fato que muitas vezes passa despercebido quando falamos da história científica, além dos docentes pesquisadores há também os técnicos envolvidos na elaboração dos projetos, os quais nem sempre têm seus nomes registrados nas equipes.

³⁰⁵ Disponível em https://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/13_183.pdf, acesso em 06/06/2022.

³⁰⁶ Ibidem.

³⁰⁷ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm, acesso em 06/06/2022.

Nos relatórios científicos e financeiros parciais e finais estão descritas as informações que permitem conhecer os desafios enfrentados para a execução do projeto tais como os atrasos nos repasses dos recursos financeiros pelos órgãos de fomento, que comprometem o cumprimento do prazo e a aquisição dos equipamentos e das edificações.

Há relatos, também, dos aportes de recursos financeiros voluntários que a instituição realizou para garantir as aquisições, pois, os orçamentos apresentados na submissão dos projetos tornam-se defasados devido aos atrasos mencionados. Ocorrendo, até mesmo em algumas situações, a necessidade de justificar a retirada de um item em detrimento de outro considerado prioritário.

Mas, há que se ressaltar também a presença dos relatos referentes aos avanços alcançados no desenvolvimento das pesquisas a partir das infraestruturas adquiridas. E, a ampliação da capacidade de realização de novos experimentos e análises, propiciando o desenvolvimento de novos produtos e serviços, impactando no aumento das publicações científicas. E, principalmente atendendo às demandas da sociedade.

Os documentos fiscais de aquisição dos equipamentos e dos serviços de construção das edificações, possibilitam compreender o contexto histórico econômico-financeiro do período. Até mesmo, saber quais itens eram produzidos no país e quais eram adquiridos no mercado internacional.

Os registros contidos nos documentos de recebimento das edificações e dos equipamentos, e da instalação deste último item, possibilitam informar a data em que o projeto foi executado, finalizado. Permitindo ainda, estabelecer as datas de início do funcionamento e obviamente um monitoramento para que as intervenções de manutenção necessárias, sejam tomadas de forma proativa.

A disponibilização das informações sobre a infraestrutura de pesquisa da UFV assegura a eficiência e a eficácia do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), pois, sabe-se que dentre suas várias ações está prevista a gestão da infraestrutura para o pleno funcionamento das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O acesso ágil a partir de um acervo das informações dos projetos institucionais de infraestrutura da UFV propiciará uma gestão eficiente, atendimento ágil aos órgãos de fomento e aos órgãos superiores da instituição e na elaboração de novas propostas. Permitirá acessar informações relevantes para comprovar a competência técnica na área temática, relatando os projetos executados anteriormente. E, a evolução histórica do conhecimento cultural, científico e tecnológico da instituição.

Permitirá, também, ao público interno e externo conhecer a infraestrutura de pesquisa da UFV e verificar quais estão disponíveis para uso compartilhado. Esta ação torna-se importante neste momento em que as agências de fomento têm envidado esforços para estimular o compartilhamento, considerando como um dos critérios de avaliação dos projetos a utilização multiusuária, constando nos editais o seguinte texto: “áreas/programas beneficiados e número de instituições e pessoas usuárias. Critérios bem definidos de agendamento e utilização dos equipamentos multiusuários e sua divulgação pública.”³⁰⁸

Diante do exposto, é possível perceber que os documentos gerados a partir dos projetos institucionais para aquisição de infraestrutura constituem o patrimônio cultural, científico e tecnológico da instituição, pois, eles são testemunhos da memória cultural, científica e tecnológica da UFV. Eles possuem registros que podem contribuir com a construção da história da instituição, da identidade institucional, do conhecimento científico do presente e do futuro. Nesse sentido, torna-se necessário rever as práticas arquivísticas a fim de assegurar a preservação e difusão dos mesmos para o presente e o futuro.

Como descrito, anteriormente, muitos bens, dentre eles os documentos, vinculados ao PCC&T foram perdidos, e ainda se perdem, pois, as instituições que os detêm, muitas vezes não possuem registros deles. Reforçando a necessidade de estabelecer uma cultura proativa de gestão dos bens do PCC&T nas instituições no intuito de garantir a transmissão desse legado. Este é sem dúvida um grande desafio.

³⁰⁸Disponível em http://www.finep.gov.br/images/chamadas-publicas/2021/08_02_2021_Edital_SOS_Equipamentos_2021_AV01.pdf, p. 10. Acesso em 20/11/2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade Federal de Viçosa vivenciou ao longo de sua trajetória três marcos temporais: Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) 1922 a 1948; Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) 1948 a 1969 e Universidade Federal de Viçosa (UFV) a partir de 1969. A instituição em seus três marcos sempre foi reconhecida pelo desenvolvimento da pesquisa. A construção de uma narrativa histórica cultural, científica e tecnológica está atrelada ao registro e guarda de informações, mas por vezes, a inexistência destas informações e documentos compromete esta narrativa, bem como a história científica da instituição.

Muitas vezes a história da instituição foi contada a partir das memórias construídas daqueles que foram considerados grandes vultos, como: Arthur da Silva Bernardes, Peter Henry Rolfs, ou seja, a partir de um olhar influenciado pelo eurocentrismo, o qual muitas vezes silenciou as narrativas dos outros grupos formadores da instituição. O novo olhar da historiografia sobre as possibilidades de narrativas existentes, dado a pluralidade de grupos em uma instituição, nação e até mesmo mundo, propiciou que outras memórias emergissem contribuindo com novas construções, ressignificando o entendimento que uma história poderia ser contada a partir de várias memórias.

Obviamente que uma memória não sobrepõe a outra, mas, complementa e lança luzes naquelas que até então eram despercebidas. Pensando nisso, reforçamos o quanto é importante essa discussão sobre a preservação e difusão das várias memórias que permitem construir a historiografia da UFV. A inquietação para melhor gerir as informações sobre a formação da infraestrutura de pesquisa da UFV, conhecer os contextos, os envolvidos em sua aquisição, as demandas, nos levaram a desenvolver esse trabalho.

A princípio, o olhar em relação aos documentos se dava numa perspectiva puramente administrativa. E ainda assim, não era construída a partir de uma gestão de documentos adequada. Somado a isso, infelizmente, um olhar muito dissociado de uma perspectiva de memória institucional, de patrimônio cultural, científico e tecnológico. Ao finalizar os projetos para aquisição dessas infraestruturas, cumprindo os ritos de um convênio, não se percebia que outros que ainda seriam elaborados, demandariam uma memória cultural, científica e tecnológica.

Essa realidade devia-se à falta de percepção que esses registros e documentos transmitem um legado às novas gerações dos pesquisadores e para o desenvolvimento de novos projetos, que podem ser compreendidos como um patrimônio cultural a ser preservado e difundido. Embora esse reconhecimento possa ser restrito a um grupo, isso não distorce a importância desse reconhecimento para as instituições de ensino e seus pesquisadores,

A discussão teórica desse trabalho foi fundamentada no conceito de patrimônio e suas ampliações. A extensão desses conceitos nos permitiu explorar que os bens gerados no contexto das pesquisas devem ser percebidos como um legado a ser preservado e difundido. Afinal, os pesquisadores de uma instituição de ensino, sejam discentes, técnicos e docentes, são “portadores de identidade, memória” e “ações muito específicas que os caracterizam enquanto grupo social.”³⁰⁹ O que nos permite discutir o patrimônio para além da pedra e cal.

Em 2016, no IV Seminário Internacional, Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia, realizado no MAST, com a presença de especialistas de várias instituições discutiu-se a ampliação da concepção sobre PCC&T com respaldo nas Cartas Patrimoniais. Nessas cartas detectaram citações sobre o reconhecimento desse patrimônio, porém, não havia uma que tratasse especificamente, o que motivou aos participantes proporem a construção de uma Carta com este propósito. Em 2017 foi lançada a Carta do Rio de Janeiro, na qual tentaram chamar a atenção para esse patrimônio, ressaltando a sua importância ao permitir o diálogo entre o passado e o presente, contribuindo para a construção do saber e fazer das novas gerações de pesquisadores.

No intuito de reforçarmos nossas convicções, apresentamos a informação constante no relatório do CNPq de 2003, o qual descreve que os dirigentes do CNPq tomaram a iniciativa de organizar a sua memória e se depararam com a seguinte realidade: o acervo histórico se encontrava disperso, malconservado, sem catalogação e a sua biblioteca, contendo vários relatórios técnicos, havia sido removida. A constatação desta realidade, motivou a criação do Centro de Memória do CNPq e provocou uma reflexão sobre como estariam os demais acervos de produção do conhecimento científico e tecnológico brasileiro. Esta reflexão, ou melhor, preocupação teve como fundamento o fato de que a memória desse Conselho possui vínculos com os das instituições de ensino e pesquisa e dos centros de pesquisa existentes no país.

Podemos assim compreender a relevância do acesso ágil às informações devidamente tratadas, preservadas e disponíveis para que possamos construir um antecedente que

³⁰⁹ NOVAES, Mariana Gonzalez Leandro. Op. cit. p. 38

comprove a nossa história científica, a nossa trajetória ao longo do tempo, o conhecimento gerado e transmitido. Porém, as informações nas instituições públicas no Brasil não foram, em um primeiro momento, tratadas dessa forma, os arquivos foram construídos inicialmente com uma forte influência eurocêntrica voltados para a preservação dos documentos eleitos merecedores de construir uma memória nacional que se pretendia disseminar como representante da nação. O que refletia também nas memórias das instituições de ensino que se pretendia construir.

É possível inferir que essa concepção impediu que outras memórias fossem preservadas, pois, os demais documentos foram considerados de menor valor, portanto, não houve uma preocupação, um cuidado com esses. Em regra, foram vistos apenas como registros administrativos, tratados de forma precária e em sua maioria eliminados quando considerados obsoletos.

O alargamento da concepção dos arquivos, principalmente a partir dos conhecimentos científicos da área de arquivologia e outras afins permitiram a ressignificação dessas práticas e a construção de diálogos que têm mudado a realidade nas instituições públicas. É importante ressaltar que as mudanças serão de fato implementadas se houver uma maior disseminação desses conhecimentos e o comprometimento de toda a comunidade das instituições públicas.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ARAÚJO, Bruno Melo; GRANATO, Marcus. **Entre o esquecer e o preservar: a musealização do patrimônio cultural da ciência e tecnologia.** Cadernos do patrimônio da ciência e tecnologia: instituições, trajetórias e valores. Rio de Janeiro: Mast, p. 231-254, 2017
- BARROS, Dirlene Santos; AMELIA, Dulce. **Arquivo e memória: uma relação indissociável.** TransInformação, Campinas, 21(1):55-61, jan/abr., 2009.
- BARROS, José D. Assunção. **História e memória—uma relação na confluência entre tempo e espaço.** Mouseion, v. 3, n. 5, p. 35-67, 2009.
- BASLAR, K., apud BORTOLOTTI, Chiara. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003. **Revista Memória em Rede**, v. 3, n. 4, 2011.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 2.ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX.** 2. ed.rev. e ampl. Viçosa: Ed. UFV, 2006.
- BORKO, Harold. **Ciência da Informação: o que é isto?** American Documentation, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.
- BORTOLOTTI, Chiara. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003. **Revista Memória em Rede**, Pelotas (RS), vol. 2, no. 4, p. 7-17, dez. 2010-mar. 2011.
- BRITTO, Augusto César Luiz et al. **O arquivo enquanto lugar de memória e sua relação com a identidade.** 2017. Disponível em <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/640/pdf>, acesso em 26/12/2021.
- BURNET, Lawrence apud JARDIM, José Maria. **O conceito e a prática de gestão de documentos.** Acervo, v. 2, n. 2, p. 35-42, 1987
- CALDERON, Wilmara Rodrigues et al. Apud XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da informação – ENANCIB 2017 – O papel do “Diagnóstico” como instrumento de metodologia arquivística – Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/143/632, acesso em 24/11/2020.
- CALDERON, Wilmara Rodrigues et al. **O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário.** Ciência da informação, v. 33, n. 3, p. 97-104, 2004.
- CAMARGO, Célia Reis, apud TELLES, Antonia Marlene Vilaca. **Centros de documentação: em busca da preservação.** Espaço Plural, v. 5, n. 11, p. 25-28, 2004

CAMARGO, Célia Reis; COSTA, Célia; apud CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. A história da arquivologia no Brasil (1838-2012). Fuentes, **Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional**, 2012, 44

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, no. 23, p. 94-115, 1994.

CARDINI, Franco, apud SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs: memória coletiva e experiência**. Psicologia USP, v. 4, n. 1-2, 1993

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Unesp, 2011.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, 2012.

COSTA, Célia; apud CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. A história da arquivologia no Brasil (1838-2012). Fuentes, **Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional**, 2012, 44.

COSTA, Thiara de Almeida; RONCAGLIO, Cynthia. **Acesso aos documentos de pesquisas científicas: um possível diálogo entre a Ciência da Informação e a Arquivologia**. 2018

CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. A história da arquivologia no Brasil (1838-2012). Fuentes, **Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional**, 2012, 44.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 80, 2012.

DE CAMARGO, Mônica Junqueira. **Cultura patrimonial e a Universidade de São Paulo**. **Revista CPC**, n. 23, p. 06-09, 2017.

DIAS, Carla da Costa; LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 199-221, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, v. 28, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres, apud CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 149, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GIOVANAZ, Marlise, apud VOGT, Olgário Paulo. **Patrimônio cultural: um conceito em construção**. **Métis: história & cultura**, v. 7, n. 13, p. 23, 2008.

GOUVEA, Tatiani Gomes. **Os primórdios da Pós-Graduação em Fitotecnia na UFV: memórias do programa pioneiro no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017

GRANATO, Marcus. LOURENÇO, Marta C. Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia na atualidade. **Revista Memória em rede**, v. 2, n. 4, p. 85-104, 2010.

GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta C. **O patrimônio cultural, científico e tecnológico do Brasil e de Portugal: uma introdução**. Coleções científicas luso-brasileiras: patrimônio a ser descoberto. Rio de Janeiro: MAST, 2010.

GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; DE ARAUJO, Bruno Melo. **Carta do patrimônio cultural de ciência e tecnologia: produção e desdobramentos**. Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia: instituições, trajetórias e valores., 2017.

GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; DE ARAÚJO, Bruno Melo. **Cartas Patrimoniais e a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia**. Informação & Informação, v. 23, n. 3, p. 202-229, 2018.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p.97, 2012.

GUIZOT; François apud GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p.97, 2012

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro, 2004. Texto extraído de LE

HOBSBAWM, Eric, apud CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, 2012.

INDOLFO, Ana Celeste. **Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia**. Arquivística. net, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, 2007.

JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. Ciência da Informação, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995.

JARDIM, José Maria. **O conceito e a prática de gestão de documentos**. Acervo, v. 2, n. 2, p. 35-42, 1987.

JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes Santiago. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da ‘problemática dos lugares’. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 52, 2015.

LEE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LINDEN, Leolíbia Luana; BRÄSCHER, Marisa. **Diagnóstico arquivístico: uma proposição metodológica a partir de instrumentos normativos de descrição arquivística**. Informação & Informação, v. 24, n. 3, p. 335-364, 2019.

LOPES, Luís Carlos apud XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da informação – ENANCIB 2017 – O papel do “Diagnóstico” como instrumento de metodologia arquivística –

Disponível em:
[tp://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/143/632](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/143/632), acesso em 24/11/2020.

LOWENTHAL, David. **Como Conhecemos o Passado**. Projeto História, São Paulo, no. 17, nov. 1998. pp. 63-201.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; NOUGARET, Christine. Arquivos e Arquivologia na França e no Brasil: marcos históricos e contextos singulares. **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 78, p. 17-38, 2018

MEDEIROS, Enderson. **A patrimonialização, e o arquivo enquanto patrimônio: um olhar antropológico**. BIBLOS, v. 25, n. 1, p. 35-45, 2011.

NASCIMENTO, Adalson. (Org.); MORENO, Andrea. (Org.). **Universidade, memória e patrimônio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

NORA, Pierre. apud BARROS, José D.'Assunção. **História e memória—uma relação na confluência entre tempo e espaço**. Mouseion, v. 3, n. 5, p. 35-67, 2009.

NOVAES, Mariana Gonzalez Leandro. **Patrimônio cultural, científico e tecnológico nas universidades brasileiras: políticas de preservação e gestão das coleções não vinculadas a museus**. Rio de Janeiro: UNIRIO/MAST, 2018. 296 f Tese de Doutorado em Museologia e Patrimônio.

PAOLI, Maria Célia apud TANNO, Janete Leiko. **Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania**. Acervo, v. 31, n. 3, p. 88-101, 2018.

POMPERMAYER, Izabel Morais. **Continuidades E Descontinuidades Da Memória: Um Estudo Sobre A Escola Superior De Agricultura E Veterinária De Viçosa (MG) Por Meio De Publicações De 1939 A 2016**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2018, 165f.,

RHODEN, Luiz Fernando, apud VOGT, Olgário Paulo. **Patrimônio cultural: um conceito em construção. Méis: história & cultura**, v. 7, n. 13, p.23. 2008.

RONCAGLIO, Cynthia. O papel dos arquivos das instituições federais de ensino superior e a experiência do Arquivo Central da Universidade de Brasília. **Revista Íbero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 9, n. 1, p. 178-194, 2016.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs: memória coletiva e experiência**. Psicologia USP, v. 4, n. 1-2, 1993.

SCHMUCLER, Héctor. apud THIESEN, Icléia. **Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaço de produção de conhecimento**. In: MAST Colloquia. 2009.

TANNO, Janete Leiko. **Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania**. Acervo, v. 31, n. 3, p. 88-101, 2018.

VALENTE, Maria Esther Álvarez; HANDFAS, Ethel Rosemberg. O patrimônio cultural, científico e tecnológico brasileiro e a importância de políticas públicas para sua preservação. **Revista Ciências Estratégicas, Medellín – Colombia**, v. 20, n.28, Julho-Dezembro 2012.

VOGT, Olgário Paulo. **Patrimônio cultural: um conceito em construção**. Métis: história & cultura, v. 7, n. 13, 2008.

XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da informação – ENANCIB 2017 – O papel do “Diagnóstico” como instrumento de metodologia arquivística – Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/143/632, acesso em 24/11/2020.

14ª Primavera dos Museus – Mundo Digital: Museus em Transformação 2020. Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zrFloks99QM>, acesso em 29/10/2020.

Relatório Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia - Disponível em <http://centrodememoria.cnpq.br/politicadememoria.pdf> acesso em 21/09/2021

UNESCO publica recomendações sobre Ciência Aberta - Disponível em <https://www.acessoaberto.usp.br/UNESCO-recomendacoes-ciencia-aberta/> acesso em 11/11/2021.

ANEXOS

Anexo I - Plano de Gerência de Requisitos DTI-UFV

Universidade Federal de Viçosa

DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação

DSI - Divisão de Sistemas da Informação

Solicitação de Serviço

Histórico de Revisões

Data	Versão do Documento	Descrição	Autor
11/11/2021	1	Criação do módulo ordem de serviço	Solange Silva Ramos

Conteúdo

1. Introdução	4
1.1 Propósito	4
1.2 Siglas, Abreviações e Definições	4
2. Solicitação	4
2.1 Informações Gerais do Solicitante	4
2.2 Sistema Associado à Solicitação (caso exista).....	4
2.3 Descrição da Solicitação.....	5
2.4 Restrição de Tempo de Atendimento	5
2.5 Justificativa	5
3. Planejamento	5
3.1 Descrição dos Requisitos	5
3.2 Alternativas Identificadas	5
3.3 Restrições.....	6
3.4 Impacto	6
3.5 Planejamento de Estimativas	6
3.6 Projeto.....	6

Solicitação de Serviço

1. Introdução

1.1 Propósito

O propósito deste documento é servir como suporte aos interessados em abrir uma solicitação de serviço à DSI - DTI. Essa solicitação pode tratar se de uma demanda de um novo software ou a alteração em um sistema já existente.

1.2 Siglas, Abreviações e Definições.

[Complete esse quadro com as Siglas e Abreviações que usar durante o preenchimento do documento. Caso julgue necessário, algumas Definições podem ser inseridas aqui também.]

Sigla, Abreviações e Definições	Descrição
CT Infra	Fundo de Infra-Estrutura - CT-INFRA
DSI	Divisão de Sistemas de Informação
DTI	Diretoria e Tecnologia da Informação
UFV	Universidade Federal de Viçosa
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
Funarbe	Fundação Arthur Bernardes
PCC&T	Patrimônio Cultural Científico e Tecnológico

2. Solicitação

[Esse item 2 deve ser preenchido pelo solicitante.]

2.1 Informações Gerais dos Solicitantes

Nome:	Solange Silva Ramos
Telefone de Contato:	(31) 3612-2309 ou (31) 99685-7062
Lotação	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Email:	gerencia.ppg@ufv.br

Nome:	Raul Narciso Carvalho Guedes
Telefone de Contato:	(31) 3612-2300
Lotação	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Email:	pr.ppg@ufv.br

2.2 Sistema Associado à Solicitação (caso exista)

ProjetosPG, SisPPG, Controle de Patrimônios da UF, SAEM, Edificações.

2.3 Descrição da Solicitação

1 – *Objetivos do sistema: Registrar os projetos institucionais para aquisição de infraestrutura de pesquisa, no qual seriam inseridos os documentos gerados a partir destes, tais como o edital, os anexos, as retificações dos editais, a proposta submetida pela UFV e os demais documentos, os resultados preliminares, o resultado final, as correspondências enviadas pelos órgão de fomento sobre o resultado preliminar das propostas da instituição, os contratos dos convênios e seus anexos, os relatórios parciais e finais científicos e de prestação de contas, as notas fiscais de aquisição dos equipamentos e dos serviços de construção das edificações, o registro de recebimento e instalação dos equipamentos.*

2 – Lista com o que se deseja do sistema:

2.1 – ter registro de todos os documentos gerados dos projetos para aquisição de infraestrutura de pesquisa, de forma a emitir relatórios diversos para gerenciamento, preservação e difusão do Patrimônio Cultural Científico e Tecnológico;

Registrar todos os projetos relativos à aquisição de infraestrutura de pesquisa;

Guardar os documentos relativos aos projetos citados;

Emitir relatórios para gerenciamento, preservação e difusão do patrimônio cultural científico e tecnológico

2.2 – criar as seguintes guias: edital; proposta institucional; resultado preliminar; resultado final; convênio/contrato; plano de trabalho; itens aprovados; relatórios parciais e relatórios finais.

2.2.1 – guia Edital

Deve conter a opção para o usuário informar se o projeto é referente a aquisição a partir de um edital ou não. (opção sim ou não)

Se for referente a Edital deverá constar nesta guia os seguintes campos:

2.2.1.1 – Edital - permitir anexar os documentos;

2.2.1.2 - Ano – digitar o ano;

2.2.1.3 - Edital Rerratificado- permitir anexar os documentos;

2.2.1.4 – Anexos - permitir anexar os documentos;

2.2.1.5 - Perguntas Frequentes - permitir anexar os documentos;

2.2.1.6 – Comunicados - permitir anexar os documentos;

2.2.1.7 - Manual do Formulário de Apresentação da Proposta - permitir anexar os documentos.

2.2.1.8 - Órgão de fomento/Instituição de aporte financeiro

2.2.2 – guia Proposta Institucional

Nessa guia deverá constar os seguintes campos:

2.2.2.1 – Projeto - permitir anexar os documentos;

2.2.2.2 - *Recibo* - Deve conter a opção para o usuário informar sim ou não. Se sim, deverá permitir anexar o documento.

2.2.2.3 - *Proformas* - Deve conter a opção para o usuário informar sim ou não. Se sim, deverá permitir anexar o documento.

2.2.2.4 - *Plantas* - Deve conter a opção para o usuário informar sim ou não. Se sim, deverá permitir anexar o documento.

2.2.2.5 - *Orçamentos* - permitir anexar os documentos;

2.2.2.6 - *Outros documentos* - permitir anexar os documentos s.

2.2.3 – guia Resultado Preliminar

Deve conter a opção para o usuário informar se o projeto possui resultado preliminar. (opção sim ou não)

Se houver resultado preliminar deverá constar nessa guia os seguintes campos para anexar os documentos

2.2.3.1 - *Resultado Preliminar* - permitir anexar os documentos;

Ofício – Parecer da Instituição de Apoio Financeiro - permitir anexar os documentos.

2.2.4 – guia Resultado Final

Nessa guia deverá constar o seguinte campo para anexar o documento:

2.2.4.1 - *Resultado Final* - permitir anexar os documentos.

2.2.5 – guia Convênio/Contrato

Nessa guia deverá constar os seguintes campos para anexar os documentos:

2.2.5.1 - *Convênio/Contrato* - permitir anexar os documentos;

2.2.5.2 – *Órgão de fomento/Instituição de aporte financeiro*

2.2.5.3 - *Número do convênio* - permitir digitar

2.2.5.4 - *Início da vigência* – permitir digitar

2.2.5.5 - *Prorrogação de prazos* – permitir digitar

2.2.5.6 - *Fim da vigência* – permitir digitar

2.2.5.7 – *Gestor responsável* - neste campo deverá constar os seguintes campos para preenchimento: Nome, cpf, lotação, email, telefone de contato.

2.2.6 – guia Plano de Trabalho

Nessa guia deverá constar os seguintes campos:

2.2.6.1 - *Plano de trabalho* - permitir anexar os documentos;

2.2.6.2 - *Pesquisador de Contato* – neste campo deverá constar os seguintes campos para preenchimento: Nome, CPF, departamento, área de conhecimento, grupo de pesquisa, email, telefone de contato.

2.2.6.3 - *Equipe executora* – neste campo deverá constar os seguintes campos para preenchimento: Nome, cpf, departamento, área de conhecimento, grupo de pesquisa, email.

2.2.7 – guia Itens Aprovados

Nessa guia deverá constar as sub-guias: equipamentos; reforma e edificação.

2.2.7.1 - Equipamentos – nesta sub-guia deverá constar os seguintes campos para preenchimento:

2.2.7.1.1 - *Processo de compra na fundação de apoio – permitir inserir o número do pedido;*

2.2.7.1.2 – *Proforma atualizada – dar a opção de confirmar se sim ou não. Se sim, permitir anexar o documento.*

2.2.7.1.3 – *Orçamento - permitir anexar o documento.*

2.2.7.1.4 – *Descrição – permitir anexar o documento.*

2.2.7.1.5 – *Adquirido - dar a opção de confirmar se sim ou não.*

2.2.7.1.6 – *Patrimônio da fundação de apoio – permitir inserir o número*

2.2.7.1.7 – *Patrimônio da UFV – permitir inserir o número*

2.2.7.1.8 – *Local de instalação – neste campo deverá constar os seguintes campos para preenchimento: endereço completo, campus, nome do laboratório.*

2.2.7.1.9 – *Responsável pelo equipamento – neste campo deverá constar os seguintes campos para preenchimento: Nome, CPF, departamento, email, telefone de contato.*

2.2.7.2 - Reforma – nesta sub-guia deverão constar os seguintes campos para preenchimento:

2.2.7.2.1 - *Processo de compra/serviços na fundação de apoio – permitir inserir o número do pedido;*

2.2.7.2.2 – *Orçamento - permitir anexar o documento.*

2.2.7.2.3 – *Descrição – permitir anexar o documento.*

2.2.7.2.4 – *Contrato da construtora – permitir anexar o documento. E constar campo para informar a data do início da vigência e data final de vigência.*

2.2.7.2.5 – *Status – dar a opção de informar em andamento ou concluída.*

2.2.7.3 - Edificação – nesta sub-guia deverão constar os seguintes campos para preenchimento:

2.2.7.3.1 - *Processo de licitação – permitir inserir o número do processo;*

2.2.7.3.2 – *Planta - permitir anexar o documento.*

2.2.7.3.3 – *Orçamento – permitir anexar o documento.*

2.2.7.3.4 – *Notas fiscais – permitir anexar o documento.*

2.2.7.3.5 – *Contrato da construtora – permitir anexar o documento. E constar campo para informar a data do início da vigência e data final de vigência.*

2.2.7.3.6 – *Status – dar a opção de informar em andamento ou concluída. Se concluída permitir informar o ano.*

2.2.8 – guia Relatórios Parciais

Nessa guia deverá constar os seguintes campos para anexar os documentos:

2.2.8.1 – Relatório parcial – permitir anexar o documento. E constar campo para informar a data de envio do mesmo.

2.2.8.2 – Relatório financeiro - permitir anexar o documento. E constar campo para informar a data de envio do mesmo.

2.2.8.3 – Ofício – Parecer do órgão de fomento/instituição de aporte financeiro - permitir anexar os documentos.

2.2.8 – guia Relatórios Finais

Nessa guia deverá constar os seguintes campos para anexar os documentos:

2.2.8.1 – Relatório final – permitir anexar o documento. E constar campo para informar a data de envio do mesmo.

2.2.8.2 – Relatório financeiro - permitir anexar o documento. E constar campo para informar a data de envio do mesmo.

2.2.8.3 – Ofício/ Parecer do Órgão de fomento/Instituição de aporte financeiro - permitir anexar os documentos

2.4 Restrição de Tempo de Atendimento

[Complete esse item com uma restrição de prazo máximo ideal para que a DTI atenda a solicitação. Obs. isso não implica que será possível à DTI atender a tal restrição.]

Data Máxima para Atendimento	Observação
31/12/2021	Por se tratar de uma proposta de adequação de um sistema já existente, considera-se o prazo de seis meses o suficiente.

2.5 Justificativa

[Complete esse quadro com o problema e/ou motivo pelo qual você julga que essa solicitação é necessária. Descreva o impacto para a organização se a demanda não for atendida.]

As informações que subsidiam os projetos institucionais para aquisição de infraestrutura de pesquisa da UFV estão difusas e espalhadas na Instituição em seus três campi, interferindo na qualidade do gerenciamento dos projetos quanto à elaboração de novas propostas submetidas, na gestão dos projetos vigentes e no cumprimento de prazos para atender as demandas dos editais dos órgãos de fomento e das instituições financeiras que investem em pesquisas.

O fato destas informações estarem espalhadas e incompletas impedem o correto arquivamento, preservação e difusão da memória cultural, científica e tecnológica da Universidade Federal de Viçosa, colocando em risco essa memória que poderá desaparecer. O que poderá impedir que o legado cultural, científico e tecnológico da UFV seja transmitido a futuras gerações de pesquisadores

Portanto, faz-se necessário reunir estas informações para atender a estas demandas e também como forma de preservar este patrimônio e dar acesso nos termos da Lei de Acesso à Informação, permitindo que a sociedade conheça a identidade cultural, científica e tecnológica da UFV.

Sabendo-se que o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é um instrumento de planejamento e gestão, norteador das decisões e ações institucionais, instituído pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) como parte do processo de avaliação institucional. O PDI dentre suas várias ações prevê a gestão da infraestrutura para o pleno funcionamento das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim, compreende-se a importância das informações acerca da infraestrutura para que se

garanta a eficiência e a eficácia do PDI.

O acesso ágil a partir de um acervo das informações dos projetos institucionais da UFV propiciará uma gestão eficiente dos projetos de infraestrutura, no atendimento ágil aos órgãos de fomento, das instituições de aporte financeiro e aos órgãos superiores da instituição e na elaboração de novas propostas.

Este acervo permitirá acessar informações relevantes para comprovar a competência técnica na área temática, relatando os projetos executados anteriormente.

Permitirá à instituição acesso as informações da infraestrutura adquirida auxiliando no melhor direcionamento das novas propostas atentando para os setores que não tenham sido contemplados.

2.6 Termo de Compromisso

[O Termo de Compromisso é a ferramenta que a DTI encontrou para assegurar que os interessados na demanda sejam corresponsáveis pela mesma. É um documento que deve ser preenchido e encaminhado à DTI juntamente com esse documento de Solicitação de Serviço]

3. Planejamento

[Esse item 3 deve ser preenchido pelo Analista de Sistemas.]

3.1 Descrição dos Requisitos

[Forneça os requisitos do sistema e faça uma descrição de cada um deles. Entre, também, com informações que julgar necessário à execução do projeto.]

A seguir são descritas os requisitos levantados:

[Req 001] [Editais]: [receber e guardar os dados relativos aos Editais]

[Req 002] [Proposta Institucional]: [receber e guardar os dados relativos a Proposta Institucional]

[Req 003] [Resultado Preliminar]: [receber e guardar os dados relativos ao Resultado Preliminar]

[Req 004] [Resultado Final]: [receber e guardar os dados relativos ao Resultado Final]

[Req 005] [Convênio/Contrato]: [receber e guardar os dados relativos ao Convênio/Contrato. O sistema deverá emitir alerta de encerramento da vigência, num prazo de 60 dias por email ao gestor responsável]

[Req 006] [Plano de Trabalho]: [receber e guardar os dados relativos ao Plano de Trabalho; permitir que o campo equipe executora comunique/alimente com o RADOC, RAEX e RAEM]

[Req 007] [Itens Aprovados]: [receber e guardar os dados relativos aos Itens Aprovados; emitir alerta de encerramento da vigência do contrato do campo Edificação, num prazo de 60 dias por email ao gestor responsável]

[Req 008] [Relatórios Parciais]: [receber e guardar os dados relativos aos Relatórios Parciais; permitir acesso a pessoas designadas pela fundação de apoio]

[Req 009] [Relatórios Finais]: [receber e guardar os dados relativos aos Relatórios Finais; permitir acesso a pessoas designadas pela fundação de apoio]

O sistema deverá propiciar:

- Armazenar informações dos projetos institucionais de infraestrutura de pesquisa;
- Emitir Relatórios que possibilitem o acompanhamento, o gerenciamento eficaz e eficiente do Patrimônio Cultural, Científico e Tecnológico de infraestrutura de pesquisa, desde os registros/documentos, edificações e equipamentos. Estes permitirão gerenciar a infraestrutura de forma proativa nas tomadas de decisão de manutenção e de aquisição.
- Preservar e difundir informações dos campos órgão/instituição de apoio financeiro, equipamentos, edificações, relatórios técnicos científicos finais, permitindo acesso ao público externo.
- Permitir acompanhar a trajetória histórica da infraestrutura de pesquisa.

3.2 Alternativas Identificadas

[Identificação de alternativas para a solução do problema do ponto de vista do cliente/usuário. Estas alternativas podem incluir: compra de um pacote de software, desenvolvimento de um novo sistema, ou manutenção da situação atual. Deve-se listar alternativas existentes ou que venham a existir, assim como identificar as vantagens e desvantagens de cada alternativa apresentada. A validação destas alternativas deve ser feita pelo Analista de Sistemas e caso esta alternativa seja considerada suficiente para substituir o desenvolvimento de solução própria, deve-se validar esta adequação junto ao fornecedor de requisitos]

Adequação do Sistema de Registro de Projetos de Pesquisa da PPG que está sendo atualizado por esta Diretoria de Tecnologia da Informação, para arquivamento e difusão dos documentos gerados a partir dos projetos de pesquisa, incluindo os institucionais para aquisição de infraestrutura.

Restrições

[Liste as Restrições associadas a demanda que podem comprometer o projeto. Caso o Analista conclua pela inviabilidade técnica da solicitação, ele deverá apresentar as justificativas nesta seção.]

Não se aplica

3.3 Impacto

[Faça a Análise de Impacto e liste, aqui, todos os sistemas e requisitos impactados por esse projeto.]

Disponibilidade de informações seguras, precisas e ágeis da infraestrutura de pesquisa da UFV, adquiridas a partir de aportes financeiros de órgãos de fomento, de instituições que investem em pesquisa para tomadas de decisão dos gestores. Atualmente

3.4 Planejamento de Estimativas

[Forneça a estimativa de tamanho da demanda]

Nesse momento, o tamanho da demanda é:

[TamanhoProjetoAPF.xls](#)

Tamanho em PF	
----------------------	--

3.5 Projeto

[Identifique o projeto que sera aberto para essa solicitação.]

Nome do Projeto	Data de Abertura	Nome Gerente
Projetos Institucionais de Infraestrutura		Solange Silva Ramos

Anexo II - Questionário

22/10/21, 09:49

Arquivamento e difusão das informações dos projetos institucionais da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universi...

Arquivamento e difusão das informações dos projetos institucionais da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- graduação da Universidade Federal de Viçosa.

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa "Os projetos institucionais da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa: Identificação, classificação e arquivamento de documentação". Nesta pesquisa, pretendemos analisar as práticas de arquivamento dos documentos gerados dos subprojetos vinculados aos projetos institucionais da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação encaminhados aos órgãos de fomento.

Esclarecemos que para responder a este formulário torna-se necessário compreender que projetos autônomos são aqueles que os pesquisadores submetem diretamente, caracterizam-se como projetos individuais. E que além dos projetos autônomos, há também aqueles que são construídos por um ou mais grupos de pesquisadores conhecidos como projetos institucionais, os quais são submetidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - PPG aos órgãos de fomento.

O tempo estimado para a resposta é de aproximadamente 5 minutos. Para preservar a sua identidade, o seu nome e contato não serão divulgados. Ao invés disso, usaremos códigos alfanuméricos a fim de minimizar os riscos existentes de vazamento das suas informações e opiniões.

Os riscos potenciais de sua participação na pesquisa são mínimos, mas durante o preenchimento do questionário você poderá sentir cansaço ou constrangimento diante de alguma pergunta. Nesse sentido você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta e até mesmo desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem necessidade de comunicado prévio e sem qualquer prejuízo.

Garantimos que todas as informações serão tratadas com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Ao participar da pesquisa, você estará contribuindo para compreensão das práticas de arquivamento dos documentos gerados dos projetos institucionais.

Agradecemos antecipadamente sua participação.

*Obrigatório

22/10/21, 09:49

Arquivamento e difusão das informações dos projetos institucionais da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universi...

1. 1. E-mail *

2. 2. Há quanto tempo você trabalha na UFV? *

Marcar apenas uma oval.

- 1-10 anos
- 11-20 anos
- 21-30 anos
- mais de 30 anos

3. 3. Há quanto tempo participa de projetos institucionais de pesquisa na UFV?

Esclarecemos que para responder a este questionamento torna-se necessário compreender que projetos autônomos são aqueles que os pesquisadores submetem diretamente, caracterizam-se como projetos individuais. E que além dos projetos autônomos, há também aqueles que são construídos por um ou mais grupos de pesquisadores conhecidos como projetos institucionais, os quais são submetidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - PPG aos órgãos de fomento. *

Marcar apenas uma oval.

- 1-10 anos
- 10-20 anos
- 20-30 anos

4. 4. Você possui o arquivo dos documentos do projeto que você participou da equipe científica e/ou executora? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

22/10/21, 09:49

Arquivamento e difusão das informações dos projetos institucionais da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universi...

5. 5. Alguma vez você precisou acessar informações dos projetos dos quais participou e não conseguiu? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

6. 6. Os documentos dos projetos institucionais anteriores contribuem com a elaboração de novos projetos? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

7. 7. Você considera importante o arquivamento pela UFV dos editais, relatórios e outros documentos relativos aos projetos de pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

8. 8. Considerando os prazos dos editais dos órgão de fomento, um sistema de arquivo da UFV seria um diferencial para a elaboração de projetos? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

22/10/21, 09:49

Arquivamento e difusão das informações dos projetos institucionais da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universi...

9. 9. Há risco de perda das informações dos projetos institucionais caso não exista uma política de preservação da UFV? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10. 10. Na sua opinião o Sistema de Registro de Projeto de Pesquisa, observando o nível de sigilo requerido, poderia fazer arquivamento de edital, projeto original, relatórios e outros documentos como forma de preservação dos dados para uso futuro? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Anexo III – Edital - CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES GOVERNO
FEDERAL

CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018 Manutenção Preventiva de Equipamentos e Manutenção de Infraestrutura de Biotérios e de Coleções Biológicas de Microrganismos

SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS PARA APOIO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS DE PESQUISA APOIADOS PELO FNDCT E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE BIOTÉRIOS E DE COLEÇÕES BIOLÓGICAS DE MICRORGANISMOS NAS ICT'S

1) OBJETIVO

A presente Chamada Pública tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos institucionais que contemplem, pelo menos, uma das seguintes linhas temáticas, que serão analisadas separadamente:

LINHA 1: manutenção preventiva de equipamentos de médio e grande porte, preferencialmente multiusuários, adquiridos com recursos do FNDCT em ações patrocinadas pela Finep;

LINHA 2: manutenção da infraestrutura de biotérios existentes e implantação de 2 (dois) grupos atuando em áreas de fronteira, sendo 1 (um) grupo para a *Humanização de Modelos Experimentais* e 1 (um) grupo para *Tecnologias de manipulação e edição de genoma de animais de laboratório com a tecnologia CRISP-Cas9*; e

LINHA 3: manutenção da infraestrutura de coleções biológicas de microrganismos diversos, vírus, células de mamíferos e a organização de 1 (uma) coleção de plasmídeos;

visando a dar condições de continuidade às unidades nas respectivas áreas do conhecimento, e em todo território nacional, de forma a proporcionar um ambiente favorável para o crescimento e a consolidação da pesquisa científica e tecnológica das Instituições Públicas de Ensino Superior e/ou de Pesquisa do País.

2) ELEGIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES

São elegíveis as seguintes instituições:

- I. PROPONENTE/CONVENENTE:
 - i. Órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo. As Instituições Federais devem ser integrantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;
 - ii. Organizações Sociais (OS) qualificadas nos termos da Lei nº 9.637/1998, cujas atividades sejam dirigidas à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico;
 - iii. Entidade privada sem fins lucrativos, qualificada como instituição de apoio, responsável pela execução gerencial e financeira do projeto. As instituições privadas sem fins lucrativos deverão ter no mínimo 03 (três) anos de existência, em observância ao disposto no Art. 72, inciso XIII, da Lei 13.473/2017– LDO 2018.



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GOVERNO
FEDERAL

II. EXECUTOR:

- i. Instituição Pública de Ensino Superior e/ou Pesquisa;
- ii. Organizações Sociais (OS), qualificadas nos termos da Lei nº 9.637/1998, cujas atividades sejam dirigidas à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico.

3) DEFINIÇÕES

Para fins desta Chamada, são adotadas as seguintes definições:

I. EQUIPAMENTOS MULTIUSUÁRIOS DE PESQUISA:

Equipamento especializado, disponível regularmente para usuários internos e externos da Instituição, adquiridos com recursos do FNDCT, em ações promovidas pela Finep (chamamentos públicos e encomendas).

É desejável que o equipamento em questão disponha de uma comissão de usuários. Tal comissão deverá contar com um coordenador científico e usuários de outras unidades ou laboratórios, sendo esta responsável pela determinação do uso do equipamento.

II. EQUIPAMENTOS DE MÉDIO E DE GRANDE PORTE:

- Equipamentos de médio porte: aqueles cujo valor unitário de aquisição varie entre R\$ 200 mil e R\$ 600 mil; e
- Equipamentos de grande porte: aqueles com valor de aquisição acima de R\$ 600 mil.

III. CONCEA

O Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, instituído pela Lei nº 11.794/2008, é órgão integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, constituindo-se em instância colegiada multidisciplinar de caráter normativo, consultivo, deliberativo e recursal. Dentre as suas competências destacam-se a formulação de normas relativas à utilização humanitária de animais com finalidade de ensino e pesquisa científica, bem como estabelecer procedimentos para instalação e funcionamento de centros de criação, de biotérios e de laboratórios de experimentação animal. O Conselho é responsável também pelo credenciamento das instituições que desenvolvam atividades nesta área, além de administrar o cadastro de protocolos experimentais ou pedagógicos aplicáveis aos procedimentos de ensino e projetos de pesquisa científica realizados ou em andamento no País.

IV. CIUCA

Trata-se do Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais – CIUCA. As instituições interessadas em realizar atividades ou projetos que envolvam a produção, a manutenção ou a utilização de animais pertencentes ao filo Chordata, subfilo Vertebrata, exceto humanos, que englobam qualquer uso de animais para ensino ou pesquisa científica, deverão requerer o CIAEP (Credenciamento Institucional para Atividades com Animais para Ensino ou Pesquisa) junto ao CONCEA, por meio do Cadastro de Instituições de Uso Científico de Animais - CIUCA.



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GOVERNO
FEDERAL

V. CIAEP

Trata-se de **Credenciamento Institucional para Atividades com Animais para Ensino ou Pesquisa – CIAEP**. O biotério deverá estar credenciado no CONCEA, por meio do Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais (CIUCA), em atendimento à Lei nº 11.794/2008 e à Portaria MCTIC nº 5861, de 03 de outubro de 2017. As instituições que ainda não obtiveram o seu número de CIAEP permanecem impedidas de produzir, manter ou utilizar animais para atividades de ensino ou pesquisa científica até que obtenha o credenciamento deferido pelo CONCEA.

VI. BIOTÉRIO

Local onde são reproduzidos, criados, mantidos ou utilizados animais vivos, destinados às atividades de ensino e pesquisa científica, dispondo de infraestrutura adequada, atendendo às condições ambientais, sanitárias, éticas, de biossegurança e de bem-estar animal, conforme os critérios estabelecidos na Lei nº 11.794/2008 e nas Resoluções Normativas vigentes do CONCEA.

VII. BIOTÉRIO DE CRIAÇÃO

Local destinado à reprodução e manutenção de animais para fins de ensino ou pesquisa científica, observadas as condições previstas na definição de 'biotério'.

VIII. COLEÇÕES BIOLÓGICAS DE MICRORGANISMOS

Coleções biológicas que têm por função a aquisição, preservação, identificação, catalogação e distribuição de microrganismos autenticados para dar suporte à pesquisa científica, estudos epidemiológicos, bem como ao desenvolvimento e produção de bioprodutos para diagnóstico, vacinas e medicamentos, atuando também como provedores de serviços especializados.

IX. GRUPOS PRIORITÁRIOS

LINHA 2: 1 (um) subprojeto para a Humanização de Modelos Experimentais e 1 (um) subprojeto para Tecnologias de manipulação e edição de genoma de animais de laboratório com a tecnologia CRISPR-Cas9.

LINHA 3: 1 (uma) coleção de plasmídeos visando atendimento às necessidades dos pesquisadores brasileiros atuando em todas as áreas de pesquisa biológica e biomédica.

4) CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA

§ 1º Cada Instituição Executora poderá submeter apenas uma proposta institucional, que deverá ser apresentada à FINEP em formulário eletrônico específico.

§ 2º Cada proposta poderá conter até 3 (três) subprojetos, sendo cada um deles relativo a 1 (uma) das linhas temáticas de apoio. Não será aceita mais de uma proposta por instituição.

§ 3º Nos subprojetos relativos à LINHA 2, somente serão avaliados os biotérios que estiverem com cadastro ativo no CIUCA e com credenciamento válido no CIAEP na data de publicação deste edital, conforme item 8.



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GOVERNO
FEDERAL

§ 4º O valor solicitado ao FNDCT, em cada proposta, deverá estar de acordo com as seguintes regras:

- (i) subprojetos relativos à **LINHA 1** deverão ter valor solicitado entre R\$ 300 mil (trezentos mil reais) e R\$ 1,5 milhão (um milhão e quinhentos mil reais);
- (ii) subprojetos relativos à **LINHA 2** deverão ter valor solicitado entre R\$ 100 mil (cem mil reais) e R\$ 1 milhão (um milhão de reais);
- (iii) subprojetos relativos à **LINHA 3** deverão ter valor solicitado entre R\$ 100 mil (cem mil reais) e R\$ 500 mil (quinhentos mil reais);

§5º Subprojetos relativos à **LINHA 2** deverão informar claramente se estão concorrendo à implantação de um dos dois grupos prioritários, descritos no **Item (1)**. Desta forma, o Subprojeto deverá ter seu título iniciado com:

- (i) a expressão “HUMAN”, se concorrente ao Grupo Prioritário de *Humanização de Modelos Experimentais*;
- (ii) a palavra “CRISP”, se concorrente ao Grupo Prioritário de *Tecnologias de manipulação e edição de genoma de animais de laboratório com a tecnologia CRISP-Cas9*;

§6º Subprojetos relativos à **LINHA 3** deverão informar claramente se estão concorrendo à organização de uma coleção de plasmídeos, descrita no **Item (1)**. Desta forma, o Subprojeto deverá ter seu título iniciado com:

- (i) a expressão “PLASM”, se concorrente ao Grupo Prioritário de *Coleção de Plasmídeos*;

§7º A proposta deverá relacionar o(s) coordenador(es) e as equipes de pesquisadores que serão beneficiados pela manutenção da infraestrutura de pesquisa. Os currículos Lattes de todos os pesquisadores envolvidos deverão estar devidamente atualizados na plataforma em questão.

§8º O prazo de execução do projeto deverá ser de até 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado a critério da FINEP, respeitando as normas do FNDCT.

5) RECURSOS FINANCEIROS A SEREM CONCEDIDOS

§ 1º No âmbito desta Chamada Pública serão comprometidos recursos não reembolsáveis no valor de até R\$ 70 milhões (setenta milhões de reais) originários do FNDCT/CT-INFRA, sendo:

LINHA 1: até R\$ 45 milhões (quarenta e cinco milhões de reais)

LINHA 2: até R\$ 17 milhões (dezessete milhões de reais)

LINHA 3: até R\$ 8 milhões (oito milhões de reais).

§ 2º Do total de recursos, em cada linha temática, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser aplicados nas regiões Norte (N), Nordeste (NE) e Centro-Oeste (CO) e nas regiões de abrangência da SUDENE e da SUDAM.

§ 3º A aprovação do projeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá em conformidade com a disponibilidade orçamentária e financeira do FNDCT/CT-INFRA.



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GOVERNO
FEDERAL

6) CONTRAPARTIDA E OUTROS APORTES DE RECURSOS

§ 1º De acordo com o disposto na *Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2018*, será exigida a apresentação de contrapartida financeira, nos convênios que vierem a ser firmados diretamente com Instituições Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, nos percentuais mínimos e máximos sobre o valor total concedido, indicados nos itens abaixo:

Instituições Municipais:

Municípios com até 50.000 habitantes 0,1-4%

Municípios acima de 50.000 habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).....0,2-8%

Municípios com até 200.000 habitantes, situados em áreas vulneráveis a eventos extremos, tais como secas, deslizamentos e inundações, incluídas na lista classificatória de vulnerabilidade e recorrência de mortes por desastres naturais fornecida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.....0,1-5%

Demais Municípios 1-20%

Instituições Estaduais e do Distrito Federal:

Distrito Federal e Estados localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), nas áreas da SUDENE, SUDAM e SUDECO0,1-10%

Demais Estados2-20%

§ 2º Não é exigida contrapartida de órgão ou entidade da Administração Pública Federal, direta ou indireta, e de Instituições privadas sem fins lucrativos.

§ 3º Para as Instituições Estaduais, Municipais e do Distrito Federal poderão ser consideradas como contrapartida financeira despesas com recursos humanos (horas de trabalho) alocados no projeto, desde de que devidamente identificadas.

7) DESPESAS APOIÁVEIS

§ 1º No âmbito desta Chamada Pública poderão ser apoiadas as seguintes despesas, as quais deverão estar diretamente relacionadas à manutenção preventiva da infraestrutura prevista em cada Subprojeto:

LINHA 1:

a. Despesas Correntes:

- despesas acessórias de importação para peças de reposição;



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GOVERNO
FEDERAL

- serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica), desde que diretamente relacionados com a manutenção preventiva dos equipamentos;
 - material de consumo, desde que diretamente relacionado à manutenção preventiva dos equipamentos;
- b. Despesas de Capital:
- equipamentos e material permanente, na forma de peças de reposição necessárias à manutenção preventiva dos equipamentos;

LINHA 2:

- a. Despesas Correntes:
- despesas acessórias de importação para peças de reposição;
 - serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica), desde que diretamente relacionados com manutenção de equipamentos, pequenas reformas ou adaptações do biotério. No caso das pequenas reformas e adaptações, o valor total no subprojeto não poderá exceder R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais);
 - material de consumo, desde que diretamente relacionado à manutenção do biotério;
- b. Despesas de Capital:
- equipamentos e material permanente, na forma de peças de reposição necessárias à manutenção dos equipamentos;
 - para os grupos prioritários, será permitida a aquisição de novos equipamentos necessários à implantação da área de fronteira;

LINHA 3:

- a. Despesas Correntes:
- despesas acessórias de importação para itens importados adquiridos;
 - serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica), desde que diretamente relacionados com: manutenção de equipamentos; pequenas reformas ou adaptações do laboratório; apoio a acreditação de coleções; ou na forma de softwares para o Sistema de Informações Gerenciais. No caso das pequenas reformas e adaptações, o valor total no subprojeto não poderá exceder R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais);
 - material de consumo, desde que diretamente relacionado a: manutenção do laboratório; ou reposição e manutenção do acervo;
- b. Despesas de Capital:
- equipamentos e material permanente, na forma de peças de reposição necessárias à manutenção dos equipamentos; reposição e manutenção do acervo; ou relacionados ao Sistema de Informações Gerenciais;
 - para o grupo prioritário, será permitida a aquisição de novos equipamentos necessários à implantação da nova coleção;



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GOVERNO
FEDERAL

§2º Cada subprojeto poderá contemplar a cobertura de despesas operacionais e administrativas, de caráter indivisível, respaldadas na Lei nº 10.973/04, denominada “Lei da Inovação”, até o limite de 3% do valor dos recursos solicitados à FINEP;

§3º Na LINHA 1, não serão apoiáveis despesas que se caracterizem como upgrade dos equipamentos, exceto nos casos de inexistência no mercado de peça de reposição original ou equivalente.

§4º Nas LINHAS 2 e 3, para cada item solicitado referente a pequenas reformas ou adaptações deverão ser fornecidas justificativa e descrição técnica do serviço.

8) PRAZOS

§ 1º As datas de cada etapa da Chamada Pública são apresentadas a seguir:

Lançamento da ação na página da Finep	11/07/2018
Disponibilização do formulário eletrônico (FAP)	a partir de 11/07/2018
Data final para envio do formulário eletrônico (FAP)	09/08/2018
Data final para a entrega na Finep / postagem da cópia impressa	10/08/2018
Divulgação do Resultado Preliminar	a partir de 28/09/2018
Divulgação do Resultado Final	a partir de 19/11/2018

(*) O horário para envio da versão eletrônica na data limite para apresentação das propostas se encerra às 18h (horário de Brasília).

(**) A FINEP não se responsabilizará por solicitação de inscrição de propostas não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

(***) EVENTUAIS DÚVIDAS E QUESTIONAMENTOS ENVIADOS À FINEP NÃO ALTERAM OS PRAZOS ACIMA ESTABELECIDOS.

§ 2º Esta Chamada Pública tem validade de 12 (doze) meses.

9) ENVIO DA PROPOSTA

9.1) REQUISITOS PARA ADMISSÃO DA PROPOSTA

§1º A proposta deverá ser enviada à FINEP através da Internet, até as 18h (horário de Brasília) da data limite estabelecida no **Item 8** deste edital, por meio do Formulário de Apresentação de Propostas - FAP - específico para essa Chamada Pública, disponível na página eletrônica da FINEP (www.finep.gov.br).

§2º O preenchimento deverá ser realizado de acordo com as instruções contidas no Manual que acompanha o Formulário.

§3º As propostas deverão ser impressas em papel A4, em duas vias, sem nenhum tipo de encadernação ou grampeamento.

§4º É vedada qualquer alteração na proposta, posterior ao envio eletrônico dos dados.

§5º Às vias impressas, que deverão ser remetidas pelo correio em modalidade de encomenda expressa registrada, poderão ser anexados outros documentos e informações consideradas



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GOVERNO
FEDERAL

relevantes para análise do projeto, até um limite total de 50 (cinquenta) folhas. Documentos eventualmente solicitados nessa Chamada não serão contabilizados nesse limite.

§6º A documentação poderá ser entregue diretamente na FINEP/RJ, no endereço abaixo indicado, ou remetida pelo correio, mediante registro postal ou equivalente, com comprovante da postagem dos Correios até a data limite para envio das vias impressas estabelecida no **Item 8** deste Edital, devendo constar no envelope a seguinte identificação:

CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/CT-INFRA XX/2018
(sigla proponente) / (sigla executor) / (sigla projeto)
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
Av. República do Chile, 330, Torre Oeste – Centro – 10º andar
20031-170 - Rio de Janeiro - RJ

§7º Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela FINEP.

§8º Caso aplicável, deverá ser apresentado certificado de Organizações Sociais (OS) nos termos da Lei nº 9.637/1998.

§9º A proposta institucional deverá atender aos seguintes requisitos:

- (i) possuir instituição proponente elegível;
- (ii) possuir instituição executora elegível;
- (iii) atender ao número máximo de subprojetos;
- (iv) atender aos valores mínimo e máximo de solicitação para cada subprojeto;
- (v) atender aos prazos de envio da proposta;

O não atendimento a quaisquer dos requisitos listados implicará na eliminação da proposta.

§10º Para os subprojetos submetidos a Linha 1, deverá ser apresentada “*Declaração de Manutenção Preventiva e Apoio Prévio pela Finep/FNDCT*”, disponibilizada no Anexo I. O não envio do documento implicará na eliminação do subprojeto.

§11º Para os subprojetos submetidos a Linha 2, deverá ser apresentada “*Declaração de Credenciamento Institucional para Atividades com Animais*”, disponibilizada no Anexo II. O não envio do documento implicará na eliminação do subprojeto. Para a contratação do projeto, será exigida a apresentação de comprovação de cadastro no CIUCA e credenciamento válido no CIAEP.

9.2) REQUISITOS PARA AVALIAÇÃO DOS ITENS DE ORÇAMENTO

§ 1º O descritivo da manutenção de cada equipamento deverá conter as seguintes informações:

- (i) discriminação dos serviços a serem executados;
- (ii) relação das peças a serem eventualmente substituídas;



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GOVERNO
FEDERAL

(iii) prazo de assistência técnica gratuita, após a execução do serviço.

§ 2º A documentação referente à manutenção dos equipamentos, bem como a material permanente ou de consumo, a serviços de terceiro, deverá atender aos seguintes requisitos:

- (i) para itens nacionais com valor total igual ou superior a R\$100.000,00: apresentação de orçamento.
- (ii) para todos os itens importados: apresentação de pro forma.

§ 3º Para as pequenas reformas e adaptações deverá ser apresentado Projeto Resumido, conforme orientações disponíveis na Área para Clientes do site da Finep (<http://www.finep.gov.br/area-para-clientes-externo/formularios-e-manuais>).

§ 4º O lançamento dos valores referentes aos itens importados deverá ser feito na moeda nacional Real (R\$), devendo ser utilizada a taxa de câmbio da data de disponibilização do FAP.

§ 5º O não atendimento a quaisquer dos requisitos listados ou a falta de veracidade em quaisquer das informações prestadas implicará na eliminação do item solicitado.

10) ESTRUTURA DA SELEÇÃO PÚBLICA

A seleção será feita através das seguintes etapas:

10.1) AVALIAÇÃO DE MÉRITO

§1º Os subprojetos que atenderem às exigências formais do presente edital serão avaliados por consultores externos;

§2º Nenhum consultor poderá ter acesso ou participar da avaliação da proposta da instituição a qual está vinculado;

§3º Os subprojetos serão divididos de acordo a Linha Temática a qual se relacionam;

§4º A avaliação de mérito de cada subprojeto seguirá critérios específicos a sua linha temática, conforme o quadro abaixo:

Critérios	Notas	Peso
01 – Qualidade da equipe científica usuária da infraestrutura de pesquisa a ser beneficiada pelo Subprojeto	1-5	5
02 - Utilização multiusuária da infraestrutura de pesquisa a ser beneficiada pelo Subprojeto	1-5	5
03 – Relevância do plano de utilização da infraestrutura apresentada para o Subprojeto, de acordo com as linhas de pesquisa a serem beneficiadas	1-5	4
04– Resultados e Impactos esperados no desenvolvimento das atividades de pesquisa e/ou pós-graduação associadas à infraestrutura de pesquisa a ser beneficiada pelo Subprojeto	1-5	3
05 - Adequação do orçamento e do cronograma de atividades previstas no Subprojeto	1-5	1
06 – Enquadramento do Subprojeto nos grupos prioritários (*)	0-1	-

(*) O critério 06 somente será considerado para os Subprojetos declarados como concorrente nos grupos prioritários. Para os demais, será atribuída a classificação "Não se aplica" (NA).



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GOVERNO
FEDERAL

§5º Após análise do mérito, em cada linha temática, serão indeferidos os subprojetos com média ponderada inferior a 3 (três), bem como, os subprojetos que obtiverem nota 0 (zero) na avaliação do critério 06;

§6º No âmbito de cada Grupo Prioritário será recomendado somente o subprojeto que obtiver a maior pontuação na média ponderada dos critérios. Os demais subprojetos concorrentes serão indeferidos;

§7º Os subprojetos não indeferidos serão classificados de forma decrescente, em cada linha temática, considerando sua pontuação final;

§8º Os subprojetos serão recomendados para apoio, em cada linha temática, conforme sua classificação, até o limite dos recursos previstos no § 1º do **Item 5**;

§9º Em caso de empate na pontuação final entre dois ou mais subprojetos, prevalecerá o subprojeto da Unidade Federativa com o menor PIB per capita, conforme último censo do IBGE. E caso ocorra empate dentro da mesma Unidade Federativa, as notas dos critérios de avaliação serão consideradas para desempate seguindo o ordenamento dos critérios;

§10º Caso o percentual mínimo de recursos disposto no § 2º do **Item 5** não seja alcançado, enquanto houver subprojetos daquelas regiões, dentre os não indeferidos naquela linha temática, esses serão reclassificados até o atingimento do percentual;

§11º Caso a demanda qualificada numa determinada LINHA não atinja o limite de recursos previstos para apoio a esta LINHA, a Finep poderá determinar a redistribuição dos recursos remanescentes para as demais LINHAS, sempre observando a ordem de classificação.

10.2) ANÁLISE JURÍDICA

§ 12º Serão verificados os dados e documentação recebidos para ateste da elegibilidade das instituições partícipes.

§ 13º Na fase de contratação, será analisada a documentação exigida de acordo com a legislação vigente. Durante a análise jurídica, caso necessário, serão solicitados documentos institucionais.

§ 14º Durante a análise jurídica, poderá ser comunicada ao proponente qualquer irregularidade ou imprecisão identificada na proposta, que deverá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias corridos, sob pena de exclusão do processo.

§ 15º Caso algum dos aspectos avaliados não atenda às disposições da Chamada ou à legislação vigente, a proposta será eliminada.

10.3) DELIBERAÇÃO

§ 16º As propostas aprovadas após análise jurídica serão submetidas à apreciação da Diretoria Executiva da FINEP para decisão final.

§ 17º Caso haja uma maior disponibilidade de recursos, decorrente de acréscimo de recursos orçamentários e financeiros ou caso alguma proposta aprovada não tenha sido contratada, outras propostas recomendadas na etapa de Avaliação de mérito, respeitada a ordem de classificação, poderão ser submetidas à análise jurídica para posterior deliberação da Diretoria Executiva da FINEP.



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GOVERNO
FEDERAL

10.4) CONTRATAÇÃO E LIBERAÇÃO DE RECURSOS

§ 18º As condições para a contratação de cada projeto serão definidas na Decisão da Diretoria Executiva da FINEP.

§ 19º A minuta de convênio/termo de cooperação assinada pelos dirigentes máximos das Instituições partícipes, exceto a Concedente, deverá ser enviada à FINEP no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data do seu recebimento. O não cumprimento do prazo poderá acarretar o arquivamento definitivo da proposta.

§ 20º A contratação do projeto estará condicionada ao cumprimento das condições próprias para recebimento de recursos da União.

§ 21º A não contratação do projeto no prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data de envio do instrumento contratual, poderá acarretar o arquivamento da proposta.

10.5) ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E FINANCEIRO

§ 22º O acompanhamento técnico e financeiro dos projetos apoiados será feito pela FINEP ou por entidade designada, através das metas e atividades previstas no plano de trabalho, de visitas de acompanhamento, reuniões ou outros mecanismos de avaliação, a critério da FINEP.

11) DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Base legal: Termo de referência assinado em xx/xx/2018; Instrução Normativa nº 01/2010 de 25/06/2010 do Conselho Diretor do FNDCT, publicada no DOU em 28/06/2010; Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação); Decreto nº 9283/2018; Portarias Interministeriais MEC/MCTI nº 3185/2004 e nº 191/2012 (Regularidade das Instituições/Fundações de Apoio); Lei nº 11.794/2008 (Procedimentos para Uso Científico de Animais); Lei nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança); Lei 13.123/2015 (Lei da Biodiversidade); Portaria MCTIC nº 5861/2017; Resoluções Normativas vigentes do CONCEA.

II - Interposição de Recursos: Com base na Lei nº 9784/99, a instituição candidata poderá apresentar recurso às decisões da FINEP em até 10 (dez) dias corridos após a divulgação do Resultado Preliminar, através de correspondência formal dirigida ao Presidente da Finep e remetidas pelo correio, em modalidade de encomenda expressa, ou entregue diretamente à Finep/RJ.

III - Revogação ou Anulação da Chamada Pública: A qualquer tempo, a presente Chamada Pública poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

Caberá à FINEP resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada Pública.

Anexo IV – Resultado Preliminar - CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GOVERNO
FEDERAL

Rio de Janeiro,

Ao (À)

FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES

EDIFÍCIO SEDE, S/N - CAMPUS DA UFV - CAMPUS UNIVERSITARIO

36570-900 - VIÇOSA - MG

At: Rodrigo Gava

C/C: NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

Assunto: CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018 - Manutenção Preventiva de Equipamentos e Manutenção de Infraestrutura de Biotérios e de Coleções Biológicas de Microrganismos

Ref.: 0192/18 [Prot. Eletrônico: 61]

Proposta: MANUTUFV18 – Manutenção da Infraestrutura de Pesquisa e Inovação da UFV

Prezado(a) Senhor(a),

Vimos comunicar que a proposta em epígrafe, encaminhada no âmbito da Chamada supracitada, foi submetida à Avaliação de Mérito realizada no período de 17 a 20 de setembro de 2018, no Rio de Janeiro, por um Comitê Assessor constituído de 16 pesquisadores oriundos das principais instituições brasileiras de ensino e pesquisa.

Neste contexto, segue o resultado preliminar da avaliação de cada um dos subprojetos da referida proposta institucional. Em anexo, o(s) formulário(s) referente(s) à avaliação realizada.

Subprojeto	Linha Temática	Grupo Prioritário	Valor Recomendado	Status
1 - BIOT_UFV	2	Não	RS 280.694,09	Recomendado e dentro do limite de recursos
2 - MIMUFV	1	N/A	RS 1.461.431,35	Recomendado e dentro do limite de recursos
3 - AGROPECUFV	3	Não	RS 198.378,00	Recomendado e dentro do limite de recursos

O resultado da avaliação do(s) subprojeto(s) apresentado acima pode vir a ser alterado no resultado final, em função da interposição de recursos.

A instituição candidata poderá apresentar recurso ao resultado preliminar, através de correspondência formal, dirigida ao Presidente da FINEP, com comprovante da postagem dos Correios, preferencialmente via SEDEX, e através de e-mail para o endereço eletrônico cp_ctinfra032018@finep.gov.br, em até 10 (dez) dias corridos após a divulgação do resultado preliminar no site institucional da FINEP, conforme disposto no item II do Capítulo 11 do Edital.

Para esclarecimentos, favor encaminhar e-mail para cp_ctinfra032018@finep.gov.br e sac@finep.gov.br.

Atenciosamente,

Ricardo Rosa

Superintendente da Área de Fomento aos Programas de
Desenvolvimento Científico e Infraestrutura - ADCI

www.finep.gov.br

Rio de Janeiro
Ventura Corporate Towers
Av. República do Chile, 330
Torre Oeste - 10º, 12º e 13º
17º Andares - Centro
20031-170 - Rio de Janeiro - RJ
t. (21) 2555 0330


São Paulo
JK Financial Center
Av. Presidente Juscelino
Kubitschek, 210 - 9º Andar
Itaim Bibi
04543-000 - São Paulo - SP
t. (11) 3847 8380


Brasília
Ed. Santos Dumont
S415, QI 1 - Conjunto B
Bloco D - 1º Subsolo
Luziá Sul
71605-100 - Brasília - DF
t. (61) 3035 7150


Fortaleza
Av. Dom Luís, 807
20º e 21º Andares
Meireles
60160-200 - Fortaleza - CE
t. (21) 971817035


Florianópolis
Parque Tec Alfa - Ed. Colô -
Rua José Carlos Dault, 600 (5C
- 401 - Km 01) - João Paulo
08020-000 - Florianópolis - SC
t. (21) 952603119


SAC
t. (21) 2555 0555
sac@finep.gov.br
Ouvidoria
t. (21) 2557 2414
ouvidoria@finep.gov.br


 CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018 Manutenção Preventiva de Equipamentos e Manutenção de Infraestrutura de Biotérios e de Coleções Biológicas de Microrganismos VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE E PRÉ-QUALIFICAÇÃO					
Referência:	0192/18	Prot. Eletr.:	61	Qnt. Subprojetos:	3
Título: MANUTUFV18 – Manutenção da Infraestrutura de Pesquisa e Inovação da UFV					
Critério					Situação OK?
Parte 1: Verificação automática da proposta e dos Subprojetos					
1	A proposta tem até 3 Subprojetos? (Conforme §2º do item "4. CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA" do Edital)				OK
2	A proposta tem até 1 Subprojeto em cada uma das Linhas Temáticas? (Conforme §2º do item "4. CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA" do Edital)				OK
3	Os valores de todos os Subprojetos atendem aos limites mínimos e máximos estabelecidos? (Conforme §4º do item "4. CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA" do Edital)				OK
4	Ao menos 1 Subprojeto atende as requisitos de pré-qualificação (um subprojeto por linha temática, limites para o valor solicitado e Declarações)?				OK
Parte 2: Verificação da documentação apresentada para a proposta					
5	O envio da proposta em meio eletrônico foi realizado conforme o prazo limite estabelecido no Edital e rerratificações?				OK
6	O envio da proposta em meio físico (data de postagem ou entrega direta) foi realizado conforme o prazo estabelecido no Edital e rerratificações?				OK
7	A(s) via(s) impressa(s) foi(ram) apresentadas assinadas pelo Dirigente da Proponente, pelo Dirigente da Executora e pelo Coordenador Geral?				OK
8	A(s) via(s) impressa(s) é(são) compatíveis com a proposta enviada em meio eletrônico? (Considerar, principalmente, o arranjo institucional, Títulos e Objetivos do Projeto e do(s) Subprojeto(s), quantidade de Subprojetos, Valores e Relação de Itens)				OK
Parte 2: Justificativas e Observações					
Sem observações.					
Parte 3: Verificação da documentação apresentada para os Subprojetos					
9	Para o Subprojeto da Linha 1 , foi apresentada "Declaração de Manutenção Preventiva e Apoio Prévio pela FINEP/FNDCT", conforme modelo do Anexo I? (Conforme §10º do item "9.1 REQUISITOS PARA ADMISSÃO DA PROPOSTA" do Edital)				OK
10	Para o Subprojeto da Linha 2 , foi apresentada "Declaração de Credenciamento Institucional para Atividades com Animais", conforme modelo do Anexo II? (Conforme §2º do item "4. CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA" e §11º do item "9.1 REQUISITOS PARA ADMISSÃO DA PROPOSTA" do Edital)				OK
Parte 3: Justificativas e Observações					
Sem observações.					
Parte 4: Outros fatores					
11	Foram identificados outros fatores que levem a eliminação da Proposta? Se sim, informar abaixo.				OK
Parte 4: Justificativas e Observações					
Sem observações.					
Resultado da Pré-Qualificação da Proposta					
Valor total da Proposta:	R\$	2.058.905,46	Valor total dos Subprojetos Aptos:	R\$	2.058.905,46
Proposta Pré-Qualificada					


 Finep <small>FINANCIADORA DE INOVAÇÃO E PESQUISA</small>	CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018 Manutenção Preventiva de Equipamentos e Manutenção de Infraestrutura de Biotérios e de Coleções Biológicas de Microrganismos				
	AVALIAÇÃO DOS ITENS DE ORÇAMENTO				
Referência:	0192/18	Prot. Eletr.:	61	Qt. Subprojetos:	3
Título:	MANUTUFV18 – Manutenção da Infraestrutura de Pesquisa e Inovação da UFV				
Subprojeto 1					
Título do Subprojeto:	BIOT_UFV – Modernização de biotérios da Universidade Federal de Viçosa	Linha:	2		
		G. Prioritário:	Não		
<i>Observações Consolidadas para os Itens do Orçamento</i> Não foi excluída nenhuma solicitação na Avaliação dos Itens de Orçamento.					
Subprojeto 2					
Título do Subprojeto:	MIMUFV – Manutenção da infraestrutura Multiusuária de médio e grande porte para pesquisa Na UFV	Linha:	1		
		G. Prioritário:	N/A		
<i>Observações Consolidadas para os Itens do Orçamento</i> Não foi excluída nenhuma solicitação na Avaliação dos Itens de Orçamento.					
Subprojeto 3					
Título do Subprojeto:	AGROPECUFV – Manutenção e expansão de coleção biológica de microrganismos de interesse tecnológico a agropecuária	Linha:	3		
		G. Prioritário:	Não		
<i>Observações Consolidadas para os Itens do Orçamento</i> Não foi excluída nenhuma solicitação na Avaliação dos Itens de Orçamento.					


	CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018 Manutenção Preventiva de Equipamentos e Manutenção de Infraestrutura de Biotérios e de Coleções Biológicas de Microrganismos AVALIAÇÃO DE MÉRITO						
	Subprojeto						
Ref.:	0192/18	Nº Subprojeto:	1	Tema:	2	G. Prioritário:	Não
Título:	BIOT_UFV – Modernização de biotérios da Universidade Federal de Viçosa						
Avaliação dos Critérios do Edital							
01 – Qualidade da equipe científica usuária da infraestrutura de pesquisa a ser beneficiada pelo Subprojeto:							
<p>A equipe técnica que utilizará a infraestrutura possui bons pesquisadores, vários deles bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Equipe multidisciplinar e de inserção nacional na área de produção de suínos.</p>							
02 - Utilização multiusuária da infraestrutura de pesquisa a ser beneficiada pelo Subprojeto:							
<p>A utilização multiusuária está caracterizada na proposta. Os grupos de pesquisa da área de suínos da UFV estão entre os principais da área no País, desenvolvendo trabalhos de relevância científica e também para a cadeia produtiva. O ponto que poderia ser melhor explicitado</p>							


	CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018 Manutenção Preventiva de Equipamentos e Manutenção de Infraestrutura de Biotérios e de Coleções Biológicas de Microrganismos AVALIAÇÃO DE MÉRITO						
	Subprojeto						
Ref.:	0192/18	Nº Subprojeto:	1	Tema:	2	G. Prioritário:	Não
03 – Relevância do plano de utilização da infraestrutura apresentada para o Subprojeto, de acordo com as linhas de pesquisa a serem beneficiadas:							
<p>O plano de utilização da infraestrutura a ser beneficiada pela proposta é adequado. O biotério é utilizado para experimentação animal, onde são desenvolvidas importantes pesquisas de impacto nacional e internacional da área de suínos.</p>							
04– Resultados e Impactos esperados no desenvolvimento das atividades de pesquisa e/ou pós-graduação associadas à infraestrutura de pesquisa a ser beneficiada pelo Subprojeto:							
<p>O investimento que será feito viabilizará a implantação de novas linhas de pesquisa inovadoras, gerando elevado impacto nos ensinos de graduação e pós-graduação da instituição beneficiada</p>							


	CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018 Manutenção Preventiva de Equipamentos e Manutenção de Infraestrutura de Biotérios e de Coleções Biológicas de Microrganismos AVALIAÇÃO DE MÉRITO						
	Subprojeto						
Ref.:	0192/18	Nº Subprojeto:	1	Tema:	2	G. Prioritário:	Não
05 - Adequação do orçamento e do cronograma de atividades previstas no Subprojeto:							
Alerta ao Consultor Ad Hoc a partir da Avaliação Orçamentária / Formal (realizada pela Finep):							
Sugere-se verificar a aderência dos itens frente a vocação da linha a que se referem.							
Análise do Consultor Ad Hoc :							
Orçamento adequado, sem sugestão de alterações.							


	CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018 Manutenção Preventiva de Equipamentos e Manutenção de Infraestrutura de Biotérios e de Coleções Biológicas de Microrganismos AVALIAÇÃO DE MÉRITO						
	Subprojeto						
Ref.:	0192/18	Nº Subprojeto:	1	Tema:	2	G. Prioritário:	Não
06 – Enquadramento do Subprojeto nos grupos prioritários: Subprojeto não concorre a Grupo Prioritário no Edital.							
Resumo da Avaliação do Mérito							
Nota Global do Subprojeto:	4,86	Valor Recomendado:	R\$	280.694,09			
Situação do Subprojeto:	Recomendado e dentro do limite de recursos						
Resumo da Avaliação da Relação de Itens							
<p>O projeto merece ser recomendado considerando os seguintes aspectos: 1) A equipe técnica que utilizará a infraestrutura possui bons pesquisadores, vários deles bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Equipe multidisciplinar e de inserção nacional na área de produção de suínos; 2) A utilização multiusuária está caracterizada na proposta. Os grupos de pesquisa da área de suínos da UFV estão entre os principais da área no País, desenvolvendo trabalhos de relevância científica e também para a cadeia produtiva, ponto que poderia ser melhor explicitado; 3) O plano de utilização da infraestrutura a ser beneficiada pela proposta é adequado. O biotério é utilizado para experimentação animal, onde são desenvolvidas importantes pesquisas de impacto nacional e internacional da área de suínos; 4) O investimento que será feito viabilizará a implantação de novas linhas de pesquisa inovadoras, gerando elevado impacto nos ensinamentos de graduação e pós-graduação da instituição beneficiada. O orçamento está adequado. Proposta recomendada.</p>							


	CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018 Manutenção Preventiva de Equipamentos e Manutenção de Infraestrutura de Biotérios e de Coleções Biológicas de Microrganismos AVALIAÇÃO DE MÉRITO						
	Subprojeto						
Ref.:	0192/18	Nº Subprojeto:	2	Tema:	1	G. Prioritário:	N/A
Título:	MIMUFV – Manutenção da infraestrutura Multiusuária de médio e grande porte para pesquisa Na UFV						
Avaliação dos Critérios do Edital							
01 – Qualidade da equipe científica usuária da infraestrutura de pesquisa a ser beneficiada pelo Subprojeto:							
Excelente equipe de pesquisadores (muitos deles pesquisadores do CNPq), vinculados a um grande número de programas de pós-graduação.							
02 - Utilização multiusuária da infraestrutura de pesquisa a ser beneficiada pelo Subprojeto:							
A universidade possui o NMM (núcleo de microscopia e microanálises), que utiliza o SAEM (sistema de agendamento de equipamentos multiusuários).							


		CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018 Manutenção Preventiva de Equipamentos e Manutenção de Infraestrutura de Biotérios e de Coleções Biológicas de Microrganismos AVALIAÇÃO DE MÉRITO					
Subprojeto							
Ref.:	0192/18	Nº Subprojeto:	2	Tema:	1	G. Prioritário:	N/A
03 – Relevância do plano de utilização da infraestrutura apresentada para o Subprojeto, de acordo com as linhas de pesquisa a serem beneficiadas:							
plano de utilização bastante relevante, consideradas as linhas de pesquisa a serem desenvolvidas com a utilização dos equipamentos para os quais se solicitam manutenção/repairs preventivos.							
04– Resultados e Impactos esperados no desenvolvimento das atividades de pesquisa e/ou pós-graduação associadas à infraestrutura de pesquisa a ser beneficiada pelo Subprojeto:							
resultados e impactos previstos bem dimensionados e direcionados às pesquisas e formação de recursos humanos em nível de pós-graduação.							

	CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018 Manutenção Preventiva de Equipamentos e Manutenção de Infraestrutura de Biotérios e de Coleções Biológicas de Microrganismos AVALIAÇÃO DE MÉRITO						
	Subprojeto						
Ref.:	0192/18	Nº Subprojeto:	2	Tema:	1	G. Prioritário:	N/A
05 - Adequação do orçamento e do cronograma de atividades previstas no Subprojeto:							
Alerta ao Consultor Ad Hoc a partir da Avaliação Orçamentária / Formal (realizada pela Finep):							
Sugere-se a revisão da pertinência do item, perante as regras editalícias.							
Análise do Consultor Ad Hoc :							
O orçamento está bem dimensionado.							

	CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018 Manutenção Preventiva de Equipamentos e Manutenção de Infraestrutura de Biotérios e de Coleções Biológicas de Microrganismos AValiação de Mérito						
	Subprojeto						
Ref.:	0192/18	Nº Subprojeto:	2	Tema:	1	G. Prioritário:	N/A
06 – Enquadramento do Subprojeto nos grupos prioritários:							
Subprojeto não concorre a Grupo Prioritário no Edital.							
Resumo da Avaliação do Mérito							
Nota Global do Subprojeto:	4,86	Valor Recomendado:	R\$	1.461.431,35			
Situação do Subprojeto:	Recomendado e dentro do limite de recursos						
Resumo da Avaliação da Relação de Itens							
os itens solicitados aderem aos critérios estabelecidos pelo Edital.							

	CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018 Manutenção Preventiva de Equipamentos e Manutenção de Infraestrutura de Biotérios e de Coleções Biológicas de Microrganismos AVALIAÇÃO DE MÉRITO						
	Subprojeto						
Ref.:	0192/18	Nº Subprojeto:	3	Tema:	3	G. Prioritário:	Não
Título:	AGROPECUFV – Manutenção e expansão de coleção biológica de microrganismos de interesse tecnológico a agropecuária						
Avaliação dos Critérios do Edital							
01 – Qualidade da equipe científica usuária da infraestrutura de pesquisa a ser beneficiada pelo Subprojeto:							
<p>Neste subprojeto não foi descrito claramente a equipe de pesquisadores que iriam usufruir dos benefícios do mesmo, apenas descrito de forma geral, sem relacionar tais pesquisadores; a exceção dos membros da equipe executora.</p>							
02 - Utilização multiusuária da infraestrutura de pesquisa a ser beneficiada pelo Subprojeto:							
<p>A coleção de cultura não se encontra organizada sob a forma de um banco. Não ficou claro se existe uma unidade específica onde essas coleções se encontram armazenadas ou se estão distribuídas entre os laboratórios de pesquisa. É recomendado que essas coleções sejam reunidas em unidades específicas, como bancos de células organizados e curados.</p>							

	CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018 Manutenção Preventiva de Equipamentos e Manutenção de Infraestrutura de Biotérios e de Coleções Biológicas de Microrganismos AVALIAÇÃO DE MÉRITO						
	Subprojeto						
Ref.:	0192/18	Nº Subprojeto:	3	Tema:	3	G. Prioritário:	Não
03 – Relevância do plano de utilização da infraestrutura apresentada para o Subprojeto, de acordo com as linhas de pesquisa a serem beneficiadas:							
<p>Preservar coleções de cultura particulares é da maior importância, porém o impacto acaba ficando restrito aos grupos de pesquisa que detém aquela coleção, descaracterizando a característica multiusuária da proposta; uma vez que tais coleções não encontram-se disponibilizadas online. O que é desejável e recomendado.</p>							
04– Resultados e Impactos esperados no desenvolvimento das atividades de pesquisa e/ou pós-graduação associadas à infraestrutura de pesquisa a ser beneficiada pelo Subprojeto:							
<p>Preservar coleções de cultura particulares é da maior importância, porém o impacto segundo ficará relativamente restrito aos grupos de pesquisa que detém a coleção. Recomenda-se informatizar da coleção, através de disponibilização online.</p>							

	CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018 Manutenção Preventiva de Equipamentos e Manutenção de Infraestrutura de Biotérios e de Coleções Biológicas de Microrganismos AVALIAÇÃO DE MÉRITO						
	Subprojeto						
Ref.:	0192/18	Nº Subprojeto:	3	Tema:	3	G. Prioritário:	Não
06 – Enquadramento do Subprojeto nos grupos prioritários: Subprojeto não concorre a Grupo Prioritário no Edital.							
Resumo da Avaliação do Mérito							
Nota Global do Subprojeto:	3,00		Valor Recomendado:	R\$	198.378,00		
Situação do Subprojeto:	Recomendado e dentro do limite de recursos						
Resumo da Avaliação da Relação de Itens							
Nosso parecer é favorável a implementação do subprojeto com cortes no orçamento, dada as características das coleções. Fica recomendado que essas coleções sejam reunidas em unidades específicas, como bancos de células organizados e curados, bem como a disponibilização online da coleção.							

Anexo V – Resultado Final - CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018



CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/CT-INFRA 03/2018
Manutenção Preventiva de Equipamentos e Manutenção de Infraestrutura de Biotérios e
de Coleções Biológicas de Microrganismos
Resultado Final



0189/18 CNPEM – CENTRO NACIONAL DE PESQUISAS EM ENERGIA E MATERIAIS		Até R\$	1.706.111,36
0189/18	Linha Temática 1	MANSEGC – Manutenção preventiva de instalações multiusuários para sequenciamento genético e caracterização avançada de materiais por microscopia eletrônica.	Recomendado e dentro do limite de recursos Até R\$ 921.502,57
0189/18	Linha Temática 2	MPEIB – Manutenção preventiva dos biotérios de zebrafish e camundongos do LNBio/CNPEM	Recomendado e dentro do limite de recursos Até R\$ 784.608,79
0190/18 UPF – UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO		Até R\$	
0190/18	Linha Temática 2	EQUIPBIOT – HUMAN AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O BIOTÉRIO DE CRIAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (UPF)	Indeferido
0191/18 INPE – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS		Até R\$	967.265,58
0191/18	Linha Temática 1	MANINPE – Manutenção de equipamentos de caracterização e apoio	Recomendado e dentro do limite de recursos Até R\$ 967.265,58
0192/18 UFV – UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA		Até R\$	1.940.503,44
0192/18	Linha Temática 1	MIMUFV – Manutenção da infraestrutura Multiusuária de médio e grande porte para pesquisa Na UFV	Recomendado e dentro do limite de recursos Até R\$ 1.461.431,35
0192/18	Linha Temática 2	BIOT_UFV – Modernização de biotérios da Universidade Federal de Viçosa	Recomendado e dentro do limite de recursos Até R\$ 280.694,09
0192/18	Linha Temática 3	AGROPECUFV – Manutenção e expansão de coleção biológica de microrganismos de interesse tecnológico a agropecuária	Recomendado e dentro do limite de recursos Até R\$ 198.378,00
0193/18 UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO		Até R\$	1.148.896,08
0193/18	Linha Temática 1	MAMULTUFPE – Manutenção preventiva de equipamentos multiusuários da UFPE	Recomendado e dentro do limite de recursos Até R\$ 890.778,08
0193/18	Linha Temática 3	COL-UFPE – Coleções microbianas da UFPE (Herbário URM e Micoteca URM); diversidade e aplicabilidade de fungos do Brasil	Recomendado e dentro do limite de recursos Até R\$ 258.118,00
0194/18 UEPA – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ		Até R\$	105.772,90
0194/18	Linha Temática 3	IAZ-CZIA – INCREMENTO DO ACERVO DE ZOOPLANKTON DA COLEÇÃO ZOOLOGICA DR. JOACHIM ADIS DA UEPA PARA ATENDIMENTO A GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	Recomendado e dentro do limite de recursos Até R\$ 105.772,90
0195/18 UFSCAR – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS		Até R\$	533.758,49
0195/18	Linha Temática 1	EQMULTL1 – Manutenção Preventiva de Equipamentos Multiusuários	Recomendado e sujeito à disponibilidade de recursos
0195/18	Linha Temática 2	MBIOTL2 – Manutenção da Infraestrutura das Unidades de Experimentação do Biotério Central da UFSCar	Recomendado e dentro do limite de recursos Até R\$ 343.625,36
0195/18	Linha Temática 3	MCMICROL3 – Manutenção da Infraestrutura de Cepas de Microalgas, Bactérias e Fungos de Coleções de Culturas da UFSCar	Recomendado e dentro do limite de recursos Até R\$ 190.133,13
0196/18 UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ		Até R\$	
0196/18	Linha Temática 1	MELM – Manutenção Preventiva de Equipamentos para Laboratório Multiusuário	Indeferido
0196/18	Linha Temática 2	CEGENUTFPR – [CRISP] Criação do Centro de Engenharia Genética da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEGEN-UTFPR)	Indeferido após seleção
0196/18	Linha Temática 3	PLASMCOL – Consolidação do Coleção Microbiológica de Interesse Biotecnológico da UTFPR	Indeferido

Anexo VI – Formulário para Apresentação de Propostas – FAP - CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/AT - MATERIAIS AVANÇADOS E MINERAIS ESTRATÉGICOS 2020 MANUAL DE PREENCHIMENTO

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS FAP / FNDCT

Page 1 of 15

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS - FAP CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/AT - MATERIAIS AVANÇADOS E MINERAIS ESTRATÉGICOS 2020 MANUAL DE PREENCHIMENTO

APRESENTAÇÃO

Este formulário – FAP – destina-se à apresentação de propostas à *Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP*, visando a obtenção de recursos financeiros para a execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento. O FAP está estruturado como se segue:

PARTE A: Caracterização da Proposta

Parte do formulário que reúne as informações textuais básicas das propostas candidatas a recursos não reembolsáveis.

PARTE B: Detalhamento da Proposta

Contém o conjunto de planilhas a serem utilizadas para o detalhamento do cronograma físico, da equipe executora e do orçamento global das propostas.

PARTE C: Informações Complementares

Seção destinada à apresentação de informações não contempladas pelas partes anteriores, para atender a exigências específicas de fontes ou origens de recursos, programas, calendários, chamadas públicas ou ações de encomenda.

ÍNDICE

A. CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

A. 1. DADOS CADASTRAIS

A.2. DADOS INSTITUCIONAIS/EMPRESARIAIS

A. 3. DADOS DO PROJETO

- A.3.1. Descrição do Projeto
- A.3.2. Impactos Previstos pelo Projeto
- A.3.3. Resumo da Equipe Executora
- A.3.4. Resumo do Orçamento

B. DETALHAMENTO DA PROPOSTA

B. 1. CRONOGRAMA FÍSICO

B. 2. EQUIPE EXECUTORA

B. 3. ORÇAMENTO

- B.3.1 – Relação dos Itens Solicitados
- B.3.2 – Cronograma de Desembolsos dos Recursos Solicitados
- B.3.3 – Relação dos Itens da Contrapartida e dos Outros Aportes Financeiros
- B.3.4 – Cronograma de Desembolso da Contrapartida e dos Outros Aportes Financeiros

C: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

C.1. REQUISITOS ESPECÍFICOS

C.2. BOLSAS

C.3 ÍNDICE DE ANEXOS

PARTE A: CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

Esta parte do formulário é utilizada para apresentação das características básicas das propostas, de acordo com as condições estabelecidas para a demanda considerada.

A.1. DADOS CADASTRAIS

Essas informações são necessárias para identificar as instituições partícipes e, caso a proposta venha a ser aprovada, compor o Plano de Trabalho, documento que resume os principais elementos cadastrais, técnicos e financeiros dos projetos apoiados, constituindo-se em referência básica para o acompanhamento de sua execução.

Caso a proposta venha a ser aprovada, esses dados serão migrados para a minuta do instrumento contratual a ser celebrado com a Finep. Desta forma, recomenda-se especial atenção ao preenchimento desses dados para agilizar a contratação da proposta.

Participante:

NOTA: As instituições partícipes da proposta podem desempenhar as seguintes funções:

Instituição Interviente Executora Principal: Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), definida conforme ITENS 2.5, 2.8 e 4 do Edital.

Instituição Interviente Co-Executora: Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), definida conforme ITENS 2.5, 2.8 e 4 do Edital. A proposta poderá contemplar até 2 (duas) ICTs co-executoras. Entretanto, não é obrigatória a participação de co-executoras na proposta

Instituição Proponente/Conveniente: instituições caracterizadas conforme ITENS 2.7 e 4 do Edital.

Selecione, no campo PARTICIPANTE, clicando na seta, o participante (proponente, executor, co-executor) a ser verificado/incluído. O proponente e o executor já foram escolhidos na tela inicial.

Proponente / Interviente Executora Principal: Complementar / verificar os dados relativos ao dirigente e à pessoa de contato. O projeto só admite uma proponente/conveniente e uma interveniente executora principal. Há a possibilidade de trocar qualquer uma dessas duas instituições nessa tela.

DIRIGENTE/CONTATO: Caso o dirigente/contato já esteja vinculado na tabela à Instituição, verificar os dados cadastrais clicando nos botões correspondentes (DIRIGENTE, CONTATO), no rodapé da tela. Em seguida, clique em DETALHES. Se for necessário modificar os dados, siga as instruções no rodapé da tela.

COORDENADOR: Na tela da Instituição executora, além dos dados dos dirigentes e contato, devem ser informados também os dados do COORDENADOR GERAL do projeto, seguindo os mesmos procedimentos

Para cadastrar pessoa inexistente na lista, clique em CADASTRAR PESSOA FÍSICA e preencha todos os dados:

CADASTRAR PESSOA FÍSICA: PREENCHER TODOS OS CAMPOS

CPF Nº: Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (Limite de 11 caracteres)

Nome: Nome completo do dirigente da instituição participante (Limite de 80 caracteres)

Cargo: Cargo ou função exercida pelo dirigente na instituição correspondente (Limite de 30 caracteres)

Nº Doc. Ident.: Número do registro geral da carteira de identidade (Limite de 15 caracteres)

Órg. Exp. Nome ou Sigla do órgão expedidor do documento de identidade (Limite de 5 caracteres)

Data Exp: Dia, mês e ano da expedição da carteira de identidade (xx/xx/xxxx)

Caixa Postal: Informar, se houver (Limite de 30 caracteres)

E-Mail: Informar o endereço de e-mail para contato. No caso da **Instituição Proponente**, o e-mail informado deverá ser aquele para o qual o convênio deverá ser remetido, caso o projeto seja aprovado. (Limite de 60 caracteres)

Site: Informar URL da Instituição, se houver (Limite de 60 caracteres)

Endereço (Logradouro, Número e Complemento): Informar o endereço de trabalho do dirigente identificado. (Limite de 100 caracteres)

CEP: Em caso de dúvida, clique em **CORREIOS** (É necessário estar conectado à Internet) para verificar.(xxxxx-xxx)

Tipo de Endereço: Selecionar, consultando a tabela de tipo de endereço

Bairro: (Limite de 30 caracteres)

Cidade / UF: Clique no Campo UF para selecionar o estado. Após, escolha a cidade (Limite de 30 caracteres)

Telefone(s): Digite o número do telefone no campo TELEFONE, incluindo código de área. Depois escolha TIPO DE TELEFONE (comercial, residencial, fax) e clique em INCLUIR. (Limite de 20 caracteres)

Salve as informações e a seguir clique duas vezes sobre o nome ou em CONFIRMAR para incluir o nome no cadastro do projeto.

Interveniente(s) Co-executora(s): Cadastrar ou selecionar a(s) Instituição(ões), verificar Dados Cadastrais e inserir ou verificar DIRIGENTE, CONTATO E COORDENADOR. O projeto pode ter até duas intervenientes co-executoras partícipes.

NOTA: O (s) interveniente(s) devem, *necessariamente*, dispor de CNPJ próprio. Caso o o(s) interveniente(s) co-executor(es) da proposta seja(m) unidade(s) sem personalidade jurídica própria, deve(m) informar, nos campos correspondentes, os dados das Instituições ou das pessoas jurídicas à(s) qual(is) esteja(m) vinculado(s).

Clique em INCLUIR para selecionar uma instituição na lista. Deverá ser verificada a necessidade de atualização / correção dos dados. Se a instituição não constar da lista, clique em CADASTRAR INSTITUIÇÃO e siga as instruções abaixo:

CADASTRO DE INSTITUIÇÕES: PREENCHER TODOS OS CAMPOS

CNPJ N°: Número de inscrição da instituição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. (Limite de 14 caracteres).

Nome: Nome completo da instituição participante (Limite de 80 caracteres).

Códigos do SIAFI: Estes campos devem ser preenchidos apenas pelas instituições que compõem o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI:

- UG - colocar o número da Unidade Gestora (limite de 10 caracteres).
- Gestão colocar o número da Gestão (limite de 6 caracteres).

Sigla: Informar ou criar uma sigla para identificação resumida da instituição participante. (Limite de 10 caracteres)

N° de Empregados / Funcionários: Informar o número total das pessoas empregadas pela instituição participante. (Limite de 5 dígitos)

Faturamento: Informar, em reais, a receita do último exercício fiscal decorrente da comercialização de produtos ou da prestação de serviços pela instituição participante. Não devem ser incluídos no valor

informado de receita os recursos financeiros recebidos por meio de convênios firmados com agências nacionais e internacionais de apoio à C&T. Caso não haja faturamento a ser declarado, digite 1,00. (Limite de 14 dígitos).

Caixa Postal: (Limite de 30 caracteres)

E-Mail: (Limite de 60 caracteres).

Site: Informar URL da Instituição, se houver (Limite de 60 caracteres)

Endereço Completo (Logradouro, Número, Complemento): Informar a localização da sede da instituição participante. (Limite de 100 caracteres)

CEP: (XXXXX-XXX).

Tipo de Endereço: Selecionar, consultando a tabela de tipo de endereço

Bairro: (Limite de 30 caracteres)

Cidade / UF: Clique no Campo UF para selecionar o estado. Após, escolha a cidade (Limite de 30 caracteres)

Telefone(s): Digite o número do telefone no campo TELEFONE, incluindo código de área. Depois escolha TIPO DE TELEFONE (comercial, residencial, fax) e clique em INCLUIR. (Limite de 20 caracteres)

Salve as informações e a seguir clique duas vezes sobre o nome ou em CONFIRMAR para incluir o nome no cadastro do projeto.

A.2. DADOS INSTITUCIONAIS

Essas informações destinam-se a caracterizar as instituições partícipes Executora Principal e Co-Executoras.

Selecionar o item a ser preenchido, e inserir texto no campo abaixo da caixa de escolha. Ao terminar seu texto, clique em SALVAR.

Formação de Recursos Humanos: Relacionar, para todas as Instituições partícipes, os principais programas de pós-graduação nas áreas de conhecimento diretamente relacionadas à Linha Temática da proposta, especificando os níveis de formação e respectivas classificações da CAPES. No caso das ICTs que não possuam programas de pós-graduação, deverão ser informadas as parcerias estabelecidas com programas de outras instituições, nos últimos 5 anos. (Texto limitado a 5.600 caracteres)

Antecedentes: Apresentar breve histórico de cada uma das instituições partícipes abordando, especialmente, as atividades desenvolvidas diretamente relacionadas à Linha Temática da proposta, com ênfase nos últimos cinco anos.

Quando couber, relatar o histórico das atividades de parceria entre as instituições partícipes. Relacionar ainda, para todas as instituições, outros apoios da FINEP, nos últimos 5 anos. (Texto limitado a 5.600 caracteres)

Infraestrutura Física: Informar as principais instalações e equipamentos disponíveis nas instituições partícipes a serem diretamente utilizados no desenvolvimento das atividades relacionadas com a proposta, destacando suas atuais condições. (Texto limitado a 5.600 caracteres)

P&D: Apresentar, para todas as Instituições partícipes, o resumo dos principais projetos de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, relacionados à Linha Temática da proposta, informando os respectivos financiamentos e fontes de recursos. (Texto limitado a 5.600 caracteres)

Produção Científica e Tecnológica: Informar, para todas as Instituições, os resultados mais relevantes da produção científica e tecnológica relacionados à Linha Temática da proposta, no que se refere ao desenvolvimento de produtos ou processos, obtenção de patentes, transferência de resultados ou prestação de serviços ao setor produtivo. (Texto limitado a 5.600 caracteres)

Extensão: Indicar, para todas as Instituições partícipes, os principais trabalhos de extensão ou outros serviços já realizados em assuntos relacionados à proposta apresentada. (Texto limitado a 5.600 caracteres)

NOTA: As evidências sobre atividades de PD&I, programas e iniciativas exitosas das instituições partícipes, na Linha Temática escolhida, conforme solicitado no ITEM 5.4 do Edital deverão ser detalhadas no ITEM C.1 do FAP (ver abaixo).

A.3. DADOS DO PROJETO

As informações referentes ao TÍTULO, SIGLA, PRAZO DE EXECUÇÃO, OBJETIVO GERAL, JUSTIFICATIVA RESUMIDA, RESULTADOS ESPERADOS e METAS FÍSICAS; serão utilizadas para compor o PLANO DE TRABALHO, documento integrante do convênio.

Armazene seus dados clicando em SALVAR antes de passar para a próxima tela.

A.3.1. DESCRIÇÃO DO PROJETO

GERAL (1ª opção, canto esquerdo superior da tela)

Título do Projeto: Adotar título que resuma o objetivo geral do projeto (Limite de 150 caracteres).

Sigla do Projeto: Inserida na primeira tela do FAP, essa sigla poderá ser modificada nesse campo. (Limite de 10 caracteres).

Prazo (Meses): Informar o número de meses previstos para a execução do projeto. (Limite de 2 caracteres)

Área Geográfica de Execução: Informar a(s) localidade(s) onde serão realizadas as atividades do projeto (Limite de 60 caracteres)

Área / Subárea de Conhecimento/Objeto do Financiamento/Setor da Economia: Selecionar a opção e clicar em INCLUIR. Consultar a tabela de indexação correspondente, descendo ao menor nível possível e clicar em ESCOLHER. O indexador correspondente ficará registrado no campo DESCRIÇÃO. É permitida a seleção de mais de uma opção quando necessário para caracterizar a abrangência disciplinar da proposta.

Salve para passar para o próximo item.

TENS DO PROJETO (2ª opção, canto esquerdo superior da tela)

Após escolher a opção a ser preenchida, clique na tela abaixo da caixa de opções para inserir o texto. Após inserção ou alteração, salve seu texto, no botão SALVAR.

Tema: Conforme previsto ITEM 5.1 do Edital, cada proposta deverá se concentrar em uma única Linha Temática. Assim, neste campo deverá ser informada a Linha Temática escolhida, dentre as definidas no ITEM 3 do Edital, conforme se segue. (Texto limitado a 6 caracteres)

“TEMA 1” ou “1” para “Saúde e Tecnologias Assistivas”;

“TEMA 2” ou “2” para “Meio Ambiente”;

“TEMA 3” ou “3” para “Defesa e Segurança Pública”;

“TEMA 4” ou “4” para “Energia e Mobilidade”;

“TEMA 5” ou “5” para “Descoberta Inteligente de Novos Materiais”;

“TEMA 6” ou “6” para “Mapeamento Geológico Marinho”.

Objetivo Geral (Objeto da Proposta): Sintetize a finalidade geral do projeto, considerando que esta finalidade não poderá ser alterada após sua contratação. Deve-se correlacionar o objetivo da proposta com os Objetivos elencados no ITEM 1 do Edital. (Texto limitado a 1.000 caracteres)

Metodologia: Descrever a metodologia e procedimentos a serem adotados para execução da proposta. (Texto limitado a 11.400 caracteres)

Justificativa Resumida: Demonstrar a relevância do problema abordado e o estado da arte pertinente à Linha Temática, evidenciando como os resultados previstos pelo projeto justificam sua execução. (Limite de 2.500 caracteres)

caracteres)

Justificativa Detalhada: Se necessário, detalhar pontos relevantes, destacados na justificativa resumida. (Texto limitado a 5.700 caracteres)

Palavras-chave: No campo à direita do botão INCLUIR, na parte inferior da tela, apresentar de três a seis palavras-chave que melhor caracterizem os objetivos do projeto e clicar em INCLUIR. Salve para passar para o próximo item. (Limite de 60 caracteres / palavra).

Mecanismos Gerenciais de Execução: Descrever os mecanismos de gerenciamento a serem utilizados para execução / acompanhamento / avaliação do projeto e, no caso de projeto em rede, os mecanismos de articulação entre as partícipes. Se houver, descrever os instrumentos de gestão a serem utilizados nas parcerias institucionais ou redes cooperativas de pesquisa. (Texto limitado a 5.700 caracteres)

Resultados Esperados: No campo à direita do botão INCLUIR, na parte inferior da tela, especificar os resultados parciais e finais a serem obtidos com a execução do projeto e clicar em INCLUIR. Salve para passar para o próximo item. (Número livre de resultados e texto limitado a 250 caracteres / resultado)

Mecanismos de Transferência de Resultados: Relacionar os mecanismos que serão utilizados para propiciar a transferência dos resultados esperados pelo projeto para outras instituições de P&D, empresas, órgãos públicos e privados, especificando o nível de articulação alcançado. (Texto limitado a 5.700 caracteres)

METAS FÍSICAS (3ª opção, canto esquerdo superior da tela)

No campo à direita do botão INCLUIR, na parte inferior da tela, desdobre o objetivo geral em finalidades de caráter mais específico e clique em INCLUIR. Salve para passar para o próximo item. (Número livre de metas e texto limitado a 150 caracteres / meta)

O campo N° é preenchido automaticamente.

NOTAS:

- 1) *As metas relacionadas neste item serão transferidas automaticamente para o campo correspondente no item B.1. Cronograma Físico, destinado ao desdobramento de cada meta em atividades.*
- 2) *Tendo em vista que o item B.2. Equipe Executora solicita a associação de todos os seus integrantes a uma ou mais atividades, sempre vinculadas a alguma meta, recomenda-se a inclusão de meta relativa às atividades gerais de gestão e apoio técnico / administrativo do projeto, de modo a possibilitar a alocação do pessoal correspondente, como, por exemplo, o Coordenador Geral e os Coordenadores das co-executoras quando for o caso.*
- 3) *Em caso de estabelecimento de parceria com empresa, para execução do projeto, nomeadamente nos termos do ITEM 5.7 do Edital, as metas e atividades relativas a essa parceria deverão constar do Cronograma Físico.*
- 4) *Caso o projeto venha a ser contratado, qualquer alteração nas metas deve ter a concordância explícita e formal de todos os partícipes e da FINEP.*
- 5) *O Cronograma Físico deve ser compatível com o Cronograma Financeiro e com o prazo total de execução do projeto.*

A.3.2. IMPACTOS PREVISTOS PELO PROJETO

Informar, quando for o caso, os impactos potenciais dos resultados esperados do projeto, apresentando um conjunto de indicadores – sempre que possível quantificáveis – capazes de dimensionar e permitir seu monitoramento a curto, médio e longo prazos.

Selecione o tipo de Impacto na caixa de escolha. A seguir, preencha o campo ao lado do botão INCLUIR, e clique nesse botão para inserir o texto na janela logo acima. Salve cada tela.

Impacto Científico: Apresentar indicadores voltados à área científica, tais como formação de recursos humanos, teses, publicações e comunicações em congressos, citações, entre outros. (Número livre de impactos e texto limitado a 150 caracteres / impacto)

Impacto Tecnológico: Apresentar indicadores voltados à área tecnológica, tais como desenvolvimento de produtos ou processos, obtenção de patentes, entre outros. (Número livre de impactos e texto limitado a 150 caracteres / impacto)

Impacto Econômico: Apresentar indicadores voltados à área econômica, em termos da transferência dos resultados do projeto e sua incorporação pelos setores de produção industrial, serviços e governo, tais como redução de custos, investimentos e retorno financeiro. (Número livre de impactos e texto limitado a 150 caracteres / impacto)

Impacto Ambiental: Apresentar indicadores voltados à área ambiental, em termos de sua influência nos níveis de qualidade da água, ar e solos, da preservação da diversidade biológica ou recuperação de degradação, entre outros. (Número livre de impactos e texto limitado a 150 caracteres / impacto)

Impacto Social: Apresentar indicadores voltados à área social, em termos de sua influência nos níveis de qualidade de vida das populações afetadas, em âmbito regional ou local, tais como emprego, renda, saúde, educação, habitação, saneamento, entre outros (Número livre de impactos e texto limitado a 150 caracteres / impacto).

A.3.3. RESUMO DA EQUIPE EXECUTORA

Apresentar as principais características da equipe já existente para execução do projeto e identificar as necessidades de pessoal complementar, a ser custeado com recursos do convênio, e/ou da Contrapartida e/ou dos Outros Aportes de Recursos ao convênio. (Texto limitado a 5.700 caracteres)

A.3.4. RESUMO DO ORÇAMENTO

Justifique as necessidades orçamentárias do projeto, como o custeio de bolsistas, se houver. Esse campo complementar uma tabela automática de resumo do orçamento, que será preenchida com dados que serão informados na parte B desse formulário. (Texto limitado a 12.000 caracteres)

PARTE B: DETALHAMENTO DA PROPOSTA

Esta parte do formulário é utilizada para o detalhamento do cronograma físico, da equipe executora e do orçamento global de propostas de financiamento.

As informações inseridas nos itens B.1. Cronograma Físico, B.3.5. Detalhamento da Contrapartida e dos Outros Aportes Financeiros e B.3.2 – Cronograma de Desembolsos dos Recursos Solicitados serão utilizadas para compor o PLANO DE TRABALHO.

B.1. CRONOGRAMA FÍSICO

Essa tela destina-se ao detalhamento das Metas Físicas informadas no item A.3.1. O prazo de execução das atividades, assim como o das Metas Físicas, deve ser compatível com o prazo de execução físico-financeira do projeto.

Metas Físicas: Selecione, na caixa de escolha, a meta a ser detalhada.

Atividades: Descrever, resumidamente, uma ou mais atividades necessárias para atingir cada meta do projeto. *(Limite 150 caracteres / atividade)*

Indicador Físico de Execução: Definir os indicadores - sempre que possível de caráter quantitativo - que sejam mais adequados para aferir o término da execução de cada atividade considerada, informando quantidades e unidades de medida. *(Limite de 100 caracteres/indicador)*

Duração Prevista: Indicar o número do mês correspondente ao **Início** e **Fim** de cada atividade, compatível com o prazo de execução do projeto, definido no item A.3.1. Descrição do Projeto. *(Limite de 2 caracteres)*

Clique em INCLUIR para inserir as informações acima no campo ATIVIDADE DA META FÍSICA.

Salve para passar para a próxima meta.

NOTAS:

- 1) *Em caso de estabelecimento de parceria com empresa, para execução do projeto, nomeadamente nos termos do ITEM 5.7 do Edital, as metas e atividades relativas a essa parceria deverão constar do Cronograma Físico.*
- 2) *Em caso de aprovação do projeto, a duração prevista para sua execução contará a partir da assinatura do Convênio / Termo de Execução Descentralizada.*

B.2. EQUIPE EXECUTORA

Relacionar os integrantes da equipe executora de todas as instituições participantes – proponente, executor, co-executor(es) ou interveniente(s).

NOTAS: *Os membros da equipe executora do projeto, com exceção apenas dos estudantes ou bolsistas em nível de graduação e do pessoal de apoio técnico ou administrativo, devem **obrigatoriamente** estar cadastrados na plataforma LATTES. Os currículos deverão ser atualizados na Plataforma Lattes, contemplando todas as atividades realizadas até a data de lançamento da presente Chamada, estabelecida no ITEM 9 do Edital.*

O cadastro de pesquisadores visitantes ou consultores estrangeiros, não domiciliados no País, pode ser realizado pela instituição participante interessada, a partir dos dados usuais de currículos técnico/científicos.

Informações sobre o cadastramento e atualização de dados devem ser obtidas através do endereço: <http://lattes.cnpq.br>

As informações sobre o Pessoal a ser contratado com recursos solicitados no projeto deverão ser complementadas no item B.3.1 – Relação dos Itens Solicitados, nas rubricas Pagamento de Pessoal, Outros Serviços de Terceiros / Pessoa Física, e Serviços de Terceiros – Bolsas, conforme o caso.

Ver também item C.2. Bolsas e Apêndice 1 – Orientações Específicas sobre Bolsas.

Selecione o **tipo de equipe** (Pesquisadores, Consultores/Pesquisadores Visitantes, Estudantes/Bolsistas Apoio Técnico / Administrativo) na caixa de escolha, clique em INCLUIR e preencha os campos:

Nº: O nº de ordem do participante é **gerado automaticamente**.

Nome: Informar o nome completo de cada membro da equipe executora. Inclua, se houver, os bolsistas que venham a constar do item C.2. e o pessoal a ser contratado. Caso algum bolsista não tenha sido ainda definido, digitar a expressão "A INDICAR". *(Limite de 80 caracteres)*

CPF: Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas. *(Limite de 11 caracteres)*

Titulação: Selecionar o último nível obtido (DOUTOR – MESTRE – ESPECIALISTA – GRADUADO – 2º GRAL – 1º GRAU).

Instituição/País/Ano: Informar, para os níveis universitários, a sigla da Instituição, o país e o ano da última titulação. Caso não haja titulação, digite "NÃO SE APLICA".

Área de Atuação/Especialização: Informar a área que melhor caracterize a especialização profissional dos membros da equipe do projeto, seja de cunho setorial, tecnológico ou de conhecimento científico. *(Limite de 50 caracteres)*

Instituição: Para empregados/funcionários das instituições partícipes, selecionar a instituição de vínculo empregatício. No caso de pessoal a ser custeado com recursos do convênio ou de outras origens de recursos informar a instituição na qual virá a desempenhar as atividades previstas no projeto.

Horas/Semana: Informar o número de horas por semana a serem dedicados pelos partícipes da equipe ao projeto, verificando se os mesmos estão compatíveis com o item Atividades no Projeto B.1 CRONOGRAMA FÍSICO.

Custeio: Selecionar a origem dos recursos para o pagamento de cada integrante da equipe:

- **Concedente:** Recursos a serem concedidos caso o projeto venha a ser aprovado.
- **Contrapartida:** Recursos provenientes da Instituição Conveniente e/ou Executora.
- **Outros Aportes:** Recursos dos demais partícipes do projeto, conforme item A.1. - Dados Cadastrais.
- **Outros:** Recursos provenientes de instituições não envolvidas no projeto

Função no Projeto: Selecionar a opção mais adequada à função a ser desempenhada por cada membro da equipe do projeto, inclusive bolsistas: COORDENADOR GERAL (Executora Principal), SUB-COORDENADORES (Co-Executoras), PESQUISADOR, PESQUISADOR VISITANTE, CONSULTOR, APOIC TÉCNICO, APOIO ADMINISTRATIVO.

Nº Meses: Informar o número de meses a serem dedicados pelos partícipes da equipe ao projeto, verificando se os mesmos estão compatíveis com o item Atividades no Projeto B.1 CRONOGRAMA FÍSICO.

Metas e Atividades: Selecionar a(s) metas e a(s) atividade(s) a ser(em) desenvolvida(s) por cada membro da equipe, entre aquelas já informadas no Item B.1. Cronograma Físico. Clique em INCLUIR, salve a tela.

Quando terminar de preencher uma das categorias, clique em VOLTAR e verifique as informações incluídas. Caso haja erro, clique duas vezes no ícone ao lado do item que está errado para voltar à tela e corrigir. Após corrigir, ou se não houver erro, selecione a próxima categoria e repita o procedimento.

B.3. ORÇAMENTO

Nessa parte do FAP todas as informações sobre o orçamento que deverão ser detalhadas, tanto para os recursos solicitados, quanto para aqueles oferecidos como Contrapartida ou Outros Aportes. Deverão ser observadas, também, as orientações e determinações constantes dos ITENS 5.2, 7, 8 e 10.2, do Edital.

ELEMENTOS DE DESPESA:

No âmbito do presente Edital são passíveis de financiamento os seguintes elementos de despesas:

Pagamento de Pessoal: Detalhamento dos vencimentos, período de contratação e encargos incidentes do pessoal não eventual a ser pago com recursos do projeto. Somente para pagamento de pessoal a ser diretamente alocado nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I).

Diárias (Pessoal Civil/Militar): Despesas com cobertura de alimentação, hospedagem e locomoção urbana, de membros da equipe executora do projeto, quando decorrentes do deslocamento de sua sede, em caráter eventual ou transitório, entendido como sede o Município onde a repartição estiver instalada e onde o pesquisador tiver exercício em caráter permanente. Descrever detalhadamente a finalidade de cada Diária solicitada. Agrupamentos serão admitidos somente se a finalidade, for idêntica, como p.ex: 10 diárias para participação de dois pesquisadores, durante 5 dias cada um, no Congresso XXX.

Material de Consumo Nacional: Material de consumo, para fins da presente seleção pública, é aquele diretamente empregado na execução do projeto que, em razão de seu uso corrente, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos; e atende pelo menos um dos critérios de: durabilidade, fragilidade, perecibilidade, incorporabilidade ou transformabilidade. Itens semelhantes podem ser agrupados por tipo (p.ex., vidraria, reagentes, combustíveis etc.). Serão considerados nacionais, os materiais que forem adquiridos no país.

Material de Consumo Importado: Serão considerados Importados todos os materiais que forem adquiridos fora do país.

Passagens e Despesas de Locomoção: Despesas da equipe executora com aquisição de passagens (aéreas, terrestres, fluviais ou marítimas), taxas de embarque, seguros, fretamento etc., em decorrência das atividades do projeto. Detalhar cada viagem indicando o trecho. Agrupamentos serão admitidos somente se a finalidade, detalhadamente descrita, for idêntica, como p.ex.: 2 passagens para comparecimento ao Congresso "XXX". Para fins de prestação de contas, somente serão aceitas as despesas realizadas por membros da equipe executora.

Outros Serviços de Terceiros / Pessoa Física: Despesas decorrentes de serviços técnicos especializados, prestados por pessoa física sem vínculo empregatício, pagos diretamente a esta e não enquadrados nos elementos de despesa específicos (como pagamento de pessoal ou bolsas). Detalhar e justificar cada um dos itens solicitados, indicando ainda a duração de cada serviço, além de incluir os encargos incidentes.

Serviços de Terceiros – Bolsas: Itens contendo os valores e informações da solicitação de Bolsas, devendo ser observado o disposto no Apêndice 1 - "Orientações Específicas sobre Bolsas", ao final deste Manual.

Outras Despesas com Serviços de Terceiros / Pessoa Jurídica: Despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas, tais como serviços de manutenção de equipamentos, licenças de software, depósito de patentes etc. Neste Elemento de Despesa também deverão ser detalhadas as Despesas Acessórias de Caráter Indivisível (limitadas a 5% do valor solicitado).

Despesas Acessórias de Importação: Sempre que ocorrer a aquisição de itens importados, considerar a necessidade de inclusão das despesas acessórias correspondentes, tais como fretes, armazenagens, seguros, impostos e taxas. Descrever e justificar cada item. Valor limitado a 20% do custo para a aquisição de equipamentos importados previstos no subprojeto.

Obras e Instalações: Pequenas reformas ou adaptações de espaço ou instalações, necessárias ao desenvolvimento da proposta ou à instalação de equipamentos, desde que limitadas a 10% do valor total da proposta. Descrever e justificar cada item.

Equipamento e Material Permanente Nacional: Despesas com aquisição de equipamentos e materiais permanentes a serem utilizados na execução do projeto. Considera-se Material Permanente, aquele que em razão de seu uso corrente não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos. Agrupar apenas quando se tratar de itens idênticos. Serão considerados Nacionais, os materiais que forem adquiridos no país.

Equipamento e Material Permanente Importado: Agrupar apenas quando se tratar de itens idênticos. Informar o país de origem.

B.3.1 – RELAÇÃO DOS ITENS SOLICITADOS

O detalhamento das Bolsas de Fomento Tecnológico será apresentado no item C.2. *Bolsas e Apêndice 1 – Orientações Específicas sobre Bolsas* deste Manual.

Para cada item a ser solicitado, selecione o *Elemento de Despesa* na caixa de escolha e preencha os campos para relacionar e detalhar os ITENS a serem adquiridos.

Descrição: Descrever detalhadamente cada item solicitado, evitando generalizações como, p.ex. "Viagens para participação em congressos". A descrição de cada item de orçamento deverá ser mantida em todos os documentos da proposta. (Limite de 100 caracteres)

Finalidade: Informar a finalidade de cada item, relacionando-o com a execução das atividades previstas no projeto. (Limite de 150 caracteres)

Destinação: Registrar a qual instituição participe do projeto destina-se o item solicitado, selecionando as siglas do proponente, executor ou co-executor(es), conforme o caso.

NOTA: Para preenchimento deste campo, as siglas destas instituições já devem ter sido previamente informadas no item A.1. *Dados Cadastrais*.

Nº de Meses: Aplicável a alguns itens, como: 'Outros Serviços de Terceiros'. Caso se aplique, indicar período de duração do contrato, observando sua compatibilidade com as metas e atividades relacionadas.

Encargos: Informar o valor mensal dos encargos incidentes sobre o pagamento do contratado/prestador, quando cabível.

Quantidade: Especificar a quantidade de cada item, visando o cálculo automático do valor total de cada um. No caso de itens não quantificáveis, p.ex., aqueles agregados por tipo, assumir que a quantidade é a unidade. (Limite de 3 dígitos)

Valor Unitário: Especificar o custo unitário de cada item, visando o cálculo automático do valor total de cada um. No caso de itens não quantificáveis, p.ex., agregados por tipo, assumir que o valor unitário é o total. (Limite de 14 dígitos com 2 casas decimais para o valor unitário)

Após a inclusão das informações em cada uma das telas, clicar em Salvar.

NOTA: Os valores totais de cada elemento de despesa serão calculados automaticamente e migrados para os campos correspondentes em "B.3.5. Plano de Aplicação" e "B.3.2. Cronograma de Desembolso dos Recursos Solicitados"

B.3.2. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSOS DOS RECURSOS SOLICITADOS

Essa tela destina-se a distribuir os recursos solicitados em parcelas anuais, ou conforme as especificidades da demanda (Chamada, Convite, Termo de Referência), se houver; de acordo com os totais informados para cada elemento de despesa no item B.3.1. *Relação dos Itens Solicitados* e considerando o prazo de execução definido no item A.3.1. *Descrição do Projeto*.

Informe as necessidades no tempo para cada rubrica, conferindo sempre a coluna Total, à direita do cronograma: valores totais em vermelho nesta coluna indica que há discrepância entre o total dos valores distribuídos no tempo e o total proveniente da Relação de Itens, o que deverá ser corrigido.

Os valores das parcelas para desembolso devem ser calculados em função das efetivas necessidades temporais do projeto, evitando-se tanto montantes inferiores a 20% do total solicitado (salvo determinação em contrário, da Concedente, em uma eventual re-ratificação do Edital), quanto a concentração em parcela única.

B.3.3. RELAÇÃO DOS ITENS DA CONTRAPARTIDA E DOS OUTROS APORTES FINANCEIROS

Para o preenchimento desta Seção, deverão ser observadas as determinações sobre a Contrapartida mínima exigida, conforme ITEM 8 do Edital.

Detalhar nessa tela todos os itens a serem adquiridos/aportados ao projeto pelas instituições partícipes, com

recursos próprios, ou recursos de outras fontes.

Selecione a INSTITUIÇÃO que estará aportando recursos ao projeto.

A seguir, selecione o ELEMENTO DE DESPESA a ser detalhado. Detalhe os itens que compõem os aportes de recursos em cada ELEMENTO DE DESPESA de acordo com o mesmo procedimento e instruções de B.3.1 Relação de Itens.

Clique em INCLUIR após cada inserção. Salve a tela ao finalizar.

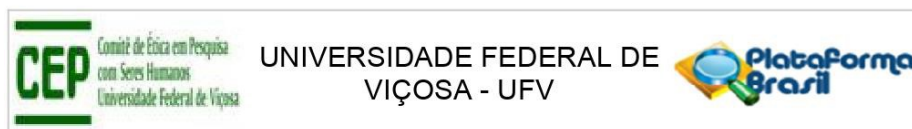
B.3.4 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSOS DA CONTRAPARTIDA E DOS OUTROS APORTES FINANCEIROS

Essa tela destina-se a distribuir em parcelas os recursos a serem aportados pelas Instituições partícipes do projeto.

NOTA: Este item deverá ser informado após o preenchimento total do item B.3.3. Relação dos Itens da Contrapartida e dos Outros Aportes Financeiros

Utilizando o mesmo procedimento descrito no item B.3.2, distribua os recursos da Contrapartida e dos Outros Aportes Financeiros em parcelas semestrais de acordo com os totais informados para cada elemento de despesa no item B.3.3.

Anexo VII – Parecer consubstanciado do Conselho de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Os projetos institucionais da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa: Identificação, classificação e arquivamento de documentação (2007-2020).

Pesquisador: Jonas Marçal de Queiroz

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 40328920.6.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de História

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.545.205

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de mestrado voltado à classificação e arquivamento da documentação vinculada a projetos de pesquisa que receberam financiamento na UFV entre o período de 2007-2020, com a anuência da pró-reitoria competente.

Objetivo da Pesquisa:

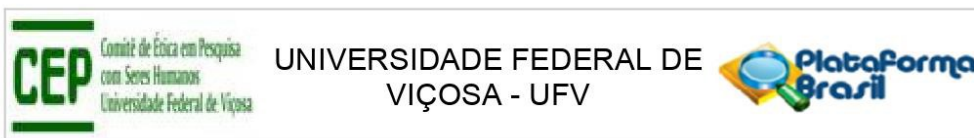
De acordo com o pesquisador, objetiva-se "armazenar a memória científica da UFV, servir como fonte de informação, divulgar o conhecimento científico, melhorar o gerenciamento da PPG dos projetos de pesquisa institucionais; promover agilidade de informações para atendimento às solicitações dos órgãos de fomento e contribuir com o desenvolvimento de novos projetos de pesquisa."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos envolvem constrangimentos ou cansaços, que serão minimizados com a interrupção da entrevista. Após primeiro parecer deste CEP, o pesquisador também passou a informar que "para preservar a identidade de cada participante, os nomes e contatos não serão divulgados. Ao invés disso, usaremos códigos alfanuméricos a fim de minimizar os riscos existentes de vazamento das informações e opiniões dos participantes."

Os benefícios são diretos para a instituição e pesquisadores envolvidos, no tangente à preservação

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 4.545.205

da memória e disponibilização da catalogação sobre o material pesquisado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- A pesquisa é baseada em entrevistas e análise bibliográfica e documental. Após o parecer indicando pendências no esclarecimento sobre a condução da pesquisa, o pesquisador informou que trata-se de um estudo com coleta de dados online.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto: de acordo com a anuência expressa na carta resposta.

Autorização: de acordo

Cronograma: de acordo

Questionário: de acordo

Projeto: de acordo

TCLE: de acordo

Recomendações:

Quando da coleta de dados, o TCLE deve ser elaborado em duas vias, rubricado em todas as suas páginas e assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa ou responsável legal, bem como pelo pesquisador responsável, ou pessoa(s) por ele delegada(s), devendo todas as assinaturas constar na mesma folha.

Não é necessário apresentar os TCLEs assinados ao CEP/UFV. Uma via deve ser mantida em arquivo pelo pesquisador e a outra é do participante da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

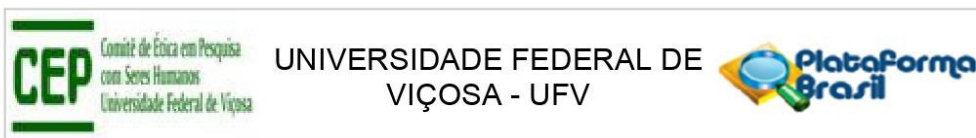
Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 4.545.205

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1664500.pdf	06/01/2021 21:09:45		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Solange_Silva_Ramos_modificado.pdf	06/01/2021 21:07:54	SOLANGE SILVA RAMOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Modificado.pdf	06/01/2021 20:41:05	SOLANGE SILVA RAMOS	Aceito
Outros	Carta_Resposta_Pendencias_Solange_Silva_Ramos.pdf	06/01/2021 20:20:16	SOLANGE SILVA RAMOS	Aceito
Folha de Rosto	solangefolharosto.pdf	20/11/2020 21:52:06	Jonas Marçal de Queiroz	Aceito
Outros	Parecer_da_Instituicao_Proponente.pdf	20/11/2020 21:43:11	SOLANGE SILVA RAMOS	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	20/11/2020 20:42:49	SOLANGE SILVA RAMOS	Aceito
Outros	Questionario.pdf	20/11/2020 20:16:29	SOLANGE SILVA RAMOS	Aceito
Declaração de concordância	Autorizacao_Pro_Reitoria_de_Pesquisa_Pos_graduacao.pdf	20/11/2020 20:15:33	SOLANGE SILVA RAMOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Solange_Silva_Ramos.pdf	20/11/2020 19:50:11	SOLANGE SILVA RAMOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	20/11/2020 19:45:49	SOLANGE SILVA RAMOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VICOSA, 18 de Fevereiro de 2021

Assinado por:
LUIZ ISMAEL PEREIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br